

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA - ILEEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS - PPGE
(CURSO DE MESTRADO)

Fernanda Ferreira Spoladore

A INTERROGAÇÃO EM SATERÉ-MAWÉ

Uberlândia/MG

2011

FERNANDA FERREIRA SPOLADORE

A INTERROGAÇÃO EM SATERÉ-MAWÉ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Dulce do Carmo Franceschini.

Uberlândia/MG

2011

Ao povo Sateré-Mawé;
Aos meus pais, Valéria e José Roberto;
À minha orientadora, Dulce Franceschini.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho:

Ao povo Sateré-Mawé, povo alegre, gentil e receptivo, que me permitiu estar entre eles e aprender um pouco de sua língua. *Waku sese kahato!*¹

Aos moradores de São José Novo, por terem me acolhido tão bem em sua comunidade, também pela gentileza e amizade que me dedicaram.

À professora Dulce do Carmo Franceschini, por sua orientação e por seus ensinamentos, tão fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho. Também pelo incentivo, pela disponibilidade, confiança, paciência e amizade. Agradeço-lhe imensamente!

Aos professores indígenas José de Oliveira Sateré e Edinelson Warana, pela generosidade em terem me ensinado um pouco de sua língua. Em especial, ao professor e amigo José de Oliveira Sateré, pela contribuição grandiosa a esse trabalho, também por seus ensinamentos, por seu bom-humor, sua paciência e amizade.

À FUNAI, pela permissão de minha entrada à terra indígena Andirá-Marau, a fim de realizar as pesquisas de campo.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Às professoras Ana Suelly Arruda Câmara Cabral e Carmen Lúcia Hernandes Agustini, por aceitarem o convite para compor a banca de defesa dessa dissertação.

Às professoras Carmen Agustini e Angélica Terezinha do Carmo Rodrigues, pela atenção e amizade, também por seus comentários e suas sugestões de bibliografia. Ao professor José Sueli de Magalhães, por seus ensinamentos, sua atenção e amizade.

¹ Muito obrigada!

Aos meus pais, José Roberto e Valéria, razões do meu viver, por comemorarem cada desafio que vencemos e por nos darem ânimo a cada falta dele. Também por seus ensinamentos e princípios que me tornaram o que sou. Agradeço ainda pela preocupação, pelo incentivo, carinho e amor incondicional. Sem vocês eu nada seria!

Aos meus avós paternos e maternos, Estevão, Maria Luíza, Marlene e Vinícius, também à minha madrinha, Maria Emília, pelas conversas, pelos cuidados, também pelo incentivo, amor e carinho.

Ao meu amor, amigo e companheiro Daniel, por esses anos todos de dedicação, amor e cumplicidade. Também pela revisão do ‘Abstract’. À sua mãe, Clarice, sempre tão presente e especial em minha vida, pela preocupação e torcida. Também por seu amor e cuidado indispensáveis.

Aos meus irmãos queridos, Gustavo e José Roberto, e a todos os meus outros familiares e amigos, pelo carinho e pela amizade. Também pela preocupação e torcida.

Às minhas amigas e colegas de mestrado, Aline Brustello, Allyne Bisinotto e Denize Carneiro, pelo apoio, pela amizade e companhia.

À Dona Fátima e à sua família, pessoas especiais e queridas, pela recepção calorosa em Parintins – Amazonas. Também pelo carinho e pela gentileza diários, que me fizeram ter força para seguir em frente.

À professora Raimunda, de quem sinto saudades, por sua amizade e seu bom-humor ímpar.

Agradeço, principalmente, a Deus, a quem devo todas as coisas. “Ainda que eu ande pelo vale da sombra da morte, não temerei mal algum, porque tu estás comigo” (Salmo 23).

“Para os espíritos pobres a natureza é cinza. Para os espíritos curiosos, o mundo inteiro arde e brilha com uma luz intensa” (Ralph Waldo Emerson).

RESUMO

O objetivo deste trabalho, composto por sete capítulos, é apresentar uma proposta de descrição e análise do sistema interrogativo da língua Sateré-Mawé. No primeiro capítulo, apresentamos algumas considerações históricas, demográficas e sociolinguísticas, em relação aos povos indígenas brasileiros. No segundo capítulo, apresentamos algumas informações a respeito do povo Sateré-Mawé e de sua língua. Discutimos, no terceiro capítulo, os fundamentos teóricos do funcionalismo estrutural, nos quais nos baseamos para a descrição e a análise que propomos. No quarto capítulo, descrevemos a metodologia adotada nesse trabalho, entre outras informações, o contexto em que essa pesquisa foi realizada e os procedimentos para a constituição do corpus de análise. No quinto capítulo, apresentamos as construções interrogativas possíveis e encontradas em estudos acerca de diferentes línguas. No sexto capítulo, por sua vez, apresentamos alguns estudos já realizados sobre o funcionamento do sistema interrogativo de línguas que pertencem ao tronco Tupi. No sétimo e último capítulo, apresentamos os resultados que obtivemos ao estudar o sistema interrogativo dessa língua, que dispõe de perguntas totais e parciais. As perguntas totais são caracterizadas, principalmente, pelo emprego de partícula interrogativa, responsável pela focalização de uma unidade linguística. As perguntas parciais, ao contrário, são também opcionalmente caracterizadas pelo emprego de partícula interrogativa, mas obrigatoriamente caracterizadas pelo emprego de proforma interrogativa, simples ou complexa, responsável por substituir a unidade sobre a qual interroga. O emprego de proformas interrogativas simples é condicionado pela intenção do locutor em questionar sobre um actante, cuja referência seja uma entidade humana ou não-humana. Ao contrário, o emprego de proformas interrogativas complexas é condicionado pela intenção do locutor em questionar sobre a localização, o modo, um referente não-humano, a quantidade ou o tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas Indígenas; Língua Sateré-Mawé (Tupi); Morfossintaxe; Sistema interrogativo; Perguntas totais e parciais.

ABSTRACT

The purpose of this study, composed by seven chapters, is to present a proposal of description and analysis of the interrogative system of Sateré-Mawé language. The first chapter presents some historic, demographic and sociolinguistic considerations about the Brazilian Indian people. The second chapter presents some information about Sateré-Mawé people and their language. The third chapter presents the theoretical fundaments of the functionalism structural, the groundwork for the description and analysis proposed here. The fourth chapter illustrates the description of the methodology applied in this study, like some information about the searching context and the analysis' corpus constitution. The fifth chapter shows the interrogative constructions which are possible in different languages. The sixth chapter makes clear some proposals about the functioning of the interrogative system of Tupi languages. The seventh and last chapter presents our understanding about your interrogative system, which contains total and partial questions. The total questions are mostly marked by an interrogative particle, which serves for focus on some linguistic unity. The partial questions are optionally marked by an interrogative particle, but obligatorily marked by an interrogative proform, simple or complex, which serves for substituting some unity and questioning about it. The employment of simple interrogative proforms is conditioned by the speaker's intention of questioning about some actant, which refers to a human or non-human referent. On the other hand, the employment of complex interrogative proforms is conditioned by the speaker's intention of questioning about placement, manner, some non-human referent, quantity or time.

KEY-WORDS: Indian Languages; Sateré-Mawé language (Tupi); Morphosyntax; Interrogative System; Total and partial questions.

LISTA DE QUADROS

Quadro A: População e povos indígenas brasileiros, por Estado.

Quadro B: A situação das terras indígenas brasileiras.

Quadro C: O tronco linguístico Tupi.

Quadro D: O tronco linguístico Macro-Jê.

Quadro E: As famílias que não estão agrupadas em troncos.

Quadro F: População sateré-mawé em localidades indígenas e urbanas.

Quadro G: Quantidade de falantes sateré-mawé por área indígena.

Quadro H: Os tipos de relação possessivo-genitiva em Sateré-Mawé.

Quadro I: Os determinantes demonstrativos em Sateré-Mawé.

Quadro J: Valor semântico dos morfemas classificadores {-ko-}, {-sup-}, {-pu-} e {-me-}.

Quadro K: Os planos morfossintático e semântico.

Quadro L: Semelhanças e diferenças entre línguas do tronco Tupi.

Quadro M: As proformas interrogativas da língua Sateré-Mawé.

Quadro N: As proformas interrogativas complexas.

Quadro O: A estrutura das proformas *ai-ko-pe*, *a(i)-su(p)-we*, *ai-pu-pe*, *ai-ko-wo*, *ai-ko-puo* e *ai-me-puo*.

Quadro P: O condicionamento do emprego das proformas *ai-ko-wo*, *ai-ko-puo* e *ai-me-puo*.

Quadro Q: A estrutura das proformas *ka(t)-rã*, *ka(t)-rã-nia* e *ka(t)-rã-pe*.

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

~	Alternância / Variação
{ }	Morfema
Ø	Morfema zero
A	Aspecto atético
ac.	Acusativo
ad.pes.	Aderência pessoal
Ag.	Prefixo pessoal agentivo
Asp.	Aspecto
At.	Índice relacional de voz ativa
Atr.	Índice relacional de voz atributiva
aux.	Auxiliar
caus.	Causativo
CL	Classificador nominal específico
clas.	Classificador
col.	Coletivizador
comp.	Composto
conec.	Conector
cor.	Co-referencial
dat.	Dativo
def.	Definido
dim.	Diminutivo
dist.	Afastamento distal
dupl.	Duplicação
dur.	Duração
f.	Feminino
foc.	Focalizador
Fut.	Futuro
i.rel.	Índice relacional

Inat.	Prefixo pessoal inativo
incl.	Pessoa inclusiva
indef.	Indefinido
inf.	Infinitivo
intent.	Intentivo
Inter.	Morfema interrogativo
loc.posp.	Locução posposicionada
m.	Masculino
Med.	Índice relacional de voz média
modal.	Modalizador
n.	Neutra
n.cor.	Não co-referencial
neg.	Negação
NFC	Nome em função classificadora
nomin.	Nominalizador
obj.	Objeto
Part.	Partícula enunciativa
Pas.	Passado
pl.	Plural
pl.gl.	Plural global
Posp.	Posposição
Prep.	Preposição
Pres.	Presente
Pres.cont.	Presente contínuo
prev.	Prevérbio
prog.	Progressivo
pron.dem.	Pronome demonstrativo
pron.obl.	Pronome oblíquo
pron.rel.	Pronome relativo
prox.	Afastamento proximal

R1	Indicador de determinante contíguo
R2	Indicador de determinante não-contíguo
rad.nom.	Radical nominal
Rec.	Índice relacional de voz recíproca
redup.	Reduplicação
refer.	Referenciante
sg.	Singular
subj.	Sujeito
supl.	Suplementar
T	Aspecto télico
TM	Tempo-modo

SUMÁRIO

Agradecimentos

Epígrafe

Resumo

Abstract

Lista de quadros

Lista de abreviaturas e símbolos

INTRODUÇÃO	16
-------------------	-----------

CAPÍTULO 1: Os povos indígenas brasileiros	19
---	-----------

1.1 População e localização	19
-----------------------------	----

1.2 As línguas indígenas brasileiras	26
--------------------------------------	----

CAPÍTULO 2: Sateré-Mawé: o povo e sua língua	35
---	-----------

2.1 População e localização	35
-----------------------------	----

2.2 A situação sociolinguística do povo Sateré-Mawé	37
---	----

2.3 A língua Sateré-Mawé	39
--------------------------	----

CAPÍTULO 3: A abordagem funcionalista-estrutural	53
---	-----------

CAPÍTULO 4: A metodologia da pesquisa	61
--	-----------

4.1 O tipo da pesquisa	61
------------------------	----

4.2 O contexto da pesquisa	62
----------------------------	----

4.3 Uma descrição das viagens à campo	63
---------------------------------------	----

4.4 A constituição do corpus da pesquisa	66
--	----

CAPÍTULO 5: A interrogação em línguas do mundo	68
---	-----------

5.1 As perguntas totais	70
-------------------------	----

5.1.1 A entonação	70
-------------------	----

5.1.2 O ordenamento de palavras	73
---------------------------------	----

5.1.3	As partículas interrogativas	77
5.1.4	As perguntas alternativas	80
5.1.5	As questões “tag”	82
5.2	As perguntas parciais	84
5.2.1	A entonação	84
5.2.2	As partículas interrogativas	85
5.2.3	As proformas interrogativas	87
5.2.4	A posição das proformas interrogativas	92
5.3	Perguntas totais e parciais: morfologia interrogativa compartilhada	101
 CAPÍTULO 6: A interrogação em línguas Tupi		103
 CAPÍTULO 7: A interrogação em Sateré-Mawé		123
7.1	As perguntas totais	124
7.1.1	A partícula interrogativa <i>apo</i>	125
7.1.2	A partícula interrogativa <i>ij</i>	127
7.2	As perguntas parciais	129
7.2.1	As proformas interrogativas simples	130
7.2.1.1	A proforma <i>uwe</i>	130
7.2.1.2	As proformas <i>kat</i> e <i>kan</i>	133
7.2.1.3	A cumulação de proformas simples	138
7.2.2	As proformas interrogativas complexas	138
7.2.2.1	Interrogando sobre a localização	139
7.2.2.2	Interrogando sobre o modo	147
7.2.2.3	Interrogando sobre um referente não-humano	148
7.2.2.4	Interrogando sobre a quantidade	150
7.2.2.5	Interrogando sobre o tempo	151
 CONSIDERAÇÕES FINAIS		153
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		156

INTRODUÇÃO

“Cada língua indígena brasileira não só reflete, assim, aspectos importantes da visão de mundo desenvolvida pelo povo que a fala, mas constitui, além disso, a única porta de acesso ao conhecimento pleno dessa visão de mundo que só nela é expressa” (RODRIGUES, 1994, p. 27).

É de nosso conhecimento a existência de poucos estudos realizados sobre as línguas indígenas do Brasil, tendo em vista a quantidade limitada de publicações nessa área. Atualmente, entretanto, diferentes pesquisadores têm atribuído maior importância à pesquisa de línguas indígenas, objetivando, entre outros aspectos, a preservação da diversidade cultural brasileira.

Poucos também são os trabalhos concernentes ao estudo da língua Sateré-Mawé. Entre os mais antigos, de que temos conhecimento, estão: **(a)** a organização de listas de palavras, por estudiosos como Henri Coudreau, em 1896, Curt Nimuendajú, em 1923, Koch-Grunberg, em 1924, Nunes Pereira, em 1939 e Teófilo Tiuba, cujo ano de produção da lista é desconhecido; **(b)** a publicação de um dicionário bilíngue Sateré-Português / Português-Sateré e de um estudo fonológico acerca das unidades gramaticais em Sateré-Mawé, ambos de autoria dos missionários Sue e Albert Graham, pertencentes ao “Summer Institute of Linguistics”; **(c)** a publicação de um estudo relativo aos prefixos pessoais e numerais, realizado pelos pesquisadores de sobrenome Graham supracitados, em parceria com Carl H. Harrison, em 1984; **(d)** a publicação de uma dissertação a respeito do sistema dêitico da língua Sateré-Mawé, de autoria de Márcia dos Santos Suzuki, em 1997; **(e)** bem como de uma dissertação acerca da fonologia dessa língua, desenvolvida por Raynice Geraldine Pereira da Silva, em 2005.

Os estudos mais recentes já realizados sobre a morfossintaxe dessa língua são, em sua maioria, de autoria de Dulce do Carmo Franceschini, linguista e docente na Universidade Federal de Uberlândia, tendo realizado, em princípio, um estudo preliminar à análise da língua Sateré-Mawé, no ano de 1993. Em 1999, defendeu a sua tese de Doutorado, que apresenta uma proposta de descrição e análise morfossintática da língua Sateré-Mawé, abordando, entre outros aspectos, o estudo da classe dos nomes, pronomes e verbos, bem como da constituição das bases morfológicas complexas. Nos anos seguintes, publicou alguns artigos sobre o sistema linguístico sateré-mawé, voltados à compreensão dos nomes, pronomes demonstrativos e das posposições. Em outros artigos, privilegiou os seguintes

estudos: do tempo e do aspecto gramatical; bem como do sistema verbal e de suas diferentes categorias como aspecto, voz ativa, voz inversa e voz média.

O presente estudo está voltado para outro aspecto que não os abordados em trabalhos anteriores, uma vez que tem como finalidade apresentar uma proposta de descrição e análise do sistema interrogativo da língua Sateré-Mawé. Partimos do pressuposto de que os enunciados interrogativos das línguas – descritas e analisadas até o momento – comportam-se de modo semelhante. A partir disso, procuramos responder ao seguinte questionamento: de quais possibilidades morfossintáticas e/ou fonológica os enunciados interrogativos concernentes à língua Sateré-Mawé estão imbuídos?

A apresentação desse estudo está dividida em sete capítulos, dispostos na seguinte ordem: “Os povos indígenas brasileiros”, “Sateré-Mawé: o povo e sua língua”, “A abordagem funcionalista-estrutural”, “A metodologia da pesquisa”, “A interrogação em línguas do mundo”, “A interrogação em línguas Tupi” e “A interrogação em Sateré-Mawé”.

No primeiro capítulo, “Os povos indígenas brasileiros”, apresentamos algumas considerações acerca de quantos são e de como vivem os povos indígenas no Brasil e da situação sociolinguística dos mesmos. Dissertamos, ainda, sobre o processo de desaparecimento de muitos povos indígenas, bem como do processo de perda linguística a datar de 1500. Não obstante, apresentamos algumas informações importantes em relação ao processo de demarcação de terras indígenas brasileiras.

Em “Sateré-Mawé: o povo e sua língua”, capítulo segundo, apresentamos alguns aspectos históricos e sócio-demográficos concernentes ao povo Sateré-Mawé, cuja língua é o nosso objeto de estudo e, portanto, de nosso maior interesse, além de questões fundamentais para a compreensão da situação sociolinguística desse povo. Apresentamos, ainda, de forma sucinta, a análise dos nomes, verbos, determinantes demonstrativos, pluralizadores e posposições da língua Sateré-Mawé (cf. FRANCESCHINI, 1999, 2001, 2005, 2007, 2009), cuja compreensão foi essencial para o nosso entendimento do sistema interrogativo da mesma.

Em “A abordagem funcionalista-estrutural”, capítulo terceiro, dissertamos acerca dos fundamentos teóricos em que nos baseamos para a descrição e a análise da língua Sateré-Mawé. A esse respeito, apresentamos os pressupostos do funcionalismo estrutural, cujo mentor é André Martinet (1964); as considerações de Mário Perini (2008) acerca de estudos linguísticos descritivos; as contribuições de Hagège (1982) a respeito dos três pontos de vista necessários à análise linguística de um enunciado; as considerações de Lazard (1994, 1997) sobre sintaxe geral; bem como o posicionamento de Benveniste (1989) a respeito de sua teoria enunciativa.

No capítulo quarto, intitulado “A metodologia da pesquisa”, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados nesse trabalho. Apresentamos as características desse tipo de pesquisa, propostas por Thiollent (1985); expomos o tipo de contexto em que a mesma foi realizada; caracterizamos a constituição do corpus utilizado; e finalmente, apresentamos uma descrição das viagens à campo.

No capítulo quinto, “A interrogação em línguas do mundo”, pretendemos estabelecer uma direção para a descrição e a análise do sistema interrogativo da língua Sateré-Mawé. Desse modo, expomos o que escrevem Thomas E. Payne (1997), Talmy Givón (2001), Denis Creissels (2006), entre outros autores, a respeito das construções interrogativas possíveis e encontradas em estudos prévios acerca de diferentes línguas.

Sendo a língua Sateré-Mawé integrante do tronco linguístico Tupi, apresentamos no capítulo sexto, “A interrogação em línguas Tupi”, a classificação de vinte e oito línguas que pertencem a esse tronco, proposta por Brandon e Seki (2007). Também nesse capítulo, apresentamos algumas considerações sobre a interrogação nas línguas Juruna, conforme Fargetti (2001), Kaiwá, conforme Taylor (1984), Mundurukú, segundo Crofts (2004) e Gomes (2006), e Tapirapé, de acordo com Almeida, Irmãzinhas de Jesus e Paula (1983) e Praça (2007).

No sétimo e último capítulo, intitulado “A interrogação em Sateré-Mawé”, apresentamos a nossa proposta de descrição e análise do sistema interrogativo da língua Sateré-Mawé.

Através do presente estudo, pretendemos contribuir para o conhecimento, a documentação e a preservação dessa língua. Pretendemos, ainda, colaborar para o enriquecimento de seu ensino nas escolas sateré-mawé, através da elaboração de material didático com a participação de professores indígenas.

Capítulo 1: OS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS

1.1 População e localização

Os índios do Brasil não são um povo: são muitos povos, diferentes de nós e diferentes entre si. Cada qual tem usos e costumes próprios, com habilidades tecnológicas, atitudes estéticas, crenças religiosas, organização social e filosofia peculiares, resultantes de experiências de vida acumuladas e desenvolvidas em milhares de anos. (cf. RODRIGUES, 1994, p. 17)

A colonização do Brasil foi realizada pelos portugueses no ano de 1500, fato que deu início à destruição dos primeiros habitantes brasileiros, os povos indígenas. Muitas eram as aspirações dos colonizadores em relação ao país, os quais objetivaram possuir desde as terras habitadas pelos indígenas até o trabalho escravo que realizavam. Não obstante ter havido embates violentos entre os colonizadores e os colonizados, consequência da ameaça que os europeus representaram aos nativos, diferentes enfermidades foram trazidas do Velho ao Novo Mundo, as quais contribuíram, efetivamente, para o extermínio de muitos povos indígenas. Embora a insuficiência de informações históricas não nos permita alcançar um cálculo inteiramente fiel a respeito da população dos primeiros nativos brasileiros, sabe-se que, dentre as avaliações realizadas por diferentes pesquisadores, havia, anteriormente ao período de colonização do Brasil, entre 1,1 e 4,2 milhões de indígenas.

Mellati (2007, p. 45) refere-se a três pesquisadores que apresentaram estimativas acerca da população indígena primitiva, embora esses cálculos não sejam equivalentes entre si. Inicialmente, Julian Steward concluiu que havia cerca de 1,1 milhão de indígenas em 1500 no país, tendo em vista, entre outros aspectos, as informações quantitativas cedidas pelos primeiros cronistas que chegaram à região. Willian Denevan, posteriormente, avaliou que a população indígena brasileira era de, aproximadamente, 4,2 milhões no mesmo período. Embora tenha se servido de métodos iguais ao de Steward, aumentou as densidades demográficas propostas pelo pesquisador, principalmente no que diz respeito às regiões da “várzea amazônica” e da “faixa litorânea da mata atlântica”. Finalmente, John Hemming, ao se basear no estudo de escritos antigos a respeito da relação entre os povos indígenas e não-indígenas, bem como da evacuação dos jesuítas do país, estabeleceu que cerca de 2,4 milhões de indivíduos habitavam o território brasileiro antes de os europeus terem chegado ao local.

Após mais de 500 anos de história, não se sabe exatamente qual a população indígena do Brasil, uma vez que “os dados disponíveis foram coletados em anos diferentes, por fontes diferentes, e são objeto de projeções imprecisas” (cf. SANTILLI, 2000, p. 15). De acordo com a Fundação Nacional do Índio, 460 mil indígenas habitam diferentes regiões brasileiras, ao passo que o Instituto Socioambiental indica uma população de 600 mil indivíduos.

Segundo Cunha (1992, p. 12), o desaparecimento da maior parte da população indígena brasileira foi consequência da proximidade entre povos do “Antigo e Novo mundo”, em outros termos, o embate que se firmou entre povos indígenas e não-indígenas foi uma das causas que fortemente contribuiu, durante o período de colonização do país, para o aniquilamento dos primeiros. Nas palavras da autora, o desaparecimento de diferentes povos indígenas foi “fruto de um processo complexo cujos agentes foram homens e microorganismos, mas cujos motores últimos poderiam ser reduzidos a dois: ganância e ambição, formas culturais da expansão do que se convencionou chamar o capitalismo mercantil”.

De acordo com Mellati (2007, p. 242-244), não somente as terras indígenas interessavam aos povos colonizadores – com o intuito de realizarem lavouras de cana-de-açúcar, criações de gado, exploração de ouro, construção de estradas, extração da seringa, entre outras atividades – como também o próprio trabalho escravo a que os indígenas eram submetidos. Não obstante, a permanência em uma mesma localidade tornou-se causa da destruição de muitos indígenas, visto que as doenças levadas pelos europeus às tribos eram facilmente transmitidas entre os seus habitantes, cujos organismos eram desprovidos de defesa contra catapora, gripe, pneumonia, sarampo, tuberculose, varíola, entre outras enfermidades.

Para Rodrigues (1994, p. 19), o processo de extermínio de indígenas no período colonial foi consequência de

[...] campanhas de extermínio ou de caça a escravos, movidas pelos europeus e por seus descendentes e prepostos, ou em virtude das epidemias de doenças contagiosas do Velho Mundo, deflagradas involuntariamente (em alguns casos voluntariamente) no seio de muitos povos indígenas; pela redução progressiva de seus territórios de coleta, caça e plantio e, portanto, de seus meios de subsistência, ou pela assimilação, forçada ou induzida, aos usos e costumes dos colonizadores.

O desaparecimento de muitos povos significou grande perda cultural e de diversidade brasileiras. Todavia, tão grave quanto as causas de aniquilamento acima mencionadas foi o

processo de aculturação dos mesmos, a partir da substituição de hábitos e crenças dos indígenas por práticas das quais não eram possuidores.

Nas palavras de Gambini (2000, p. 146), “[...] a perda da identidade cultural implica o fim de um grupo: alguns poucos indivíduos podem sobreviver, mas sua existência vegetativa já não tem mais nenhum traço de força, orgulho, criatividade ou vontade”. O contato entre nativos brasileiros e povos europeus, a datar do período colonial, deu início à perda da identidade cultural indígena, uma vez que os colonizadores tentaram impor as suas próprias concepções aos colonizados, ao levá-los a acreditar que eram donos de cultura inferior e, portanto, a admitir mais facilmente a cultura alheia.

Não obstante, os indígenas, assim como os negros, eram forçosamente capturados para trabalhar, dentre outras áreas coloniais, naquelas destinadas à produção extrativa e agrícola, fator que causou resistência por parte dos oprimidos e, conseqüentemente, embates violentos com os povos europeus. A partir disso, eram comuns as fugas coletivas de indígenas a locais onde pudessem ter o controle de sua própria mão-de-obra, embora fossem perseguidos por soldados europeus cujo objetivo era impedir a ocorrência de novas evasões. A esse respeito, “os índios capturados em algumas regiões tinham como castigo o envio para outras áreas bem distantes” (cf. GOMES, 2002, p. 36), prática que possibilitava a dispersão e a desunião dos nativos.

Atualmente, a maior parte dos povos indígenas brasileiros habita a Amazônia Legal – constituída pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, oeste do Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins – sendo que os demais povos encontram-se dispersos em diversos Estados brasileiros, exceto Piauí e Rio Grande do Norte, de acordo com a Fundação Nacional do Índio. Apresentamos, abaixo, a população indígena de cada Estado brasileiro e a quantidade de povos indígenas por Estado:

Quadro A: População e povos indígenas brasileiros, por Estado.

Estado	População (FUNAI²)	Quantidade de povos indígenas (FUNAI)	Quantidade de povos indígenas (ISA³)
Acre	9.868	14	13
Alagoas	5.993	7	7
Amapá	4.950	6	9
Amazonas	83.966	65	59
Bahia	16.715	15	13
Ceará	5.365	9	8
Espírito Santo	1.700	2	2
Goiás	346	3	4
Maranhão	18.371	6	8
Mato Grosso	25.123	42	41
Mato Grosso do Sul	32.519	9	9
Minas Gerais	7.338	9	8
Pará	20.185	34	36
Paraíba	7.575	1	1
Paraná	10.375	3	4
Pernambuco	23.256	8	11
Rio de Janeiro	330	1	1
Rio Grande do Sul	13.448	3	3
Rondônia	6.314	28	27
Roraima	30.715	9	11
Santa Catarina	5.651	5	4
São Paulo	2.716	7	5
Sergipe	310	1	1
Tocantins	7.193	8	10
Total	340.322	295	295

² Disponível em <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em 27/05/2011.

³ Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt>. Acesso em 27/05/2011.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a população indígena brasileira seria de **460 mil indígenas**, no entanto, no quadro acima, essa mesma instituição apresenta dados divergentes, pois a soma da população indígena dos diferentes Estados totaliza apenas **340.322 indivíduos**. Observamos, na mesma tabela, no que concerne aos dados da FUNAI e do Instituto Socioambiental – ISA –, divergências quanto ao número de povos indígenas que habitam os diferentes Estados: enquanto a FUNAI cita 65 povos vivendo no Estado do Amazonas, o ISA contabiliza apenas 59.

O número de povos indígenas apresentado no quadro não equivale ao número de povos indígenas do Brasil, uma vez que muitos povos vivem em diferentes Estados. É o caso, por exemplo, dos grupos Cinta larga e Terena, cujas populações habitam os estados do Mato Grosso e Rondônia, bem como os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo, respectivamente (cf. ISA). Em relação ao número de povos indígenas que vivem hoje no Brasil, encontramos divergência entre as diferentes fontes consultadas: para o ISA, são **234**; para a FUNAI, **225**; e, de acordo com Rodrigues (1999), a soma de tais povos corresponde a **220**.

Atualmente, a situação fundiária desses povos é bastante diversificada, uma vez que as terras que ocupam estão submetidas a estágios variados do processo de demarcação. A maior parte deles vive em propriedades cuja situação apresenta-se regular, ao contrário, muitas terras não possuem registro oficial e, portanto, estão à mercê de invasões e disputas. É o caso, por exemplo, da terra indígena Raposa-Serra do Sol, destinada pelo Governo do Amazonas à ocupação dos povos Macuxi e Jaricuna, desde 1917. Segundo o ISA, uma vez que o processo de demarcação da área não foi concluído em sua totalidade, esses povos já tiveram a sua propriedade ameaçada por criadores de gado e garimpeiros e, atualmente, sofrem as pressões de arroteiros para a desocupação da terra.

Conforme Villas-Bôas (2005, p. 78), o processo de demarcação e proteção às terras foi consolidado como parte dos direitos indígenas a partir da Constituição Federal de 1988, visto que, ao instituí-los, o Estado “não dá nem tira direito, apenas evidencia os limites a que se aplica a proteção constitucional, pois a terra é indígena originariamente”. O processo demarcativo de terras é considerado, portanto, um meio administrativo, cuja finalidade consiste, em princípio, em determinar as fronteiras das áreas habitadas pelos indígenas, registrando e protegendo-a e, concomitantemente, em possibilitar que garantam a sua preservação física e cultural, mediante as condições de moradia, trabalho e organização social possibilitadas pela posse e ocupação das terras que lhes são de direito (cf. FUNAI). No quadro

seguinte, apresentamos a situação dos processos de demarcação das terras indígenas brasileiras:

Quadro B: A situação das terras indígenas brasileiras⁴.

Situação das Terras Indígenas	Quantidade de Terras
Registradas	343
Homologadas	49
Identificadas	22
Declaradas ou demarcadas	59
Reservadas e Dominiais	35
A identificar	122
Sem providências	216
Total de Terras	847⁵

A partir desse quadro, conclui-se que a quantidade de terras é superior à de povos indígenas. Isso ocorre devido à existência de indivíduos pertencentes ao mesmo povo, mas que ocupam territórios diferentes. É o caso, por exemplo, do povo Guaraní Mbya, que habita diferentes terras indígenas nos estados do Espírito Santo, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina (cf. ISA).

Para a melhor compreensão da situação fundiária dos povos indígenas brasileiros, é necessário entender o que representa cada um dos processos de reconhecimento de terras (cf. VILLAS-BÔAS, 2005, p. 86), apresentados no quadro. Entende-se por terras sem providências aquelas cujo processo de reconhecimento fundiário ainda não teve início, e por terras a identificar as que determinado Grupo Técnico já realizou os estudos necessários ao início do processo de identificação fundiária, mas que ainda não tiveram o documento – realizado pelo mesmo Grupo – ratificado pelo presidente da FUNAI. As terras reservadas e dominiais são, respectivamente, aquelas destinadas pela União aos povos indígenas que deixaram de possuir (por motivos específicos) as terras anteriormente ocupadas, bem como as

⁴ Disponível em <http://www.cimi.org.br> – Conselho Indigenista Missionário –, e atualizado em 20/10/2008.

⁵ Há uma terra com restrição de acesso, por conta da presença de indígenas sem contato.

terras cuja propriedade foi adquirida por indígenas mediante ações legislativas, como doação, compra, entre outras. Por terras identificadas entende-se aquelas reconhecidas pela FUNAI como concernentes à determinada comunidade indígena e que, portanto, apresentam a sua situação de demarcação publicada no Diário Oficial do Estado e da União – DOU. As terras declaradas ou demarcadas, por sua vez, são aquelas que, após terem sido identificadas, são reconhecidas também pelo Ministério da Justiça ou interministerial, que publicam Portaria Declaratória aprovando que a demarcação física seja realizada pela FUNAI. Após serem declaradas, as terras são homologadas (reconhecidas oficialmente) pelo Presidente da República e são, finalmente, registradas, quando apresentam a sua situação de demarcação inscrita somente em Cartório de Registro ou tanto em Cartório quanto no Departamento de Patrimônio da União.

Sabe-se que, da quantidade de 847 terras habitadas por povos indígenas no Brasil, apenas 343 apresentam-se em situação plena de regularidade, isto é, foram submetidas a todos os estágios do processo de regularização fundiária e, portanto, são protegidas pelo Estado. É o caso das áreas indígenas maranhenses Lagoa Comprida e Morro Branco, ambas ocupadas pelo povo indígena Guajajara (cf. ISA).

1.2 As línguas indígenas brasileiras

[...] Cada língua tem determinadas finezas de expressão, que podem coincidir parcialmente com o que se dá em outras línguas, mas que, no conjunto, caracterizam uma língua dada como um sistema único de expressão humana, no qual se cristalizaram os efeitos de uma experiência de vida e de análise inteligente do mundo acumulada através das inúmeras gerações de um povo (cf. RODRIGUES, 1994, p. 27).

A população referente aos povos indígenas brasileiros foi drasticamente reduzida após o contato com os portugueses no período colonial. Com o extermínio físico de grande parte dos nativos, diferentes línguas indígenas foram destruídas, o que resultou em um aniquilamento cultural da diversidade que representavam.

Estima-se que a quantidade de línguas e dialetos falados por povos indígenas brasileiros aproximava-se de 1.200, anteriormente à chegada dos europeus ao Brasil, e consiste atualmente em cerca de 180 línguas. Entretanto, embora o auge do desaparecimento de aproximadamente 1.000 línguas tenha ocorrido no período de colonização do país, sabe-se que situação semelhante foi observada no período imperial, entre os anos de 1822 e 1889, e permaneceu ainda no período referente à república (cf. RODRIGUES, 1999).

Segundo Rodrigues (1999), o processo de perda linguística dos povos indígenas vem acontecendo também nos dias atuais, dado que a existência de povos é superior à de línguas: há no Brasil 220 povos, mas apenas 180 línguas, o que significa que 40 destes não mais falam as suas línguas maternas. Conforme o pesquisador, dos grupos indígenas existentes, há aqueles que falam a língua indígena de outro povo em detrimento de sua língua materna, há os que adotaram o Crioulo Francês da Guiana Francesa para fins discursivos, bem como tem-se o conhecimento de mais de vinte povos indígenas cujos falantes comunicam-se somente mediante a Língua Portuguesa.

Embora a quantidade de 180 línguas indígenas pareça ainda considerável, apenas o conhecimento dos dados demográficos relativos a cada uma dessas línguas nos possibilita aproximar, de fato, da realidade linguística concernente aos povos indígenas brasileiros. Enquanto que apenas 1 língua possui a quantidade superior a 30.000 falantes, 50 línguas são faladas por, em média, 100 indivíduos apenas (cf. RODRIGUES, 1999). Não é difícil, portanto, concluir que as línguas indígenas do Brasil, em sua maioria, encontram-se

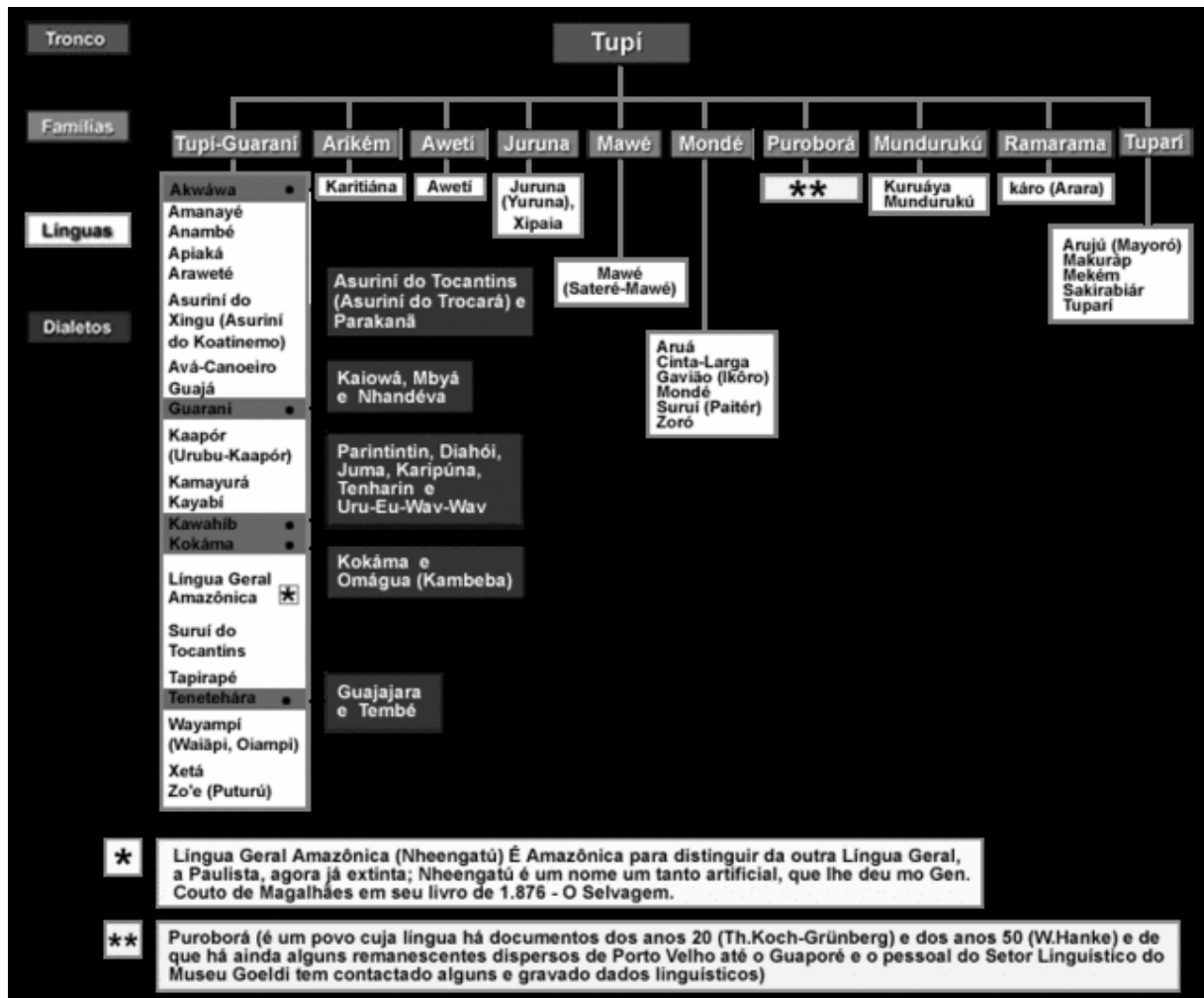
ameaçadas: aquelas que reúnem um número inferior a 1.000 falantes, isto é, 87% da totalidade, apresentam grande risco de serem extintas.

Muitas são as diferenças notadas entre as línguas indígenas (cf. RODRIGUES, 1994, p. 23), tendo em vista a variedade de processos fonéticos, fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam. Embora diferentes em diversos aspectos, há pressupostos de que muitas línguas indígenas tenham sido originadas de uma mesma língua, isto é, são provenientes de uma origem comum. A partir de estudos descritivos e, posteriormente, histórico-comparativos, chegou-se ao conhecimento de determinados aspectos da mesma natureza, em maior ou menor quantidade, entre diferentes línguas, a partir dos quais foi possível ordená-las em famílias linguísticas. Mais semelhantes, portanto, são as línguas agrupadas em uma mesma família, conseqüentemente, as famílias que reúnem línguas cujas semelhanças são maiores do que as diferenças são ordenadas no mesmo tronco linguístico. As línguas isoladas, em contrapartida, são assim denominadas por não apresentarem parentesco comprovado com outra língua já ordenada em família e tronco existentes, de modo que “constituem famílias de um só membro” (cf. RODRIGUES, 1994, p. 93).

Neste contexto, segundo Rodrigues (1994, p. 14), foi possível classificar a maior parte das línguas indígenas brasileiras em dois troncos linguísticos: o tronco Tupi e o tronco Macro-Jê. Não obstante, 20 famílias não estão agrupadas em nenhum tronco, uma vez que são consideradas, até o momento, famílias independentes. Apresentamos, nos três quadros seguintes⁶, a classificação das línguas indígenas brasileiras proposta pelo autor:

⁶ Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/troncos-e-familias>, atualizado em setembro de 2007.

Quadro C: O tronco linguístico Tupi.



A hipótese de Rodrigues (1994, p. 47) é a de que o tronco linguístico Tupi seja constituído por 10 famílias, cujas línguas são faladas principalmente na região norte do Brasil, “em áreas de floresta tropical e subtropical”.

Segundo Rodrigues (1994, p. 43), há evidências de que essas línguas são realmente integrantes do tronco Tupi, embora ainda sejam necessários outros estudos acerca das relações entre as famílias que o compõem.

Dessas famílias, é a Tupi-Guarani que abrange o maior número de línguas indígenas. No quadro acima, observamos 23 línguas⁷ e 15 dialetos. As famílias Mondé e Tupari vêm em seguida, integradas por 7 línguas⁸ e 6 línguas⁹, respectivamente. Apenas 2 línguas, no entanto,

⁷ Segundo dados mais recentes de Rodrigues (2007), as línguas Amondáwa e Aurê-Aurá também são integrantes da família Tupi-Guarani.

⁸ A língua Arara do Beiradão ou do Aripuanã também é integrante da família Mondé, segundo dados mais recentes de Rodrigues (2007).

integram as famílias Juruna e Mundurukú, ao passo que as demais – Arikém, Awetí, Mawé, Puroborá e Ramarama – são compostas por 1 língua cada, isto é, são famílias cujas línguas não apresentam aspectos suficientemente semelhantes aos de outras línguas e que, portanto, são os seus membros únicos.

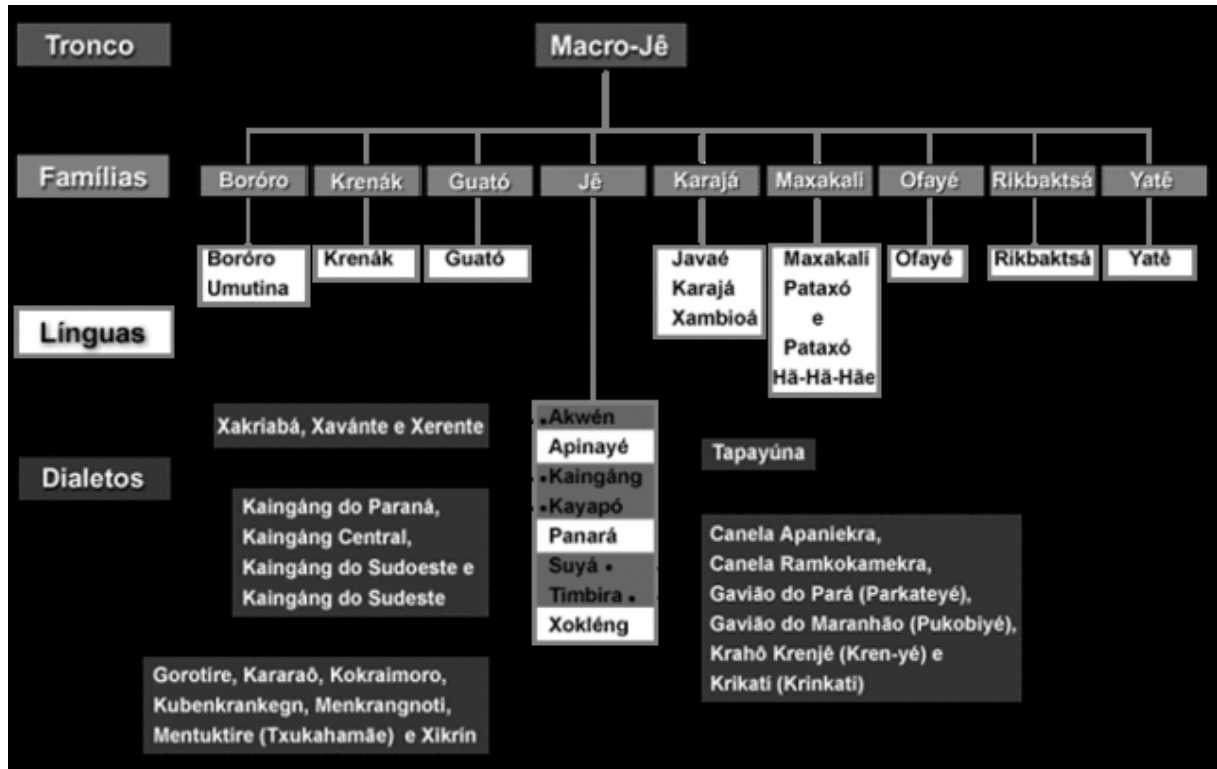
A língua Guarani, integrante da família Tupi-Guarani, abrange a maior quantidade de indivíduos e divide-se em três dialetos: Kaiowá, Nhandéva e Mbyá. Os falantes de Guarani-Kaiowá vivem, em sua maioria, no estado do Mato Grosso do Sul, ao passo que os falantes de Guarani-Nhandéva habitam diferentes estados brasileiros como Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além de países como Argentina e Paraguai. Por sua vez, a população falante de Guarani-Mbyá está localizada nos mesmos estados brasileiros que a população falante de Guarani-Nhandéva (com exceção do estado do Mato Grosso do Sul), além de se localizarem, ainda, nos países sul-americanos supracitados e nos estados do Espírito Santo, Pará, Rio de Janeiro e Tocantins. O Guarani é a língua de um povo de mesmo nome cuja população brasileira consiste em, aproximadamente, 34.000 indígenas: entre 5.000 e 6.000 indivíduos compõem o subgrupo Guarani-Mbyá; entre 8.000 e 10.000 indígenas integram o subgrupo Guarani-Nhandéva; enquanto o subgrupo Guarani-Kaiowá é composto por uma população entre 18.000 e 20.000 indivíduos (cf. ISA, 2003).

Ao contrário, a língua Xetá, também pertencente à família linguística Tupi-Guarani, é atualmente lembrada por apenas dois indivíduos que vivem no estado do Paraná (cf. ISA), ao passo que a língua Xipaia, integrante da família Juruna, já não tem mais falantes.

Como se vê, a situação linguística dos povos indígenas é bastante diversificada. De um lado, a existência de grupos populosos, como o Guarani, que têm conseguido preservar a sua língua. De outro, povos cujos falantes constituem a minoria da população total (como o Xetá) e grupos cujos integrantes já perderam as suas línguas maternas e, atualmente, comunicam-se mediante as línguas de outros povos.

⁹ Conforme os dados do mesmo autor, a família Tuparí é integrada ainda pelas línguas Akuntsú e Kepkiriwát. Além disso, Sakirabiár e Mekém são a mesma língua.

Quadro D: O tronco linguístico Macro-Jê.



Esse quadro nos mostra que 9 famílias integram o tronco linguístico Macro-Jê, cujas línguas, existentes apenas em território brasileiro, são faladas na região de “campos cerrados”, precisamente na região central do país (cf. RODRIGUES, 1994, p. 47).

A constituição desse tronco é ainda “altamente hipotética”, segundo Rodrigues (1994, p. 49), uma vez que os estudos sobre as línguas que o integram são insuficientes para que haja dados concretos a respeito de sua filiação.

A família denominada Jê é caracterizada pela maior quantidade de línguas: são 8 línguas e 21 dialetos. As famílias Maxakali e Karajá vêm em seguida, integradas por 3 línguas cada, além da família Boróro, à qual pertencem 2 línguas. As demais famílias – Krenák, Guató, Ofayé, Rikbaktsá e Yatê – são constituídas por apenas 1 língua, que, por não compartilharem semelhanças satisfatórias com as outras línguas do tronco – ou ainda pela falta de estudos que as comprovem – não possuem relação familiar com nenhuma delas.

A língua Kaingáng, integrante da família Jê, é representada por uma população bastante considerável em termos quantitativos: são, atualmente, 29.000 indivíduos, que vivem

nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, em quantidade superior a 30 terras indígenas¹⁰.

Ao contrário, as línguas Ofayé e Guató, faladas por indivíduos que habitam o estado do Mato Grosso do Sul, estão em processo de extinção: a primeira (Ofayé) é falada atualmente por cerca de 60 indivíduos (cf. FUNASA, 2010), analogamente, a segunda (Guató) reúne aproximadamente 10 falantes (cf. ISA).

As línguas pertencentes ao tronco Macro-Jê, assim como as que pertencem ao tronco Tupi, encontram-se também em situações diversas. Há casos de línguas cujos falantes são numerosos, por exemplo, os Kaingáng. Por outro lado, há casos de línguas (como Ofayé e Guató) cujos indivíduos não atingem 100 falantes, isto é, correm sério risco de extinção.

¹⁰ Disponível em <http://www.portalkaingang.org/>. Acesso em 27/05/2011.

Quadro E: As famílias que não estão agrupadas em troncos.



Das famílias supracitadas, é a Karíb que abarca o maior número de línguas indígenas: são 20 ao todo. Em seguida, vêm as famílias Aruák e Pano: a primeira (Aruák) constituída de 16 línguas e 2 dialetos e, a segunda (Pano), de 12 línguas. No que concerne à família Tukano, 11 línguas lhe são constituintes, ao passo que das famílias Arawá e Makú fazem parte, respectivamente, 8 e 6 línguas indígenas. Cada uma das famílias Katukína, Txapakúra e Yanomami é constituída por 4 línguas, enquanto que à família Nanambikwára pertencem 3 línguas, das quais duas delas se subdividem em 9 dialetos. Finalmente, são relativas às famílias Jabutí e Mura apenas 2 línguas, ao passo que 1 única língua pertence a cada uma das famílias Aikaná, Guaikuru, Iranxe, Kanoê, Koazá, Máku, Trumái e Tikúna.

Das línguas pertencentes às famílias supracitadas, há aquelas faladas por indivíduos localizados em áreas brasileiras e no exterior do país, bem como aquelas cujos indivíduos habitam somente o Brasil.

Em relação às línguas faladas apenas em território brasileiro (cf. MELATTI, 2007, p. 67-70), podemos citar as seguintes famílias: Arawá, cujas línguas são faladas por indígenas que habitam o sul do estado do Amazonas; Karíb, que reúne línguas faladas por indivíduos que vivem em diferentes localidades como o norte dos estados do Amapá e Pará, nas fronteiras Pará-Amazonas e Amazonas-Roraima, no estado de Roraima, bem como no curso do rio Xingu; Mura, cujas línguas são faladas por habitantes da confluência que fazem os rios Amazonas e Madeira, bem como por habitantes dos afluentes da margem direita desse último rio; Katukína, constituída por línguas que são faladas por indígenas que habitam a região atravessada pelos rios Juruá e Jutai, além da região localizada no baixo curso do rio Javari; Nanambikwára, que reúne línguas faladas por indivíduos que vivem na fronteira dos estados de Rondônia e Mato Grosso; Tikúna, cuja única língua é falada por habitantes do alto Solimões, no oeste do estado do Amazonas; Kanoê, Aikaná, Koazá e Jabutí, cujas línguas que lhes constituem são faladas por indígenas que habitam o estado de Rondônia; e, finalmente, Iranxe e Trumái, famílias de línguas únicas faladas, respectivamente, por indivíduos que vivem nos formadores do rio Juruena e por habitantes do alto do rio Xingu, no estado do Mato Grosso.

No que concerne, entretanto, às línguas faladas tanto em território brasileiro quanto no exterior (cf. MELATTI, 2007, p. 67-70), apontamos as que são membros das seguintes famílias: Aruák, cujas línguas são faladas por indígenas que habitam desde a península Guajira, no extremo norte da América do Sul, até o estado brasileiro Mato Grosso do Sul; Yanomami, constituída por línguas faladas por habitantes que vivem no noroeste do estado de Roraima e no norte do estado do Amazonas, bem como por habitantes do lado venezuelano da

fronteira Brasil-Venezuela; Tukano e Makú, cujas línguas são faladas por indivíduos que se localizam nos dois lados da fronteira Brasil-Colômbia, sendo que em território brasileiro vivem no estado amazônico; Pano, cujas línguas são faladas por indígenas que habitam a fronteira Brasil-Peru-Bolívia, e que, no Brasil, habitam o sudoeste do estado do Amazonas e a parte ocidental do Acre; Txapakúra, que reúne línguas faladas por indivíduos que vivem no Brasil, nos estados de Rondônia e do Amazonas, e na Bolívia; bem como a família Guaikuru, cuja língua é falada por habitantes do Brasil, no Mato Grosso do Sul, da Argentina e do Paraguai.

Capítulo 2: SATERÉ-MAWÉ: O POVO E SUA LÍNGUA

2.1 População e localização

A população sateré-mawé é de 10.477 indivíduos (cf. FUNASA, 2010). Vive, em sua maioria, na área indígena Andirá-Marau, localizada no médio rio Amazonas (no limite dos estados do Amazonas com o Pará), que pertence administrativamente aos municípios de Parintins, Barreirinha e Maués. O território sateré-mawé foi demarcado e homologado em 1988 e totaliza 788.528 hectares.

O primeiro contato do povo Sateré-Mawé com povos não-indígenas, segundo Lorenz (1992, p. 16), ocorreu no ano de 1669, a partir da implantação da missão jesuítica intitulada Tupinambarana. Os jesuítas eram os padres da Igreja Católica que integravam a Companhia de Jesus, ordem religiosa criada em 1534 pelo espanhol Ignácio de Loyola, cujo objetivo era a catequização dos indígenas que viviam nessa região, dentre outros, os Sateré-Mawé.

Para Colares (2003, p. 139-140), apesar da atuação de outras ordens religiosas na Amazônia, a missão Tupinambarana foi a que mais apresentou consistência e eficácia diante dos povos indígenas, contribuindo, conseqüentemente, para o processo ocupacional da região. A fim de persuadir e catequizar os indígenas, os jesuítas utilizavam de música e teatro, dentre outras técnicas.

No ano de 1835, teve início a Cabanagem no estado do Amazonas, uma revolta de negros, índios e mestiços. Segundo Ilari e Basso (2006, p. 63), as condições precárias a que eram submetidos, bem como a falta de importância que passou a ter a província do Pará, mesmo posteriormente à Independência do Brasil, motivaram a manifestação do movimento, cujo nome tem relação com o modelo de moradia em que viviam os integrantes da revolta popular, as cabanas de barro. Entre os povos indígenas que se uniram aos cabanos (cf. LORENZ, 1992, p. 16), estiveram os Mundurukú e os Mawé, habitantes das margens dos rios Tapajós e Madeira; os Mura, moradores, também, da borda do rio Madeira; e os indígenas que habitavam as margens do Rio Negro.

Lorenz (1992, p. 16-18) afirma que, com o fim da revolta da Cabanagem, em 1839, os grupos indígenas que haviam se unido aos cabanos foram obrigados a abandonar as suas regiões tradicionais ou as tiveram diminuídas, consequência de epidemias e perseguições. Conforme os Sateré-Mawé mais antigos narram, o território entre os rios Madeira e Tapajós, até as cabeceiras deste, ao sul, e até as ilhas Tupinambaranas, ao norte, era ocupado pelos seus

antepassados. Ainda segundo os viajantes que passavam pela região, faziam parte da área pertencente aos Sateré-Mawé a região entre os rios Abacaxi, Amana, Mariacua, Marmelos, Parauari e Sucunduri, bem como os locais onde foram construídas as cidades de Maués e Parintins, no estado do Amazonas, e a cidade de Itaituba, no estado do Pará. Em meados de 1978, entretanto, os Sateré-Mawé passaram a habitar as margens dos rios Andirá, Manjuru, Marau, Miriti e Urupadi, fato que ilustra o processo de redução drástica da área que anteriormente lhes pertencia.

Segundo Lorenz (1992, p. 22), a prática de catequização dos indígenas pelos jesuítas e o movimento de revolta popular da Cabanagem foram alguns dos fatores que contribuíram para o processo de diminuição das terras que cabiam ao povo Sateré-Mawé, visto que atraíram para as terras amazônicas grupos oriundos de outras regiões. Não obstante, outros diversos fatores colaboraram com o processo de redução do território indígena supracitado, entre os quais estiveram principalmente: o percurso de estrangeiros em busca das drogas do sertão – canela, castanha, cravo, guaraná, pimenta, urucum, baunilha, entre outras – e da seringa, bem como o desenvolvimento econômico das cidades de Barreirinha, Itaituba, Maués e Parintins.

Atualmente, os Sateré-Mawé vivem na região do médio rio Amazonas, no limite dos estados do Amazonas com o Pará, e estão localizados, em sua maioria, nas terras indígenas Andirá-Marau – constituída pelas áreas Andirá, Marau e Waikurapá – e Koatá-Laranjal, bem como, e em menor quantidade, nas cidades amazonenses de Barreirinha, Maués, Parintins e Nova Olinda do Norte.

A partir da realização de uma pesquisa sócio-demográfica, sob a coordenação de Teixeira (2005), nos anos de 2002 e 2003, concluiu-se que a população Sateré-Mawé em 2003 era de 8.500 indivíduos, dos quais 7.502 viviam em áreas indígenas, assim distribuídos: 3.795 indivíduos residentes em 49 aldeias na área do Andirá (município de Barreirinha); 3.288 habitantes em 37 aldeias na área do Marau-Urupadi (município de Maués); 292 residentes em 4 comunidades situadas na área do rio Waikurapá (município de Parintins); bem como 127 indígenas residentes em uma única aldeia na terra Koatá-Laranjal (município de Nova Olinda do Norte), pertencente aos indígenas Mundurukú.

Quanto aos Sateré-Mawé habitantes de áreas urbanas, foram contabilizados 998 indivíduos, assim distribuídos: 512 viviam em Parintins, 276 em Barreirinha, 200 em Maués, bem como 10 indivíduos residiam na cidade de Nova Olinda do Norte.

Quadro F: População sateré-mawé em localidades indígenas e urbanas.

Localidades Indígenas	População Sateré-Mawé	Quantidade de aldeias
ANDIRÁ	3.795	49
MARAU	3.288	37
WAIKURAPÁ	292	4
KOATÁ-LARANJAL	127	1
Localidades Urbanas		
PARINTINS	512	---
BARREIRINHA	276	---
MAUÉS	200	---
NOVA ORLINDA DO NORTE	10	---

Tendo em vista, aproximadamente, 10.477 indivíduos sateré-mawé existentes em 2010 (cf. FUNASA), é possível observar um aumento populacional de 1.977 indivíduos em relação ao ano de 2003, cuja população era de 8.500 indígenas.

2.2 A situação sociolinguística do povo Sateré-Mawé

“A análise da situação linguística do povo Sateré-Mawé tem como base a concepção, defendida por antropólogos e linguistas, de que a língua se configura como um importante instrumento de construção da cultura e da identidade de uma população” (TEIXEIRA, 2005, p. 91).

A pesquisa sócio-demográfica realizada, em 2002 e 2003, por Teixeira (2005) com a participação do povo Sateré-Mawé, resultou na publicação da obra “Sateré-Mawé – Retrato de um povo indígena”, cuja leitura nos permite conhecer, entre outras informações, sobre a situação sociolinguística desse grupo.

No período em que essa pesquisa foi realizada, a população Sateré-Mawé correspondia a 8.500 indivíduos. A língua Sateré-Mawé era falada, predominantemente, pelos habitantes da terra indígena Andirá-Marau (composta pelas áreas Andirá, Marau e Waikurapá) e pelos indivíduos sateré-mawé que viviam na terra indígena Koatá-Laranjal (pertencente aos indígenas Mundurukú), resultando em um total aproximado de 7.194 (87%) indivíduos.

Dos indivíduos que habitavam a área do Marau, 87,47% eram falantes da língua, ao passo que, dos habitantes da região de Koatá-Laranjal, 77,7% empregavam o Sateré-Mawé para fins comunicativos. Nas áreas do Andirá e do Waikurapá, assim como nas áreas supracitadas, a totalidade de falantes era superior à de não falantes, uma vez que, aproximadamente, 73,5% dos indivíduos da primeira (Andirá) falavam a língua Sateré-Mawé, bem como 65,7% dos habitantes da segunda (Waikurapá) eram falantes da mesma.

Quadro G: Quantidade de falantes sateré-mawé por área indígena.

Área	MARAU	KOATÁ-LARANJAL	ANDIRÁ	WAIKURAPÁ
Falantes de Sateré-Mawé	87,47%	77,7%	73,5%	65,7%

Esses dados sócio-demográficos nos mostram que a situação sociolinguística dos Sateré-Mawé não é a mesma nas diferentes sub-regiões. Pode-se observar uma maior perda linguística nas sub-regiões cujos indivíduos mantêm relações mais frequentes com os não-indígenas, como os do Waikurapá e do Koatá-Laranjal.

Uma vez que o deslocamento desses indivíduos às cidades é mais acessível, eles estão mais habituados a realizarem esse percurso do que, por exemplo, os indivíduos que habitam a cabeceira¹¹ dos rios, bem mais distante dos centros urbanos. Naturalmente, os indivíduos que se deslocam com maior frequência às cidades têm um contato maior com a língua portuguesa, da qual se apropriam para determinadas necessidades comunicativas e, muitas vezes, passam a empregar em detrimento de sua língua materna, o Sateré-Mawé.

Partindo-se do pressuposto de que “o fator que mantém vivo um grupo é sua cultura, sua mitologia, sua identidade [...]” (cf. GAMBINI, 2000, p. 146) e de que tais experiências são assinaladas no sistema linguístico, é possível afirmar que a perda da língua Sateré-Mawé por um número bastante elevado de indivíduos desse grupo, significa uma ameaça para a preservação tanto linguística quanto cultural desse povo.

¹¹ Localizada mais no interior da área indígena.

2.3 A língua Sateré-Mawé

“Resumindo: das cerca de 170 línguas indígenas atualmente faladas em território brasileiro, em menos de sessenta foi iniciado algum tipo de estudo de natureza linguística [...]. Quanto a estudos completos ou mais ou menos exaustivos, provavelmente não somam uma dúzia. “É pouco, é muito pouco, é quase nada...” como diz a música” (cf. MONSERRAT, 1994, p. 6).

A língua Sateré-Mawé, segundo Rodrigues (1994), é o membro único da família Mawé, uma das dez famílias que constituem o tronco Tupi.

Até a década de 90, eram poucos os estudos voltados à compreensão de aspectos gramaticais específicos dessa língua¹². A partir dessa década, vários artigos¹³ são publicados sobre a morfossintaxe do Sateré-Mawé, dentre os quais se destacam os de Dulce Franceschini. Seus estudos a respeito dessa língua iniciaram-se em 1993. Em sua tese “La langue Sateré-Mawé: description et analyse morphosyntaxique”, de 1999, Franceschini apresenta uma descrição e análise das classes de palavras da língua Sateré-Mawé – nomes, pronomes e verbos –, bem como dos tipos de predicado, valência verbal, aspecto lexical, voz, tempo e aspecto verbal.

O conhecimento obtido nesses estudos serviu de base para a elaboração de uma gramática sateré-mawé, nos anos de 2004 a 2005, e um dicionário temático sateré-mawé, nos anos de 2004 a 2008, através da participação ativa de professores indígenas e sob a coordenação de Franceschini. A gramática, monolíngue, foi publicada no ano de 2005 e distribuída, pela OPISMA – Organização dos professores indígenas dos rios Andirá e Waikurapá – às escolas da área indígena sateré-mawé. O dicionário, que se encontra em fase de publicação, também é monolíngue e contém grande parte do léxico da língua Sateré-Mawé.

O presente estudo, “A interrogação em Sateré-Mawé”, está inserido no projeto “Aspectos morfossintáticos da língua Sateré-Mawé” e, portanto, vai em direção ao fortalecimento dessa língua e, conseqüentemente, desse povo.

A fim de alcançar o objetivo geral desse trabalho, o de descrição e análise do sistema interrogativo da língua Sateré-Mawé, foi necessário compreender alguns aspectos estudados e sistematizados por Franceschini (1999) sobre essa língua, que apresenta, entre outros aspectos, uma distinção entre nomes e verbos.

¹² Sobre os estudos já realizados sobre a língua Sateré-Mawé ver “Introdução”.

¹³ Em anexo, as referências.

Os nomes e os verbos se distinguem por “leurs compositions morphologiques et/ou leurs propriétés syntaxiques” (cf. FRANCESCHINI, 1999, p. 23)¹⁴. Os nomes podem funcionar como predicado ou actante em um enunciado. Por sua vez, os verbos têm a função de predicado verbal ou, quando nominalizados, função actancial ou de predicado nominal.

A estrutura actancial da língua Sateré-Mawé é do **tipo dual** (cf. FRANCESCHINI, 1999, p. 137). As línguas duais, segundo Lazard (1997, p. 210)¹⁵, apresentam “deux constructions uniactanciellles de importance comparable. Dans l’une Z¹⁶ est traité comme X, dans l’autre comme Y”. Na construção uniactancial, o actante único é sempre indiciado no verbo por um prefixo pessoal, de modo que não é necessária a presença de um constituinte nominal que o represente. Na construção biactancial, o actante agente é sempre marcado no verbo, ao passo que o actante paciente é representado por um constituinte nominal.

Segundo Franceschini (1999, p. 145), os verbos em Sateré-Mawé se diferenciam de acordo com três fatores: a agentividade (verbos de processo) ou não-agentividade (verbos de estado) do participante indiciado no verbo; o tipo de orientação da construção verbal (ativa, média ou atributiva); e o aspecto lexical – indicado pelo índice relacional ou pelo tipo de construção de que participam.

As **construções verbais agentivas**, em Sateré-Mawé, podem ser uniactanciais ou biactanciais. Uma construção, quando **biactancial**, é constituída de prefixo pessoal agentivo, seguido de índice relacional de voz ativa I {-**ti-**} ~ {-**i-**} ~ {-**Ø-**} ou ativa II {-**he-**} e de base verbal. Vejamos o exemplo seguinte:

1. **a - ti - 'auka moi**
 1Ag.+At.T+ ‘matar’ ‘cobra’
 “Eu matei a cobra.”

A construção verbal em (1) é agentiva biactancial, constituída pelos seguintes morfemas: prefixo pessoal agentivo {**a-**} (actante / agente), índice relacional ativo {-**ti-**} e base verbal {-**'auka**} ‘matar’. Essa construção verbal é seguida do constituinte nominal **moi** ‘serpente’, actante paciente, não-agentivo.

¹⁴ Os nomes e os verbos se distinguem por “suas composições morfológicas e/ou suas propriedades sintáticas” (cf. FRANCESCHINI, 1999, p. 23, tradução nossa).

¹⁵ As línguas duais, segundo Lazard (1997, p. 210, tradução nossa), apresentam “duas construções uniactanciais de importância comparável. Em uma Z é tratado como X, em outra como Y”.

¹⁶ Z será o actante único, em construções uniactanciais. Em construções biactanciais, será X ou Y o actante que representar, respectivamente, o agente e o paciente em enunciados de ação (cf. LAZARD, 1997, 209-210).

Franceschini (1999, p. 136) observou que o fato de os verbos ativos serem constituídos por índice relacional ativo I ou ativo II reflete valores semântico-aspectuais (aspecto lexical) diferentes entre eles. Se um verbo apresenta o índice ativo do tipo I, significa que o participante¹⁷ paciente é atingido completamente por um processo de fim pré-estabelecido (aspecto télico). Se, ao contrário, o verbo possui um índice ativo do tipo II, o participante paciente não é afetado completamente pelo processo de que participa (aspecto atélico). Os exemplos, a seguir, são apresentados pela autora:

2. a - ti - tek pira

1Ag.+At.T+ ‘cortar’ ‘peixe’

“Eu recortei o peixe.”

3. a - h - i:ŋ mohi:t

1Ag.+At.A+‘sentir’ ‘flor’

“Eu sinto (o cheiro de) a flor.”

Na construção em (2), o índice relacional {-**ti**-} – ativo do tipo I / télico – indica que o participante paciente (representado pelo nome *pira* ‘peixe’) é afetado completamente pelo processo, que parte do participante agente (indiciado no verbo pelo prefixo pessoal {**a**-}).

Da construção verbal em (3) é possível afirmar duas particularidades: (a) o participante paciente (representado pelo nome *mohi:t* ‘flor’) não é afetado diretamente pelo processo, uma vez que é o cheiro da flor (e não a flor) que é atingido; e (b) não há pré-determinação da conclusão do processo, visto que o participante agente (indiciado no verbo pelo prefixo pessoal {**a**-}) pode sentir parte do cheiro da flor, mas não todo o cheiro. Essas informações são representadas no verbo pelo índice relacional {**he**-}, ativo do tipo II / atélico.

Quando **uniactancial**, uma construção verbal agentiva pode ser estruturada de dois modos: (a) prefixo pessoal agentivo, seguido de índice relacional de voz média {-**re**-} ~ {-**to**-} ~ {-**Ø**-} ou recíproca {-**to'o**-} e de base verbal; ou ainda (b) base verbal não-flexionada, seguida de verbo auxiliar flexionado por prefixo pessoal agentivo e índice relacional de voz média {-**re**-} ~ {-**to**-} ~ {-**Ø**-}. Os exemplos, a seguir, são de construções agentivas uniactanciais:

¹⁷ O termo ‘participante’ faz referência ao nível semântico-referencial, ao passo que o termo ‘actante’ referencia o nível morfossintático (cf. LAZARD, 1994, p. 68).

4. **a - re - potpa:p**

1Ag.+Med.+‘trabalhar’

“Eu trabalho.”

5. **wa - to'o - wenka**

1incl.Ag.+Rec.+‘convidar’

“Convidamo-nos reciprocamente.”

6. **ŋit a - re - (')e**

‘assustar’ 1Ag.+Med.+aux.

“Eu me assustei.”

As construções de (4) a (6) são agentivas uniactanciais. Fazem parte do enunciado em (4), nesta ordem, o prefixo pessoal agentivo {**a-**} (actante único), o índice de voz média {-**re-**} e a base verbal {-**potpa:p**} ‘trabalhar’. A construção em (5) é formada pelo prefixo pessoal {**wa-**} (actante único), seguido do índice de voz recíproca {-**to'o-**} e da base verbal {-**wenka**} ‘convidar’. Da construção em (6), por sua vez, participam o prefixo pessoal {**a-**} (actante único), o índice de voz média {-**re-**} e a base verbal {-**'e**}, posteriores a base verbal não-flexionada **ŋit** ‘assustar’.

Franceschini (1999, p. 143-144) observou que os verbos médios são portadores do índice de voz média {-**re-**} ~ {-**to-**} ~ {-**Ø**} e que o seu emprego, em Sateré-Mawé, indica que o participante único de um processo é quem lhe dá início e que o efeito desse processo recai sobre o mesmo participante. Há duas possibilidades, nessa língua, de construção verbal média: uma faz referência a um processo que teve início, mas não fim – aspecto atélico –, outra, a um processo iniciado e finalizado – aspecto télico. As construções em (7) e (8), a seguir, apontam, respectivamente, para processos de aspecto atélico e télico; vejamos:

7. **a - re - (w)e - mo - ŋit**

1Ag.+Med.+refer.+caus.I+‘assustar’

“Eu me assustei.”

8. **ŋit a - re - (')e**

‘assustar’ 1Ag.+Med.+aux.

“Eu me assustei.”

A construção verbal em (7), constituída de prefixo pessoal agentivo, seguido de índice relacional médio e de base verbal, mostra que: (a) o efeito do processo ‘assustar-se’ volta-se sobre o participante único que lhe deu início (indiciado no verbo pelo prefixo pessoal agentivo {a-}); e (b) o processo não está finalizado, de modo que continua a atingir o participante.

Ao contrário, a construção verbal em (8), formada por base verbal não-flexionada, seguida de verbo auxiliar flexionado, representa um processo télico, isto é, dotado de início e fim: o processo ‘assustar-se’, realizado a partir e sobre o participante único (também indiciado no verbo pelo prefixo pessoal agentivo {a-}), é apresentado como já concluído.

Por sua vez, em Sateré-Mawé, as **construções verbais não-agentivas** são constituídas de prefixo pessoal não-agentivo, de índice relacional de voz atributiva I {-he-} ~ {-e-} ou atributiva II {-i-} ~ {-Ø-} e de base verbal. A construção em (9), a seguir, é não-agentiva uniactancial, formada pelo prefixo pessoal não-agentivo {u-} (actante único), pelo índice relacional atributivo {-i-} e pela base verbal {-we’ese} ‘estar contente’.

9. u - i - we’ese

1Inat.+Atr.II+‘estar contente’

“Eu estou contente.”

Franceschini (1999, p. 102) observou que os verbos de estado, portadores do índice relacional atributivo I, fazem referência a uma característica não-inerente ao participante único do processo ou que não lhe afeta plenamente. Já os verbos de estado portadores do índice relacional atributivo II, referenciam uma característica inerente ao participante único do processo ou que lhe afeta plenamente. Vejamos os exemplos seguintes:

10. u - he - si’at

1Inat.+Atr.I+‘estar com fome’

“Eu estou com fome.”

11. u - i - taŋ

1Inat.+Atr.II+‘ser grande’

“Eu estou/sou grande.”

A construção verbal em (10) é formada pelo índice atributivo I {-he-}, indicador de que a propriedade ‘fome’ não é inerente ao participante único (indiciado no verbo por meio do

prefixo pessoal {**u-**}, não agentivo), ou seja, não o afeta permanentemente. Em contrapartida, o índice atributivo II {-**i-**}, que participa da construção verbal em (11), indica que a propriedade ‘ser grande’ afeta o participante único inteiramente ou lhe é permanente.

O conhecimento da estrutura verbal do Sateré-Mawé apresenta-se fundamental para a compreensão de algumas das proformas simples do sistema interrogativo dessa língua, cujo emprego pode depender do tipo de orientação (atributiva, média ou ativa) do verbo.

Em relação aos nomes dessa língua, estes podem ser simples ou complexos morfológicamente¹⁸. São simples os nomes cuja estrutura é constituída apenas de radical, e complexos os nomes formados por radical e por afixos (cf. FRANCESCHINI, 1999, p. 23). Vejamos os exemplos:

12. ahut i - i - kahu

‘papagaio’ 3Inat.+Atr.II.+‘ser bonito’

“O papagaio é bonito.”

13. rosiana u - i - mēpit

‘Rosiana’ 1poss.+Atr.II+‘filho/filha’

“Rosiana é minha filha.”

Em (12), o nome *ahut* ‘papagaio’ é morfológicamente simples e está em função actancial. Em (13), *uimēpit* ‘minha filha’ é um nome morfológicamente complexo em função predicativa.

Os nomes complexos, em Sateré-Mawé, apresentam a seguinte estrutura: prefixo pessoal, seguido de índice relacional e de radical nominal. Os índices relacionais representam “le type de relation possessive-génitive qui s’établit entre le radical nominal et le préfixe personnel ou le nom en fonction génitive” (cf. FRANCESCHINI, 1999, p. 25)¹⁹. Tais índices indicam se o nome participa da classe dos **nomes inalienáveis** ou dos **nomes alienáveis**, isto é, classifica-os de acordo com as suas propriedades morfo-semânticas.

São inalienáveis os nomes que se referem a seres / coisas que possuem relação forte de parentesco ou dependência com outro, isto é, que não podem existir sem um possuidor. Ao contrário, são alienáveis os nomes de seres / coisas cuja relação com os seus possuidores não

¹⁸ Franceschini (1999) estudou, ainda, os pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos em Sateré-Mawé. Os pronomes pessoais são morfológicamente simples, ao passo que os pronomes possessivos e os demonstrativos são complexos morfológicamente.

¹⁹ Os índices relacionais representam “o tipo de relação possessivo-genitiva que se estabelece entre o radical nominal e o prefixo pessoal ou o nome em função genitiva” (cf. FRANCESCHINI, 1999, p. 25, tradução nossa).

é intrínseca. São índices relacionais de nomes alienáveis e inalienáveis as variantes {-he-} ~ {-e-} – Atributivos I –, e {-i-} ~ {-Ø-} – Atributivos II –, respectivamente. Vejamos alguns exemplos dados por Franceschini (1999, p. 27-28):

14. **u** - **he** - **sokpe** ‘minha roupa’
 15. **e** - **e** - **sokpe** ‘tua roupa’
16. **u** - **i** - **po** ‘minha mão’
 17. **e** - **Ø** - **po** ‘tua mão’

Os nomes complexos em (14) e (15) são exemplos de nomes alienáveis, constituídos, respectivamente, pelo prefixo indicador de primeira pessoa do singular {u-}, compatível com a variante {-he-}, e pelo prefixo indicador de segunda pessoa do singular {e-}, compatível com a variante {-e-}.

Ao contrário, os nomes complexos em (16) e (17) são exemplos de nomes inalienáveis, constituídos, respectivamente, pelo prefixo indicador de primeira pessoa do singular {u-}, compatível com a variante {-i-}, e pelo prefixo indicador de segunda pessoa do singular {e-}, compatível com a variante {-Ø-}.

Alguns nomes inalienáveis são constituídos pelas consoantes /-h-/ ~ /-s-/ ou /-h-/ ~ /-j-/ que, embora não se realizem como os índices de relação, “présente la même distribution dans le paradigme que les indices de relation {-Ø-} ~ {-i-}” (cf. FRANCESCHINI, 1999, p. 30-31)²⁰. Vejamos:

18. **a** - **het** ‘nosso (incl.) nome’
 19. **uru** - **set** ‘nosso (excl.) nome’
20. **a** - **hiin** ‘nosso (incl.) dente’
 21. **uru** - **jiin** ‘nosso (excl.) dente’

As consoantes /-h-/ e /-s-/ presentes, respectivamente, nas raízes nominais em (18) e (19) se alternam de acordo com o morfema pessoal que lhes é prefixado. A raiz do nome *ahet* ‘nosso nome’ é constituída pela consoante /-h-/, compatível, entre outros, com o prefixo indicador de primeira pessoa inclusiva do plural {a-}. Por sua vez, a raiz do nome *uruset*

²⁰ Alguns nomes inalienáveis são constituídos pelas consoantes /-h-/ ~ /-s-/ ou /-h-/ ~ /-j-/ que, embora não sejam consideradas índices de relação, “apresentam a mesma distribuição no paradigma que os índices de relação {-Ø-} ~ {-i-}” (cf. FRANCESCHINI, 1999, p. 30-31, tradução nossa).

‘nosso nome’ é formada pela consoante /-s-/, compatível, entre outros, com o prefixo que indica a primeira pessoa exclusiva do plural {**uru-**}.

As consoantes /-h-/ e /-j-/ que constituem, respectivamente, as raízes nominais em (20) e (21) também se alternam conforme o morfema pessoal que lhes é acrescentado. A raiz do nome *ah iij* ‘nosso dente’ é constituída pela consoante /-h-/, compatível, entre outros, com o prefixo indicador de primeira pessoa inclusiva do plural {**a-**}. Por sua vez, a raiz do nome *uruj iij* ‘nosso dente’ é formada pela consoante /-j-/, compatível, entre outros prefixos pessoais, com o prefixo indicador de primeira pessoa exclusiva do plural {**uru-**}.

A tabela, a seguir, resume os tipos de relação possessivo-genitiva em Sateré-Mawé (cf. FRANCESCHINI, 1999, p. 26).

Quadro H: Os tipos de relação possessivo-genitiva em Sateré-Mawé.

Conjunto de nomes	Índice de relação	Tipo de posseção
Alienáveis:	Atributivo I: {-he-} ~ {-e-}	Alienável
Inalienáveis:	Atributivo II: {-i-} ~ {-Ø-} {-h-} ~ {-s-} {-h-} ~ {-j-}	Inalienável

Franceschini (1999) sistematizou diferentes aspectos da língua Sateré-Mawé, importantes para a compreensão desse sistema linguístico como um todo. Para a sistematização do sistema interrogativo dessa língua, é necessário compreender, ainda, como funcionam os pluralizadores, os determinantes demonstrativos e as posposições em Sateré-Mawé. A importância do conhecimento dessas unidades consiste no fato de que estão, em parte, presentes na estrutura de certas proformas interrogativas dessa língua.

Em Sateré-Mawé, os nomes podem ser pluralizados através do emprego dos morfemas {-**Tia**}²¹ e *ko’i* (cf. FRANCESCHINI, 1999, p. 39).

²¹ Segundo Franceschini (1999, p. 38), o morfema {-**Tia**} pode se realizar {-**nia**}, se a sílaba que lhe é anterior constitui um contexto fônico dos tipos C(nasal)V ou CVC(nasal); ou {-**ria**}, se a sílaba que lhe é anterior é do tipo (C)VC, sendo a última consoante /-t/, ou C(não-nasal)V.

São pluralizados por {-Tia} os nomes que se referem a entidades animadas humanas, animadas não-humanas ‘humanizadas’ e inanimadas ‘humanizadas’, ao passo que, por *ko’i*, são pluralizados os nomes que se referem a entidades animadas não-humanas ou inanimadas. Enquanto o morfema {-Tia} pluraliza unidades, o morfema *ko’i* pluraliza classes e subclasses. Vejamos os exemplos:

22. *iwa* *ko’i* ‘frutas’
 ‘fruta’ pl.

23. *waipaka* *ko’i* ‘galinhas’
 ‘galinha’ pl.

Em (22) e (23), os nomes *iwa* ‘fruta’ e *waipaka* ‘galinha’ são pluralizados pelo emprego do morfema *ko’i*, uma vez que se referem, respectivamente, a uma entidade inanimada e outra animada não-humana. O emprego de *ko’i* é responsável por pluralizar classes e subclasses, ou seja, entidades que não são tratadas individualmente: em (22) e (23), acima, o emprego de *ko’i* indica, respectivamente, vários tipos de frutas e galinhas, ou subconjuntos da classe das frutas e das galinhas.

O morfema *ko’i* apenas será empregado para pluralizar nomes que se referem a entidades animadas humanas, caso seja interesse do locutor a pluralização da classe ou subclasse a que pertencem. Vejamos:

24. *indio* *ko’i* ‘índios’
 ‘índio’ pl.

Em (24), acima, o nome *indio* é pluralizado pelo emprego do morfema *ko’i*. Nesse caso, o locutor faz referência a várias etnias indígenas e não a uma pequena quantidade de indivíduos da mesma etnia. Ao contrário, se a intenção é pluralizar indivíduos, emprega-se o morfema {-Tia}. Vejamos os exemplos, a seguir:

25. *tu’isa: - ria* ‘chefes’
 ‘chefe’+pl.

26. *moi - ria* ‘os cobras’ (membros do clã da cobra)
 ‘cobra’+pl.

27. wasa'i - ria 'os açaís' (membros do clã do açaí)
'açaí'+pl.

De (25) a (27), os nomes *tu'isa* 'chefe', *moi* 'cobra' e *wasai* 'açaí' são pluralizados pelo emprego de {-Tia}, uma vez que fazem referência a uma entidade animada humana, animada não-humana 'humanizada' e inanimada 'humanizada', respectivamente.

O conhecimento dos pluralizadores da língua Sateré-Mawé, foi fundamental para a compreensão de parte de seu sistema interrogativo, uma vez que a variante {-nia} é constituinte de uma das proformas interrogativas desse sistema.

Foi também fundamental para o desenvolvimento desse trabalho a compreensão dos determinantes demonstrativos da língua Sateré-Mawé. Os mesmos apontam as entidades presentes no mundo, dotadas ou não de existência material. As entidades dotadas de existência material são percebidas como um todo ou como parte de um todo, de acordo com a visão de mundo dos falantes da língua (cf. FRANCESCHINI, 1999, p. 58). A tabela, a seguir, apresenta os determinantes demonstrativos em Sateré-Mawé:

Quadro I: Os determinantes demonstrativos em Sateré-Mawé.

		PROXIMAL	DISTAL
	I	<i>mei - ko - Ø</i>	<i>me: - k(o) - e</i>
1.1	II	<i>me: - sup - Ø</i>	<i>mei - (su)p - e</i>
	III	<i>mei - ju - Ø</i>	<i>mei - j(u) - e</i>
1.2	IV	<i>mei - me</i>	<i>mei - mue</i>
2.	V	<i>mio</i>	<i>mio</i>

Em (1.1) e (1.2), na tabela, estão os determinantes demonstrativos empregados para tratar de entidades que possuem existência material: as formas de (I) a (III) servem para referenciar entidades que são percebidas como um todo, ao passo que as formas em (IV) fazem referência a entidades consideradas como parte de um todo. Os determinantes em (2), porém, são empregados para referenciar entidades que não possuem existência material.

Os determinantes de (I) a (III) apresentam a seguinte estrutura: morfema de aderência pessoal, seguido de morfema classificador e de morfema indicador de afastamento do locutor.

Os determinantes em (IV) são constituídos por um morfema de aderência pessoal, seguido de um morfema classificador.

As variantes {**mei-**} ~ {**me:-**} funcionam como morfemas de aderência pessoal. Quando acompanhadas do morfema de afastamento proximal {-Ø} indicam que o enunciador está tocando a entidade em questão ou que esta vem em sua direção; ao contrário, se são acompanhadas do morfema de afastamento distal {-e} significam que o co-enunciador está tocando a entidade em questão ou que esta vem em sua direção ou em direção a outro participante que não o enunciador. O morfema de afastamento distal {-e}, associado ao morfema de aderência pessoal, pode indicar, ainda, que a entidade está longe do lugar de conversação.

Os morfemas classificadores, presentes nas estruturas de (I) a (IV), apontam os referentes percebidos como um todo – (I) a (III) – ou como parte de um todo – (IV). Presentes nas estruturas de (I) a (III), os morfemas classificadores apontam, ainda, os referentes de acordo com a forma, posição e/ou localização espacial. Esses morfemas, presentes na estrutura dos determinantes demonstrativos, também participam da estrutura de algumas das proformas interrogativas complexas. No quadro, a seguir, apresentamos o valor dos morfemas classificadores {-ko-}, {-sup-}, {-ju-} e {-me-} (cf. FRANCESCHINI, 1999, p. 60) e, em seguida, alguns exemplos da língua Sateré-Mawé. Vejamos:

Quadro J: Valor semântico dos morfemas classificadores {-ko-}, {-sup-}, {-ju-} e {-me-}.

Apontam referentes percebidos como um todo	O morfema {-ko-}	Aponta referentes suspensos ‘a uma planta por um caule’, ou referentes no ar ou sobre a água;
	O morfema {-sup-}	Aponta referentes de forma alongada que se encontram, em posição horizontal, sob uma superfície.
	O morfema {-ju-}	Aponta referentes de forma redonda posicionados verticalmente e tocando uma superfície, bem como referentes de mesma forma pendurados ‘diretamente a uma planta’.

Aponta referentes percebidos como parte de um todo	O morfema {-me-}	-----
--	------------------	-------

28. **me: - sup - Ø lapi u - i - wat**
 ad.pes.+clas.+prox. ‘lápís’ 1poss.+Atr.II+rad.nom.
 “Este lápis é o meu.”

29. **me: - k - e e - Ø - po pe lapi u - i - wat**
 ad.pes.+clas.+dist. 2poss.+Atr.II+‘mão’ Posp. ‘lápís’ 1poss.+Atr.II+rad.nom
 “Este lápis na tua mão é o meu.”

Em (28), o morfema de aderência pessoal {-me:-} é acompanhado do morfema classificador {-sup-} e do morfema de afastamento proximal {-Ø}. Deste modo, sabe-se que a entidade *lapi* ‘lápís’ tem forma alongada / comprida, está posicionada horizontalmente sobre uma superfície e é tocada pelo enunciador. O determinante demonstrativo *me:ke*, em (29), é constituído pelos seguintes morfemas: de aderência pessoal {-me:-}, classificador {-ko-} e de afastamento distal {-e}. Neste caso, sabe-se que é o co-enunciador que segura, suspensamente, a entidade *lapi* ‘lápís’.

30. **u - i - mēpit - 'in mei - mue i - i - poiti te**
 1poss.+Atr.II+‘filho’+col. ad.pes.+clas./distal 3Inat.+Atr.II+‘ser numeroso’ ‘ainda’
 “Meu filhos, do outro lado, são ainda numerosos.”

Finalmente, em (30), o emprego da forma *meimue* indica que a entidade de que se fala não é considerada como um todo, mas parte de um todo, e que sua localização é distante tanto do enunciador quanto do co-enunciador.

Observamos, em Sateré-Mawé, a presença de morfemas em comum entre os determinantes demonstrativos e algumas proformas interrogativas complexas. Por esse motivo, foi fundamental o conhecimento da estrutura desses determinantes, sistematizados por Franceschini (1999).

Além dos pluralizadores e dos determinantes demonstrativos, supracitados, consideramos importante para a compreensão do sistema interrogativo da língua Sateré-Mawé o conhecimento de seu sistema de posposições.

Em Sateré-Mawé, o emprego de algumas posposições é bastante recorrente. Abaixo, apresentamos a descrição dessas unidades linguísticas, proposta por Franceschini (2009).

A posposição *pe* ~ *me* ~ *we*²² é um locativo estático que “pode expressar uma localização espacial, temporal ou nocional” (cf. FRANCESCHINI, 2009, p. 6). Vejamos os exemplos, a seguir:

31. **a - re - mu:'e** **Parintin** **me**
 1Ag.+Med.+‘estudar’ ‘Parintins’ Posp.
 “Eu estudo em Parintins.”

32. **wa - ti - koi** **tuereto** **mani** **julho** **pe**
 1incl.Ag.+At.T+‘plantar’ Asp. ‘mandioca’ ‘julho’ Posp.
 “Nós sempre plantamos mandioca em julho.”

Em (31), a variante *me* expressa uma localização espacial. Em (32), ao contrário, a variante *pe* expressa uma localização temporal.

Outra posposição cujo emprego é bastante recorrente é a posposição *wo* que, segundo Franceschini (2009, p. 8), expressa a noção de deslocamento. Vejamos:

33. **puruwei** **p*i*i** **tu'isa** **wo** **ra'in** **Ø - to - kosa:p**
 ‘professor’ Posp. ‘tuxaua’ Posp. Asp. 3Ag.+Med.+‘passar’
 “Ele passou de professor para tuxaua.”

Em (33), a posposição *wo* indica um deslocamento nocional: o indivíduo (de quem o locutor fala) mudou de função: de *puruwei* ‘professor’ passou à *tu'isa* ‘tuxaua’.

Por sua vez, a posposição *puo* ~ *muo* ~ *wuo* “funciona como um locativo exprimindo relações de lugar e de tempo (localização não-estática)”, segundo Franceschini (2009, p. 10). Vejamos os exemplos, a seguir:

²² Variantes condicionadas fonologicamente.

34. Ø - to - to ra'in kueriu iat puo
 3Ag.+At.T+'ir' Asp. 'coelho' 'casa' Posp.

“Ele já foi lá pela casa do coelho.” (= para passar pela casa do coelho)

35. wantin Ø - h - ewiri wantim muo in
 'Wantin' 3Inat.+Atr.I+être marcheur' 'noite' Posp. 'apenas'

“Wantin só passeia pela noite.” (= durante a noite)

Em (34) e (35), as variantes *puo* e *muo* expressam, respectivamente, uma relação não-estática de lugar e de tempo.

Como veremos adiante, as posposições supracitadas estão também presentes na estrutura de proformas interrogativas complexas da língua Sateré-Mawé.

Após a breve exposição de alguns aspectos dessa língua, apresentamos, no capítulo seguinte, os pressupostos teóricos que servirão de base à nossa proposta de descrição e análise do sistema interrogativo da língua Sateré-Mawé.

Capítulo 3: A ABORDAGEM FUNCIONALISTA-ESTRUTURAL

“[...] vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens” (cf. BENVENISTE, 1989, p. 229, grifo nosso).

Além de permitir a expressão e a sustentação do pensamento humano, “a função essencial do INSTRUMENTO que é a língua reside na COMUNICAÇÃO”, isto é, as línguas são “utensílios” que possibilitam a relação entre os seus falantes (cf. MARTINET, 1964, p. 6).

A linguagem humana, conforme Martinet (1964, p. 10) é duplamente articulada. As unidades, ou signos linguísticos, são dotadas, cada uma, de som e de significado: estamos diante da primeira articulação da linguagem. Nas palavras do autor, “as experiências a transmitir, as necessidades que se pretende revelar a outrem, analisam-se numa série de unidades, cada uma delas possuidora de uma forma vocal e de um sentido”. À segunda articulação da linguagem pertencem os produtos fônicos, “distintos uns dos outros, que se combinam para se obter a forma vocal das unidades de primeira articulação” (cf. MARTINET, 1964, p. 12).

Para Martinet, (1964, p. 13), os signos linguísticos são monemas²³, unidades mínimas significativas, correspondentes à primeira articulação, que participam do léxico ou da gramática de uma língua: lexemas e morfemas, respectivamente. Os lexemas participam de uma lista aberta, uma vez que as línguas permitem a criação ou o empréstimo de novas unidades para possibilitar a comunicação eficaz entre os seus falantes. Ao contrário, os morfemas participam de uma lista fechada, dado que equivalem ao sistema gramatical de uma língua e, portanto, existem em número definido e restrito. Assim como os morfemas, as unidades de segunda articulação também participam de uma lista fechada, isto é, o inventário de fonemas de uma língua é finito, o que lhe garante o caráter econômico. Para Martinet (1964, p. 18), portanto:

²³ Em nossa análise do Sateré-Mawé, não fazemos distinção entre os signos que figuram no léxico ou na gramática dessa língua, de modo que designamos as suas unidades mínimas significativas como morfemas.

“Uma língua é um instrumento de comunicação segundo o qual, de modo variável de comunidade para comunidade, se analisa a experiência humana em unidades providas de conteúdo semântico e de expressão fônica – os monemas; esta expressão fônica articula-se por sua vez em unidades distintivas e sucessivas – os fonemas –, de número fixo em cada língua e cuja natureza e relações mútuas também diferem de língua para língua”.

Segundo Martinet (1964, p. 9), as línguas organizam as experiências e o conhecimento de mundo de seus falantes. Ao longo da história, as línguas se tornaram não apenas o reflexo da cultura de seus falantes, mas parte intrínseca de suas culturas, de modo que, ao perder a sua língua, um povo perde aspectos culturais importantes, os quais lhe identificam e lhe diferenciam de outros povos.

Sendo a linguagem resultante da “vida em sociedade”, Martinet (1964, p. 5) a considera instituição humana, passível de alterações por dois motivos principais: (1) a fim de satisfazer as necessidades comunicativas de um grupo; e/ou (2) a partir da proximidade de dois ou mais grupos que se influenciam. Entretanto, as alterações sofridas por uma língua ao longo do tempo não são bruscas e nem desordenadas, ao contrário, as línguas são mantidas em “bom estado” devido à importância que lhes atribuem os falantes: é mediante a linguagem que “a necessidade de se fazer compreender” dos indivíduos é satisfeita (cf. MARTINET, 1964, p. 7).

Ao observar as modificações sofridas por uma língua ao longo do tempo, estamos diante de um estudo diacrônico. Todavia, segundo Martinet (1964, p. 27), aos estudos linguísticos descritivos convém adotar uma perspectiva de caráter sincrônico, isto é, que direciona o linguista à observação do funcionamento de uma língua em um momento histórico específico, uma vez que é levado a optar por “um ponto no eixo do tempo”. Nas palavras do autor, é conveniente que “ao estudar um instrumento, se comece por observar a maneira como ele funciona, antes de averiguar de que modo e por que razões ele se modifica ao longo do tempo”.

Os trabalhos linguísticos de documentação e descrição contribuem efetivamente para o conhecimento das línguas. Para Martinet (1964, p. 4), “antes de inventado o fonógrafo, qualquer signo vocal ou era imediatamente ouvido ou se perdia para sempre. Pelo contrário, o signo escrito conservava-se enquanto se conservassem o seu suporte – pedra, pergaminho, papel – e os traços nele deixados [...]”. Embora o autor evidencie o caráter primeiro das unidades da linguagem humana, o caráter vocal, atenta-nos para o “caráter definitivo” da escrita, responsável por seu prestígio.

Segundo Martinet (1964, p. 27), a linguagem “objeto da linguística, só existe na forma de línguas diversas, e, portanto, a primeira preocupação do linguista consistirá em estudar tais línguas”. A documentação das línguas impede que sejam extintas se também o forem os seus falantes. A título de exemplo²⁴, havia aproximadamente 1.200 línguas indígenas brasileiras no ano de 1500, entretanto, a partir do extermínio de muitos povos, tem-se, atualmente, cerca de 180 línguas indígenas no Brasil. A grande maioria dessas línguas se perdeu sem que fossem documentadas, fato que gerou o enfraquecimento da diversidade tanto linguística quanto cultural, parte da riqueza mundial. Segundo De Paula (2007, p. 17), “cada língua constitui exemplar único, parte intrínseca da cultura, da sociedade e visão do mundo a que está ligada, e sua perda está associada à perda da cultura e, conseqüentemente, do sistema de conhecimentos que ela reflete e expressa”.

Também o estudo das línguas depende de sua documentação. Aos linguistas que realizam esse trabalho, é ideal apresentar aos falantes, cuja língua é o seu objeto de estudo, as conclusões alcançadas. A partir disso, é possível desenvolver um trabalho em favor da preservação e do fortalecimento de uma língua, por exemplo, mediante uma estratégia educacional de produção de material didático que auxilie no aperfeiçoamento do ensino da língua materna de um povo.

Segundo Perini (2008, p. 56), aos estudiosos que se dedicam à compreensão do funcionamento da linguagem humana, a documentação e a descrição das línguas “funcionarão como fontes de dados, para fundamentar, entre outras coisas, o trabalho de elaboração das teorias”. Em relação aos procedimentos de documentação e descrição de línguas indígenas, Rodrigues (1994, p. 5) afirma serem essenciais à linguística brasileira, dado que o conhecimento de cada uma possibilitará a rejeição de conceitos consolidados imprecisos, permitindo avançar no processo de compreensão da linguagem. Nas palavras do autor, “cada nova estrutura linguística que se descobre pode levar-nos a alterar conceitos antes firmados e pode abrir-nos horizontes novos para a visualização geral do fenômeno da linguagem humana”.

O estudo descritivo de uma língua deve partir da constituição de um corpus, isto é, “de uma recolha [coleta] de enunciados gravados em fita magnética ou transcritos no papel enquanto o locutor fala” (cf. MARTINET, 1964, p. 29). Além disso, uma vez que a função principal das línguas é possibilitar a comunicação entre os indivíduos, é essencial que a coleta de dados seja realizada em situações naturais de apropriação de uma língua por seus falantes.

²⁴ Conforme Rodrigues (1999).

Segundo Perini (2008, p. 32), para a composição de um corpus de pesquisa, deve-se considerar a “técnica da exaustividade²⁵”, cujo objetivo é bastante claro: evitar que o pesquisador opte por determinados dados que venham a comprovar as hipóteses de pesquisa que propõe. Quanto mais exaustivos forem os dados, menor será a possibilidade de “seleção de evidência, voluntária ou involuntária, que constitui uma das pragas da metodologia linguística atual”; menor também será a possibilidade de se apresentar uma proposta de descrição e análise de uma língua que não corresponde ao seu funcionamento real.

Perini (2008, p. 58) critica os trabalhos descritivos cuja tendência do pesquisador é “selecionar dados, ou mesmo forçá-los, de maneira que se adaptem à teoria em discussão”. Para esse autor, mais importante que justificar a validade de teorias existentes, é representar o funcionamento de uma dada língua, de modo que “o exame dos dados lance luz sobre a adequação das teorias” (cf. PERINI, 2008, p. 55). Vejamos:

“[...] Acredito que a teorização pode ser mantida em um nível relativamente geral, de modo a maximizar a utilidade dos dados apresentados. O resultado, espera-se, é um conjunto de imagens que refletem a estrutura da língua de modo mais direto do que estudos essencialmente movidos a teoria.” (cf. PERINI, 2008, p. 33).

Descrever a estrutura de línguas naturais, conforme Perini (2008, p. 57), é “prever a aceitabilidade e inaceitabilidade de seqüências formais e de suas associações a representações semânticas”, isto é, o estudo da estrutura de uma língua é dado pela explicitação das formas lingüísticas que o falante realiza, tendo em vista a relação gramatical e semântica entre elas.

Entretanto, é comum que pesquisadores diferentes, diante de uma mesma língua, se interessem pela descrição de traços diferentes (cf. MARTINET, 1964, p. 30). Uma vez que qualquer descrição apresenta muitas possibilidades, é necessário que o pesquisador eleja um fato linguístico, optando por um ‘recorte’ da realidade. Esse recorte, se realizado por pesquisadores distintos, tem “largas possibilidades” de não se igualar a nenhum outro. Isso porque os pontos de vista dos pesquisadores são distintos, fato que justifica a heterogeneidade de olhares sobre o mesmo objeto²⁶. Todavia, segundo o autor, “qualquer descrição será aceitável se for coerente, isto é, se se basear num PONTO DE VISTA DETERMINADO”.

²⁵ Nessa passagem, o termo exaustividade corresponde ao termo representatividade.

²⁶ É possível, ainda, que a heterogeneidade de olhares se dê sobre o mesmo recorte, o que implica em interpretações diferentes de um mesmo fato linguístico.

Segundo Hagège (1982, p. 27), a fim de se realizar a análise satisfatória de um enunciado – “production linguistique acceptée par les locuteurs natifs comme complète et possédant une intonation reconnue comme liée à ce fait”²⁷ – deve-se considerar três pontos de vista complementares: **(a)** morfossintático, **(b)** semântico-referencial e **(c)** enunciativo-hierárquico. Nas palavras de Lazard (1994, p. IX):

“toute phrase réelle est prononcée afin de transmettre, dans une situation donnée, une certaine information, assertion, question ou autre. Elle a un certain contenu de sens (plan sémantique) et une visée communicative (plan pragmatique). Ce contenu de sens et cette visée communicative [...] sont entièrement exprimés au moyen de la parole proférée (ou de l’écrit qui la représente), c’est-à-dire des unités lexicales, des modalités grammaticales qui les habillent, des règles syntaxiques qui les organisent et de l’intonation qui module le tout”.²⁸

O ponto de vista morfossintático compreende dois campos: o da morfologia²⁹ e o da sintaxe. Segundo Hagège (1982, p. 27), pertence à morfologia o estudo das formas, ao passo que, à sintaxe cabe o estudo das relações entre as unidades de um enunciado.

Em relação ao domínio da morfossintaxe, “on aura soin de ne pas confondre, en outre, les catégories [...] et les fonctions”³⁰ (cf. HAGÈGE, 1982, p. 27). As classes de palavras, bastante comuns em línguas sistematizadas, agrupam as palavras dotadas de características³¹ semelhantes. Entretanto, uma mesma palavra pode apresentar diferentes funções, dependendo do tipo de relação que estabelece com as outras palavras presentes no mesmo enunciado. Segundo Hagège (1982, p. 27), essas relações podem ser de duas ordens: (a) “entre les grandes unités de l’énoncé”; e (b) “et entre les membres d’un groupe comme partie d’énoncé”³².

²⁷ Segundo Hagège (1982, p. 27, tradução nossa), a fim de se realizar a análise satisfatória de um enunciado – “produção linguística aceita pelos locutores nativos como completa e possuidora de uma entonação reconhecida como ligada a esse fato” – deve-se considerar três pontos de vista complementares [...].

²⁸ “Toda frase real é pronunciada a fim de transmitir, em uma dada situação, certa informação, afirmação, pergunta ou outro. Ela tem certo conteúdo de sentido (plano semântico) e uma finalidade comunicativa (plano pragmático). Esse conteúdo de sentido e essa finalidade comunicativa [...] são expressos inteiramente através da fala proferida (ou da escrita que a representa), quer dizer as unidades lexicais, as modalidades gramaticais que as vestem, as regras sintáticas que as organizam e a entonação que modula o todo” (cf. LAZARD, 1994, p. ix, tradução nossa).

²⁹ Em uma abordagem teórica estruturalista, os estudos morfológicos são adeptos do modelo “Item e Arranjo”, cujo objetivo é bastante claro: apreender os morfemas de uma língua e classificá-los (cf. ROSA, 2003, p. 47).

³⁰ Em relação ao domínio da morfossintaxe, “não se deve confundir, entre outras, as classes [...] e as funções” (cf. HAGÈGE, 1982, p. 27, tradução nossa).

³¹ Os critérios adotados para a distribuição de palavras às classes variam de língua para língua.

³² Segundo Hagège (1982, p. 27, tradução nossa), essas relações podem ser de duas ordens: (a) “entre as grandes unidades do enunciado”; e (b) “entre os membros de um grupo como parte de um enunciado”.

As relações em (a) são actanciais, estabelecidas entre os constituintes nominais e o predicado verbal de que dependem. Ao contrário, as relações em (b) são de determinação, firmadas entre as unidades que determinam e as unidades que são determinadas.

O ponto de vista semântico-referencial, segundo Hagège (1982, p. 27), “recouvre la relation entre l’énoncé et ce dont il parle”³³, isto é, entre o enunciado e as relações percebidas entre as coisas ou os seres do mundo real.

É possível representar sintaticamente as relações observadas no mundo real, de duas maneiras (cf. LAZARD, 1994, p. 65-66): (1) a partir da seleção, pelo predicado verbal, de complementos nominais que apontam os referentes; e (2) a partir da representação, no enunciado, das relações que se estabelecem entre os referentes e o processo expresso pelo verbo. Entretanto, de acordo com o autor, não há equivalência precisa entre as relações sintáticas e semânticas, uma vez que “il est a priori impossible que la syntaxe reflète fidèlement les relations perçues dans le monde extérieur, car celles-ci sont infiniment variées, alors que les fonctions actanciennes sont inévitablement en nombre fini, et généralement en petit nombre”³⁴.

Lazard (1994, p. 68), a fim de representar as relações observadas nos dois níveis de análise, propõe termos diferentes para o tratamento das unidades de cada um dos níveis.

Quadro K: Os planos morfossintático e semântico.

Plano Morfossintático (funções actanciais)	Predicado verbal	Actantes	Circunstantes
Plano Semântico (papéis semânticos)	Processo	Participantes	Circunstâncias

No plano morfossintático, vigoram, entre outras, as relações actanciais, firmadas entre o predicado verbal e os outros constituintes do enunciado, seus actantes e circunstantes. Ao

³³ O ponto de vista semântico-referencial, segundo Hagège (1982, p. 27, tradução nossa), “abrange a relação entre o enunciado e o que ele fala” [...].

³⁴ De acordo com Lazard (1994, p. 66, tradução nossa), não há equivalência precisa entre as relações sintáticas e semânticas, uma vez que “é a priori impossível que a sintaxe reflita fielmente as relações percebidas no mundo exterior, porque elas são infinitamente variadas, enquanto que as funções actanciais são inevitavelmente em número finito, e geralmente em pequeno número”.

contrário, no plano semântico, vigoram as relações estabelecidas, no mundo real, entre um processo e seus participantes e suas circunstâncias.

Na proposta de Lazard (1994, p. 68), o predicado verbal de um enunciado – plano morfossintático – tem como referente o processo que ele representa no plano semântico. Analogamente, os actantes e os circunstantes de um enunciado – plano morfossintático – fazem referência aos participantes e às circunstâncias envolvidas em um processo do plano semântico.

Em se tratando do plano semântico, nota-se que, de acordo com a relação estabelecida entre um processo e seus participantes, é possível a expressão de diferentes “papéis semânticos” (cf. LAZARD, 1994, p. 64). Entre os papéis possíveis, os principais são o de agente e o de paciente, assim definidos: considera-se o agente o participante que realiza um processo e, o paciente, o participante que sofre um processo.

Da relação entre os dois planos, surge que os actantes de um enunciado podem ser X, Y ou Z³⁵. Em construções biactanciais, serão X e Y os actantes que representarem, respectivamente, o agente e o paciente em enunciados de ação “et tout actant traité de même dans des phrases autres que les phrases d’action, mais construites sur le même modèle”³⁶. Em construções uniactanciais, será Z o actante único (cf. LAZARD, 1997, 209-210).

O último ponto de vista é denominado enunciativo-hierárquico. A esse nível, nas palavras de Hagège (1982, p. 31), pertence “la relation entre l’énoncé et le locuteur-auditeur, qui choisit une stratégie définissant une hiérarchie entre ce que l’énoncé dit (rhème) et ce sur quoi il le dit (thème, considéré comme moins informatif)”³⁷.

Em outros termos, a comunicação entre locutor e interlocutor é realizada mediante dois tipos de informações, uma informação que ambos compartilham (temática) e uma informação nova (remática). Nas palavras de Koch (1997, p. 93), “do ponto de vista funcional, cada enunciado divide-se em (pelo menos) duas partes – tema e rema –, [...] tem-se um segmento comunicativamente estático – o tema – oposto a outro segmento comunicativamente dinâmico – o rema, núcleo ou comentário”.

³⁵ No capítulo 7 desse trabalho, utilizamos as seguintes terminologias: ‘actante único’, para o actante Z, ‘primeiro actante’, para o actante X, e ‘segundo actante’ para o actante Y.

³⁶ Em construções biactanciais, serão X e Y os actantes que representarem, respectivamente, o agente e o paciente em enunciados de ação “e todo actante tratado da mesma forma em frases que não sejam de ação, mas construídas sobre o mesmo modelo” (cf. LAZARD, 1997, 209-210, tradução nossa).

³⁷ A esse nível, nas palavras de Hagège (1982, p. 31, tradução nossa), pertence “a relação entre o enunciado e o locutor-interlocutor, que escolhe uma estratégia que define uma hierarquia entre o que o enunciado diz (rema) e sobre o que ele diz (tema, considerado como menos informativo).

Sobre a enunciação, prática individual de utilização da língua, Benveniste (1989, p. 82) afirma ser “preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto”.

Para o autor, toda enunciação é uma alocação. O locutor, ao se apropriar da língua, “implanta o outro diante de si”, exige um ou mais alocutários, verdadeiros ou ilusórios. O locutor e o alocutário se configuram, respectivamente, como a origem e o fim da enunciação: são-lhe protagonistas.

A partir da produção de um enunciado, cujo referente é a situação de discurso, são-lhe introduzidas marcas específicas, as quais colocam o sujeito em relação “constante e necessária com sua enunciação” (cf. BENVENISTE, 1989, p. 86). Entretanto, segundo Flores e Teixeira (2005, p. 11), “vale lembrar que as teorias da enunciação estudam as marcas do sujeito no enunciado e não o próprio sujeito”.

É a partir desse quadro teórico que apresentaremos uma proposta de descrição e de análise do sistema interrogativo da língua Sateré-Mawé, a qual levará em consideração os seguintes pontos de vista propostos por Hagège (1982, p. 27): morfossintático, semântico-referencial e enunciativo-hierárquico.

Antes, no capítulo seguinte, apresentamos os procedimentos metodológicos que direcionaram o desenvolvimento desse trabalho.

Capítulo 4: A METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 O tipo da pesquisa

O objetivo dessa pesquisa é apresentar uma proposta de descrição e análise do sistema interrogativo da língua Sateré-Mawé, falada por uma população de, aproximadamente, 10.477 indivíduos (cf. FUNASA, 2010).

A fim de descrever e analisar os dados dessa língua, baseamo-nos, principalmente: nos pressupostos do funcionalismo estrutural, cujo mentor é André Martinet (1964); nas considerações de Mário Perini (2008) acerca de estudos linguísticos descritivos; nas contribuições de Hagège (1982) acerca dos três pontos de vista necessários à análise linguística; na obra de sintaxe geral, proposta por Lazard (1994, 1997); na proposta de análise linguística de Benveniste (1989); e nos estudos morfossintáticos da língua Sateré-Mawé, propostos por Franceschini (1999, 2001, 2005, 2007, 2009).

Ao mesmo tempo, outros estudos nos guiaram em direção à análise do sistema interrogativo da língua Sateré-Mawé. Consideramos os de Thomas Payne (1997), Talmy Givón (2001) e Denis Creissels (2006), que apresentam estudos sobre a interrogação em diferentes línguas do mundo. A fim de abordar a interrogação em línguas Tupi, consideramos o trabalho de Brandon e Seki (2007), no qual propõem uma classificação de vinte e oito línguas Tupi, tendo em vista o sistema interrogativo das mesmas. Apresentamos, ainda, algumas considerações a respeito da interrogação em Juruna, conforme Fargetti (2001), em Kaiwá, conforme Taylor (1984), em Mundurukú, segundo Crofts (2004) e Gomes (2006), e em Tapirapé, de acordo com Almeida, Irmãzinhas de Jesus e Paula (1983) e Praça (2007).

Essa pesquisa, embora tenha caráter descritivo, pode ser considerada uma “pesquisa-ação”, por duas razões: (1) distingue-se pela participação ativa dos falantes cuja língua é o nosso objeto de estudo; e (2) busca compreender o funcionamento da língua Sateré-Mawé para fins linguísticos, em princípio, mas também educativos, à posteriori. A esse respeito, vejamos o que afirma Thiollent (1985, p. 14):

“A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

Os falantes de Sateré-Mawé participaram ativamente dessa pesquisa, de duas formas: como protagonistas das situações naturais de comunicação que gravamos; e como participantes das reflexões a respeito do funcionamento e da sistematização do conhecimento referente à língua Sateré-Mawé.

Pretende-se, em um segundo momento, contribuir para a melhora do ensino nas escolas indígenas onde a língua Sateré-Mawé é falada. Nesse processo, será igualmente fundamental a participação de professores sateré-mawé, que serão orientados para a elaboração de material didático que reúna os aspectos sistematizados no decorrer dessa pesquisa. Esperamos, em tempo futuro, que a utilização desse material possa contribuir para enriquecer o ensino da língua Sateré-Mawé, nas séries mais adiantadas do ensino fundamental e médio.

4.2 O contexto da pesquisa

O povo Sateré-Mawé, em sua maioria, habita a terra indígena Andirá-Marau, localizada na parte média do rio Amazonas e constituída pelas áreas Andirá, Marau e Waikurapá, cuja administração é de responsabilidade dos municípios de Barreirinha, Maués e Parintins, respectivamente.

A presente pesquisa foi realizada, principalmente, na comunidade São José Novo, localizada às margens do médio rio Andirá e habitada por, aproximadamente, 60 indígenas, entre homens, mulheres, jovens e crianças. O mapa³⁸, a seguir, ilustra a área indígena do rio Andirá. Vejamos:

³⁸ No mapa, a seta vermelha aponta a comunidade São José Novo.

OPISMA a nossa proposta de estudo da língua Sateré-Mawé, cujo desenvolvimento apenas seria possível com a participação dos professores indígenas e cujo resultado beneficiaria o povo em termos educacionais. Tivemos a nossa proposta discutida entre as lideranças indígenas Sateré-Mawé, que decidiram por sua aprovação.

Em 2010, a fim de dar início à nossa pesquisa, retornamos⁴⁰ à cidade de Parintins. De Parintins, em companhia do professor indígena José de Oliveira Sateré, coordenador-geral da OPISMA, partimos de barco à terra indígena Andirá-Marau. Não sabíamos, em princípio, em qual comunidade ficaríamos; sabíamos apenas que seria uma das comunidades às margens do rio Andirá. Na parte média desse rio, estava em construção o ‘Musuempo’, espaço destinado à futura sede da organização dos professores. A fim de que José de Oliveira pudesse acompanhar o processo de construção, decidiu-se ficar na comunidade São José Novo, localizada a uma distância de 5 minutos em relação ao Musuempo, na margem oposta do rio.

Fortuitamente, viajávamos no mesmo barco em que o tuxaua⁴¹ dessa comunidade, que se mostrou muito receptivo e alegre quando lhe dissemos que gostaríamos de nos hospedar em São José Novo. Ao chegarmos, fomos muito bem recebidos por todos os seus moradores, aproximadamente, sessenta pessoas, entre homens, mulheres, jovens e crianças.

No dia seguinte à nossa chegada, nos reunimos, a pedido do tuxaua, com toda a comunidade São José Novo, a fim de que nos apresentássemos e explicássemos o motivo de nossa estadia. Mais uma vez, deram-nos as boas-vindas, o que deu início à minha convivência com os indígenas Sateré-Mawé.

Instalamo-nos, em princípio, no ‘barracão’ do tuxaua, espaço destinado às reuniões diárias da comunidade. Três dias depois, acharam mais confortável que dormíssemos num lugar fechado. Levaram-nos, então, à escola⁴², única construção de alvenaria da comunidade, onde improvisaram a amarração de nossas redes.

As casas dos indígenas são bastante artesanais, construídas com madeira e folhas trançadas pelo capataz. O capataz, nomeado pelo tuxaua, é responsável por distribuir e executar as atividades de construção. Além deles, há um capitão, um professor e uma agente de saúde⁴³, responsáveis, respectivamente, por manter a ordem, educar crianças e jovens, e cuidar da saúde dos moradores da comunidade.

Mesmo que provisoriamente, tentamos nos tornar ‘parte’ de São José Novo ao acompanhar os indígenas em suas atividades. Aos homens, cabem as tarefas de buscar

⁴⁰ Eu em companhia de Denize, colega e também pesquisadora da língua Sateré-Mawé.

⁴¹ Cada comunidade é liderada por um tuxaua (chefe).

⁴² Construída pela prefeitura.

⁴³ Em algumas comunidades, encontram-se também parteiras.

alimentos e construir casas; às mulheres, as tarefas de cuidar dos filhos e preparar os alimentos. Diariamente, as mulheres têm o trabalho de fazer farinha, através de um processo bastante peculiar. Entre outras especificidades desse processo, retira-se a casca das mandiocas, que são trituradas e peneiradas até que seja retirado o tucupi⁴⁴; por último, torra-se o amido em forno de barro.

Das ‘casas de farinha’ e ‘roças’, particulares a cada família, são originados os alimentos compartilhados entre os moradores da comunidade. A farinha é o principal alimento dos Sateré-Mawé: acompanha o peixe e o frango, que assam na fogueira, e é ingrediente do xibé, bebida que mistura farinha e água. Além de mandioca, os indígenas se alimentam de frutas como o açaí, o cupuaçu, a banana, a laranja, a castanha, entre outras.

A água que os indígenas bebem e cozinham os alimentos é retirada do rio, que possibilita, ainda, o banho e a lavagem de roupas. Na época da ‘cheia’, o rio Andirá permite que os indígenas sejam transportados de barco com certa tranquilidade; quando ‘baixo’, apenas se deslocam de voadeira ou ‘rabeta’, pequenas canoas motorizada. Os barcos de ‘linha’ descem e sobem o rio semanalmente, apanhando os passageiros. Nas comunidades localizadas na parte baixa do rio, os moradores vão frequentemente às cidades próximas⁴⁵; ao contrário, moradores como os de São José Novo, que moram distante das áreas urbanas e têm pouco contato com os não-indígenas, dificilmente deixam a sua comunidade.

A fim de registrar a nossa estadia em São José Novo e recolher dados para o nosso trabalho de pesquisa, gravamos⁴⁶ a fala dos indígenas em situações naturais de comunicação⁴⁷. Nessa comunidade, todos os indígenas são falantes de Sateré-Mawé; os que falam Português constituem a minoria da população, cuja segunda língua é utilizada apenas para a comunicação com os não-indígenas. Entre as principais situações gravadas, diariamente, estiveram: o processo de produção de farinha e as reuniões entre os membros da comunidade. Pelas manhãs, os indígenas se reuniam para discutir as atividades que seriam realizadas durante o dia. Às noites, nos reuníamos para conversar e ouvir canções em Sateré-Mawé.

Algumas vezes, tivemos a oportunidade de admirar os arredores de São José Novo. A paisagem é fascinante: às margens de um rio repleto de igarapés, a mata fechada. Uma vez, fomos à Nova América, comunidade próxima de São José, onde pude conhecer outros indígenas Sateré-Mawé. Enquanto conversavam, permitiram-me gravar as suas falas. Fomos

⁴⁴ Líquido extraído da mandioca brava.

⁴⁵ Barreirinha e Parintins.

⁴⁶ Com aparelho gravador digital.

⁴⁷ A cada nova gravação, os indígenas presentes foram informados.

também ao Musuempo, onde os indígenas das comunidades próximas se reuniram para terminar a construção da sede da organização dos professores. Enquanto trabalhavam e confraternizavam, deixaram-me registrar as suas conversas.

Um mês depois, nos despedimos dos moradores de São José Novo, a quem ficamos muito gratos pela gentileza em ter-nos acolhido de braços abertos. Voltamos à Parintins e, antes de retornar à Uberlândia, tive o auxílio do professor José Sateré no processo de transcrição e compreensão de alguns dados da língua Sateré-Mawé. Recentemente, em outras duas ocasiões, pude revê-lo e também o professor indígena Edinelson Warana, vice-coordenador da OPISMA, que me auxiliaram a compreender outros aspectos dessa língua.

4.4 A constituição do corpus da pesquisa

Conforme Perini (2008, p. 32), o pesquisador que realiza um trabalho de descrição linguística deve-se preocupar com a exaustividade dos dados, cuja importância consiste em “evitar a seleção de evidência, voluntária ou involuntária” e, desse modo, impedir que a realidade linguística seja falsamente representada por dados frágeis.

Nosso corpus de pesquisa foi constituído, inicialmente, de dados escritos (primeira etapa). Tendo em vista o nosso objetivo, o de descrever e analisar o sistema interrogativo da língua Sateré-Mawé, retiramos de livros monolíngues⁴⁸ todos os enunciados interrogativos⁴⁹ que encontramos. São eles, na ordem de sua publicação: **Sateré-Mawé mowe’eg hap; Wantym sa’awy etiat; Warana sa’awy etiat; Sateré-Mawé pusu aḡkukaḡ⁵⁰; Wahemeikowo tuerut aheko e Satere miwan pakup.**

Esses livros, cujas histórias são de autoria de professores indígenas, trazem a documentação de suas falas do modo como foram enunciadas. Por esse motivo, é que não consideramos artificiais os dados escritos que compõem o nosso corpus inicial.

Posteriormente, acrescentamos ao mesmo corpus outros dados da língua Sateré-Mawé, coletados mediante pesquisa de campo (segunda etapa). Na comunidade São José Novo, registramos, com um aparelho gravador digital, as narrativas e as falas espontâneas de quinze moradores (entre homens e mulheres) em situações naturais de comunicação, por exemplo, as

⁴⁸ Em anexo, as referências.

⁴⁹ Nesses livros, reconhecemos os primeiros enunciados interrogativos a partir do emprego do sinal gráfico /?/, emprestado do sistema de escrita do Português ao sistema de escrita da língua Sateré-Mawé. Outros enunciados interrogativos não apresentavam o sinal gráfico supracitado, de modo que apenas os reconhecemos posteriormente, de duas formas: (1) a partir do contexto da história; e (2) a partir do nosso conhecimento acerca das proformas e partículas interrogativas dessa língua.

⁵⁰ Gramática da língua Sateré-Mawé.

reuniões entre os membros da comunidade, e as ocasiões em que as mulheres se dedicavam à produção de farinha. Essas gravações foram transcritas⁵¹ ao final da pesquisa de campo e as transcrições traduzidas com o auxílio de falantes da língua Sateré-Mawé.

No final das duas etapas, reunimos 210 enunciados interrogativos: 164 enunciados referentes à primeira etapa, e 46 referentes à segunda.

Para a análise dos dados, realizamos um levantamento bibliográfico⁵² dos trabalhos sobre a língua Sateré-Mawé, de modo que julgamos ter mais relevância os estudos morfossintáticos. A partir dessas leituras, tivemos o embasamento para a compreensão dos aspectos já descritos e analisados dessa língua e os alicerces para o entendimento da realização de seu sistema interrogativo.

Não obstante, a análise dos dados apenas foi possível com o auxílio de falantes de Sateré-Mawé, que detêm o conhecimento de mundo e as experiências necessárias para a compreensão do funcionamento efetivo dessa língua.

No capítulo seguinte, apresentamos os estudos tipológicos realizados por autores como Tomas Payne (1997), Talmy Givón (2001) e Denis Creissels (2006), entre outros, em relação às construções interrogativas possíveis em diferentes línguas do mundo.

⁵¹ Para a transcrição dos dados, utilizamos o alfabeto fonético internacional.

⁵² Em anexo, as referências.

Capítulo 5: A INTERROGAÇÃO EM LÍNGUAS DO MUNDO

De acordo com Payne (1997, p. 294), as línguas são capazes de expressar diferentes valores do ato discursivo, mediante a posse e o emprego de mecanismos distintos. Em outras palavras, as línguas dispõem de determinados sentidos estabelecidos, os quais indicam o valor semântico afirmativo, imperativo ou interrogativo de seus enunciados.

Designam-se interrogativos os enunciados que estabelecem qualquer modo de questionamento, havendo, em um contexto comunicativo em que participem dois ou mais indivíduos, determinadas funções pré-estabelecidas pelos mesmos. Conforme Payne (1997, p. 299), entre as funções intrínsecas às interrogações podem estar a solicitação de uma ação específica, o pedido/confirmação de determinada informação, bem como a obtenção de um efeito retórico. Vejamos:

1. Could you close the window?

‘poder’-Pas. 2sg. ‘fechar’-Pres. def. ‘janela’

“Você poderia fechar a janela?”

2. Is it time for class?

‘estar’-Pres. 3sg. ‘hora’ Prep. ‘aula’

“Está na hora da aula?”

3. Whom did you see?

pron.rel. Inter.-Pas. 2sg. ‘ver’-Pres.

“Quem você viu?”

4. Are you always so messy?

‘ser’-Pres. 2sg. ‘sempre’ ‘tão’ ‘desorganizado’

“Você é sempre tão desorganizado?”

Na pergunta em (1), o locutor solicita ao interlocutor que a ação de ‘fechar a janela’ seja realizada. Em (2) e (3), cada locutor espera de seu interlocutor a resposta para o que interroga: em (2), sobre ‘a hora da aula’ e, em (3), acerca de um ‘referente humano’. A pergunta em (4) é do tipo retórica. Ao enunciá-la, o locutor pode querer apenas enfatizar uma característica – ‘a de ser desorganizado’ – de seu interlocutor, não esperando resposta alguma dele.

Para Givón (2001, p. 291), os atos interrogativos, em sua totalidade, são conduzidos por determinadas convenções, entre outras:

- (a) O locutor tem como objetivo a solicitação e, conseqüentemente, o recebimento de determinada informação que lhe é necessária;
- (b) O locutor infere que o interlocutor, além de ter o conhecimento da informação que solicita, está disposto a lhe fornecê-la;
- (c) O locutor pode ter alguma ou nenhuma certeza acerca da informação que questiona ao interlocutor.

Segundo Creissels (2006, p. 170), as línguas do mundo, em sua maioria, apresentam enunciados interrogativos, ou perguntas, de dois tipos: totais, cuja resposta pode ser afirmativa ou negativa; e parciais, constituídas por um espaço em branco, cuja resposta o interlocutor deve preencher. Vejamos os exemplos do Francês:

5. Est - ce que Jean est resté avec toi?
 ‘ser’+‘ce’ ‘que’ ‘Jean’ ‘ser’ ‘permanecer’-Pas.comp. Prep. 2sg.
 “Jean permaneceu com você?”

6. Qui est - ce qui est resté avec toi?
 ‘quem’ ‘ser’+‘ce’ ‘que’ ‘ser’ ‘permanecer’-Pas.comp. Prep. 2sg.
 “Quem é que permaneceu com você?”

Em (5), observamos uma pergunta do tipo total, visto que o locutor espera resposta afirmativa ou negativa do interlocutor: espera saber dele se ‘Jean permaneceu ou não ao seu lado’.

Já a pergunta em (6) é parcial. Segundo Givón (2001, p. 300), emprega-se uma pergunta desse tipo quando o locutor e o interlocutor, presentes na mesma situação comunicativa, compartilham o conhecimento de apenas algumas informações relacionadas a um evento. Nesse contexto, as informações que não são comuns a ambos os participantes é que são questionadas. Na pergunta parcial em (6), o locutor teve acesso à informação de que alguém ‘tenha permanecido ao lado de seu interlocutor’, sendo assim, falta-lhe apenas a informação de ‘quem’ tenha permanecido.

Payne (1997, p. 295) e Givón (2001, p. 300) denominam os principais tipos de enunciados interrogativos como perguntas sim/não e perguntas wh-. Nesse trabalho,

entretanto, adotamos a nomenclatura proposta por Creissels (2006, p. 170): perguntas totais, para as perguntas sim/não, e perguntas parciais, para as perguntas wh-.

5.1 As perguntas totais

Segundo Payne (1997, p. 295), as perguntas totais podem ser construídas mediante o emprego de diferentes possibilidades fonológica e/ou morfossintáticas, as quais variam de língua para língua. Entre essas possibilidades, estão: a entonação, o ordenamento de palavras, o acréscimo de partícula interrogativa, bem como as questões do tipo “tag” e alternativa.

Apresentamos, a seguir, as diferentes possibilidades utilizadas, nas línguas do mundo, para expressar enunciados interrogativos.

5.1.1 A entonação

Define-se **entonação** como “the rise and fall of pitch as it occur along the speech chain” (cf. BOLLINGER, 1886, p. 194, apud MAUAD, 2007, p. 15)⁵³.

Segundo Payne (1997, p. 295), a maioria das línguas apresenta enunciados interrogativos de dois tipos: (a) caracterizados apenas por entonação especial; ou (b) caracterizados por outras possibilidades combinadas com a entonação. Quanto ao tipo de entonação, há línguas cujas perguntas totais são caracterizadas por uma entonação ascendente e línguas em que uma entonação descendente é predominante nesse tipo de enunciado.

Os exemplos do Português (cf. MEIRELES e SILVA, 2001, p. 236) e do Hebreu Israelita (cf. GIVÓN, 2001, p. 295) ilustram a existência de línguas que utilizam da variação da entonação dos enunciados a fim de caracterizá-los como assertivos ou interrogativos. Vejamos, a seguir:

7. **O gato subiu no telhado.**

8. **O gato subiu no telhado?**

Os enunciados em (7) e (8) são, respectivamente, assertivo e interrogativo total, diferentes apenas pela entonação que lhes é atribuída: em (7), descendente; em (8), ascendente.

⁵³ Define-se **entonação** como “a elevação e a queda do grau de intensidade [de um som] como ocorre ao longo da cadeia do discurso” (cf. BOLLINGER, 1886, p. 194, tradução nossa, apud MAUAD, 2007, p. 15).

9. hu gamar li - vnot et - ha - bayit

3sg.m. ‘terminar’-Pas. inf.+‘construir’ ac.+def.+‘house’

“Ele terminou de construir a casa.” / “Ele terminou de construir a casa?”

O enunciado em (9), do Hebreu Israelita, é empregado como assertivo e como interrogativo total. Quando assertivo, é caracterizado por uma entonação descendente. Ao contrário, quando interrogativo, caracteriza-se por uma entonação ascendente.

A entonação também é responsável por possibilitar a construção de perguntas totais focadas⁵⁴. Por Focalização, fenômeno de natureza discursivo-pragmática, entende-se “o ato de focalizar, ou seja, de acentuar, de ressaltar, de pôr em relevo/realce/evidência um determinado item do texto” (cf. GONÇALVES, 1998, p. 33). Nas palavras desse autor, que se serve de uma metáfora da iluminação teatral,

“[...] pode-se assumir que a Focalização funciona como uma espécie de refletor direcional que, no discurso/palco, vai se movendo em diferentes direções, colocando em Foco somente uma cena/constituente de cada vez. Nesse jogo de representações, a totalidade do palco equivale ao texto e a parte iluminada corresponde ao que chamo de ‘Focalização’: porção do enunciado sobre a qual o falante/ator chama a atenção do ouvinte/platéia, clareando-a no texto”.

Segundo Gonçalves (1998, p. 33), o constituinte focalizado equivale à informação que o locutor considera ser a mais relevante do enunciado, visto que é desconhecida ou irrecuperável a partir do texto anterior, “co-texto”, ou do “contexto situacional imediato”. Ao contrário, os constituintes não focalizados representam as informações que locutor e interlocutor compartilham e que são acionadas no “momento de discurso”.

A focalização possibilita organizar as informações veiculadas através de um enunciado. A informação compartilhada entre locutor e interlocutor é considerada temática, conhecida ou recuperável através do contexto. Ao contrário, a informação mais relevante e, portanto, focalizada, é considerada remática, uma vez que é nova a um dos participantes da situação comunicativa ou irrecuperável através dela.

⁵⁴ Segundo Dik (1997, p. 292, tradução nossa), de língua para língua, “os constituintes que carregam a função de foco podem ser expressos por uma variedade de formas: (a) podem receber uma proeminência prosódica especial; (b) podem ser colocados em posição especial; (c) podem ser marcados por partículas especiais; e (d) podem ocorrer em tipos de construção especial”.

Nas línguas do mundo, a focalização pode ser resultado de duas estratégias: morfossintática⁵⁵ e fonológica. A fonológica, sobre a qual tratamos nessa seção, é realizada mediante “recursos de natureza suprasegmental (saliência prosódica)” (cf. GONÇALVES, 1998, p. 34), isto é, diz respeito à variação do grau de intensidade do som da fala e não pode ser observada através de marcas formais no enunciado.

As perguntas totais focadas, a seguir, são do Inglês (cf. GIVÓN, 2001, p. 294) e do Português (cf. GONÇALVES⁵⁶, 1999, p. 327):

(a) Exemplos do Inglês:

10. Did Joe kill the goat?

aux.-Pas. ‘José’ ‘matar’-Pres. def. ‘cabra’

“JOSE matou a cabra?”

11. Did Joe kill the goat?

aux.-Pas. ‘José’ ‘matar’-Pres. def. ‘cabra’

“José MATOU a cabra?”

12. Did Joe kill the goat?

aux.-Pas. ‘José’ ‘matar’-Pres. def. ‘cabra’

“José matou A CABRA?”

Nas perguntas do Inglês, os constituintes focalizados (sublinhados) equivalem às informações que são novas nos enunciados, isto é, irrecuperáveis a partir do texto anterior, ‘co-texto’, ou do ‘contexto situacional imediato’. Em (10), focaliza-se o constituinte *Joe* ‘José’, uma vez que se questiona a respeito do indivíduo que realizou a ação ‘de matar a cabra’. Em (11) e (12), são focalizados o predicado verbal *kill* ‘matar’ e o complemento verbal *the goat* ‘a cabra’, visto que a interrogação, em cada uma das perguntas, recai sobre os seguintes tipos de informação: a ‘ação realizada por *Joe*’ e o ‘animal morto por ele’, respectivamente.

⁵⁵ Como o emprego de construções clivadas e pseudoclivadas, das quais trataremos a seguir.

⁵⁶ Em seu trabalho, Gonçalves (1999, p. 327) apresenta os exemplos do Português, de (13) a (15), como assertivos.

(b) Exemplos do Português:

13. **A prima da Marcelina gravou um samba do João Bosco?**
14. **A prima da Marcelina gravou um samba do João Bosco?**
15. **A prima da Marcelina gravou um samba (do João Bosco)?**

Como em Inglês, os constituintes focalizados em Português, equivalem às informações novas, isto é, irrecuperáveis a partir do texto anterior, ‘co-texto’, ou do ‘contexto situacional imediato’. Em (13), sabe-se que ‘um samba do João Bosco foi gravado’, embora seja necessário confirmar quem o fez, portanto, o constituinte **a prima da Marcelina** é focalizado. Em (14), focaliza-se o constituinte **do João Bosco**, uma vez que se sabe que ‘a prima da Marcelina gravou um samba’, mas é preciso confirmar de que autor é o samba gravado por ela. Em (15), focaliza-se o constituinte **um samba**, pelo seguinte motivo: o locutor já conhece a informação de que ‘a prima da Marcelina tenha gravado’ algum estilo de música, mas desconhece a respeito de qual estilo tenha sido.

Para Givón (2001, p. 294), é natural que, em perguntas totais, o constituinte que lhe é opcional seja focalizado, enquanto que a focalização de um constituinte que não o opcional (quando ele existe) revela-se artificial. Em (16) e (17), a seguir, os elementos opcionais e, portanto, em foco, são *on Sunday* ‘domingo’ e *for Mary* ‘para Maria’, respectivamente.

16. **Did Joe kill the goat on Sunday?**
 aux.-Pas. ‘João’ ‘matar’-Pres. def. ‘cabra’ Prep. ‘domingo’
 “João matou a cabra DOMINGO?”

17. **Did Joe kill the goat for Mary?**
 aux.-Pas. ‘João’ ‘matar’-Pres. def. ‘cabra’ Prep. ‘Maria’
 “João matou a cabra PARA MARIA?”

5.1.2 O ordenamento de palavras

O **ordenamento de palavras**, segundo Payne (1997, p. 296), é a possibilidade morfossintática que estabelece a mudança de posição entre determinados constituintes do enunciado interrogativo. Na maioria das línguas em que isso ocorre, a inversão dos elementos se manifesta entre o sujeito e o verbo.

O Alemão, por exemplo, combina os critérios entonação e ordenamento de palavras para diferenciar as perguntas totais de enunciados assertivos. Para Meireles e Silva (2001, p. 236), emprega-se, nessa língua, uma entonação descendente “em declarativas, exclamativas, imperativas, volitivas e interrogativas parciais”, mas uma entonação ascendente “em interrogativas globais [totais] e entre orações principal e subordinada”. Vejamos os exemplos (cf. GIVÓN, 2001, p. 295):

18. ichi sehe zwei Papageien

1sg. ‘ver’-Pres. ‘dois’ ‘papagaios’

“Eu vejo dois papagaios.”

19. sehe ichi swei Papageien?

‘ver’-Pres. 1sg. ‘dois’ ‘papagaios’

“Eu vejo dois papagaios?”

O enunciado em (18) é assertivo, caracterizado por uma entonação descendente. O enunciado em (19), ao contrário, é caracterizado por uma entonação ascendente, própria de perguntas totais em Alemão. Não obstante, enquanto em enunciado assertivo o sujeito ocupa a primeira posição e o verbo a segunda, em pergunta total, o sujeito e o verbo trocam de posição: em (19), o sujeito *ichi* ‘eu’ e o verbo *sehe* ‘ver’ permutam entre si.

A mesma possibilidade de ordenamento de palavras é observada no Inglês. Os exemplos, a seguir, são apresentados por Givón (2001, p. 296):

20. John is eat - ing dinner.

‘João’ ‘ser’-Pres. ‘comer’+Pres.cont. ‘jantar’

“John está jantando.”

21. Is John eat - ing dinner?

‘ser’-Pres. ‘João’ ‘comer’+Pres.cont. ‘jantar’

“John está jantando.”

O enunciado em (20) é assertivo, caracterizado pela posição inicial do sujeito *John* ‘João’ e do verbo *is* ‘ser/estar’ que o segue. Em (21), ao contrário, o enunciado é interrogativo total. Nele, a mudança de ordem entre os constituintes *John* e *is* é essencial para lhe caracterizar como pergunta. Embora, em enunciados como (21), o ordenamento de palavras

seja suficiente para assinalá-los como interrogativos, a variação da entonação possibilita a focalização sobre o constituinte que se deseja questionar.

Além da fonologia, como estratégia para a focalização, a ênfase de um constituinte pode ser resultado do emprego de algum recurso morfossintático. Conforme Givón (2001, p. 297-298), isso pode ser observado em línguas como o Espanhol e o Ute⁵⁷, cujos falantes utilizam, além do critério entoacional, o ordenamento de palavras como estratégia para a focalização de constituintes em perguntas totais. Vejamos:

(a) Exemplos do Espanhol:

22. **a Juan, le mató?**
 obj. ‘João’ pron.obl. ‘matar’-Pas.-3sg.
 “João, ela o MATOU?”
23. **a Juan, le mató María?**
 obj. ‘João’ pron.obl. ‘matar’-Pas.-3sg. ‘Maria’
 “João, MARIA o matou?”
24. **le mató a Juan?**
 pron.obl. ‘matar’-Pas.-3sg. obj. ‘João’
 “Ela matou JOÃO?”

Nessas perguntas do Espanhol, os constituintes *mató* ‘matar’, *María* e *Juan* ‘João’ são focalizados mediante entonação especial, diferente da que é atribuída aos outros constituintes dos enunciados. Além de receberem entonação especial, os constituintes focalizados são empregados na posição final das perguntas.

(b) Exemplos do Ute:

25. **’áapach sivaatuch - i pakh - kwa - puga**
 ‘menino’-subj. ‘cabra’+obj. ‘matar’+Asp.+REM
 “O menino matou a cabra.”

⁵⁷ “O Ute é uma língua uto-asteca falada pelos Utes, indígenas norte-americanos que atualmente vivem no estado do Colorado” (<http://pt.encydia.com/es/Ute>).

26. **pakha - kwa - puga - aa (sivaatuch - i)?**

‘matar’+Asp.+REM+Inter. ‘cabra’+obj.

“Ele (ela) MATOU a cabra?”

27. **siváatuch - i - aa pakha - kwa - puga?**

‘cabra’+obj.+Inter. ‘matar’+Asp.+REM

“Ele (ela) matou A CABRA?”

Nas perguntas do Ute, além de receberem entonação especial⁵⁸, os constituintes focalizados são deslocados para a posição inicial. Em (25), enunciado assertivo, o constituinte verbal *pakhkwapuga* ‘matar’ aparece em posição final; quando deslocado para a posição inicial, como na pergunta em (26), é focalizado. Analogamente, em (25), o complemento verbal *sivaatuchi* é empregado em segunda posição; ao preencher a primeira posição da pergunta, como em (27), torna-se o foco.

Em algumas línguas, observa-se o emprego de estrutura clivada, tipo de construção especial “dividida em duas partes, cada uma com um verbo” (cf. CRYSTAL, 1985, p. 49, apud BRAGA, 2009, p. 178), cujo objetivo é focalizar um de seus constituintes.

As construções clivadas, em (28) e (29), são do Inglês. A interrogação recai, respectivamente, sobre os constituintes *Joe* ‘José’, sujeito, e *the goat* ‘a cabra’, complemento verbal, ambos em posição de foco.

28. **Was it Joe who kill - ed the goat?**

‘ser’-Pas. 3sg.n. ‘José’ pron.rel. ‘matar’+Pas. def. ‘cabra’

“Foi JOSÉ que matou a cabra?”

29. **Was it the goat that Joe kill - ed?**

‘ser’-Pas. 3sg.n. def. ‘cabra’ pron.rel. ‘José’ ‘matar’+Pas.

“Foi A CABRA que José matou?”

Conforme Givón (2001, p. 299), entretanto, há línguas como o Francês em que a clivagem da estrutura de perguntas totais não implica na focalização de seus constituintes. Abaixo, as unidades *est-ce que* fazem de (30) uma construção clivada, embora sem elementos em foco.

⁵⁸ Além de entonação especial, a língua Ute dispõe, ainda, do morfema {-aa}, empregado apenas em enunciados interrogativos. Na seção seguinte, é que trataremos do emprego dessas partículas.

30. **est - ce que vous êtes fou?**
 ‘ser’+‘ce’ ‘que’ 2sg. ‘ser’-Pres. ‘louco’
 “Você é louco?”

5.1.3 As partículas interrogativas

O emprego de uma **partícula interrogativa** consiste em uma das estratégias capaz de caracterizar uma pergunta total (cf. PAYNE, 1997, p. 296). Quanto à posição, que varia de língua para língua, uma partícula pode ser empregada antes ou após o primeiro constituinte do enunciado ou ocupar-lhe a posição final.

Conforme Creissels (2006, p. 172), os exemplos das línguas Tswana⁵⁹, em (31), e Bambara⁶⁰, em (32), exemplificam a existência de línguas cujo emprego de partícula especial serve para diferenciar perguntas totais de enunciados assertivos. Vejamos:

31. **a Kitso o tlaa lema tshimo e?**
 Inter. ‘Kitso’ Fut. ‘arar’ ‘campo’ pron.dem.
 “Kitso vai arar este campo?”

32. **u taa - ra Kita wa?**
 3pl. ‘ir’+Posp. ‘Kita’ Inter.
 “Eles (elas) foram à Kita?”

Em (31), pergunta da língua Tswana, a partícula interrogativa **a** é empregada em posição inicial. Ao contrário, em (32), pergunta da língua Bambara, a partícula **wa** aparece em posição final.

A língua Swahili⁶¹, segundo Givón (2001, p. 295), se apropria dos critérios entoacional e morfológico para diferenciar perguntas totais de enunciados assertivos. Além de entonação distinta, a única diferença entre os enunciados, a seguir, é o emprego da partícula interrogativa **je** na pergunta total em (34). Vejamos:

⁵⁹ “O **Tswana** é a língua materna dos tswanas. [...] Apesar de ser a língua oficial do Botswana, país da África Austral, a maioria dos seus falantes habita a África do Sul. [...] No total, são cerca de 4 milhões os falantes dessa língua” (<http://www.wikipedia.org/>).

⁶⁰ “O **Bambara** [...] é um idioma falado no Mali, país da África Ocidental, por até seis milhões de pessoas [...], e em alguns países africanos vizinhos, como Burkina Faso, Costa do Marfim e Gâmbia” (<http://www.wikipedia.org/>).

⁶¹ “O **Swahili** é uma das línguas oficiais do Quênia, da Tanzânia e de Uganda, embora os seus falantes nativos, os povos suailis, sejam originários apenas das regiões costeiras do Oceano Índico” (<http://www.wikipedia.org/>).

33. **Juma a - li - kwenda mji - ni**
 ‘Juma’ 3sg.m.+Pas.+‘ir’ ‘cidade’+Posp.
 “Juma foi à cidade.”

34. **Je, Juma a - li - kwenda mji - ni?**
 Inter. ‘Juma’ 3sg.m.+Pas.+‘ir’ ‘cidade’+Posp.
 “Juma foi à cidade?”

Na seção anterior, vimos que as perguntas totais do Inglês e do Ute são caracterizadas por entonação especial e pela mudança na ordem de alguns de seus constituintes. Além dessas estratégias, ambas as línguas recebem marcas interrogativas específicas, como ilustram os exemplos abaixo (cf. GIVÓN, 2001, p. 296-298). Vejamos:

(a) Exemplos do Inglês:

35. **John ate dinner.**
 ‘João’ ‘comer’-Pas. ‘jantar’
 “João jantou.”
36. **Did John eat dinner?**
 Inter.-Pas. ‘João’ ‘comer’-Pres. ‘jantar’
 “João jantou?”

Em Inglês, o auxiliar verbal *did*, presente em (36), funciona como marca morfológica de perguntas totais, quando da ausência de outros auxiliares.

(b) Exemplos do Ute:

37. **pakha - kwa - puga - aa (sivaatuch - i)?**
 ‘matar’+Asp.+REM+Inter. ‘cabra’+obj.
 “Ela (ele) MATOU a cabra?”
38. **’áapach - aa siváatuch - i pakha - kwa - puga?**
 ‘menino’-subj.+Inter. ‘cabra’+obj. ‘matar’+Asp.+REM
 “O MENINO matou a cabra?”

39. siváatuch - i - aa pakha - kwa - puga?

‘cabra’+obj.+Inter. ‘matar’+Asp.+REM

“Ele (ela) matou A CABRA?”

Em Ute, o morfema interrogativo {-aa} é sufixado ao constituinte que se deseja colocar em foco: em (37), o constituinte verbal *pakhakwapuga*; em (38), o sujeito *’áapach* e, em (39), o complemento verbal *siváatuchi*.

Também o Turco (cf. GIVÓN, 2001, p. 297) se apropria dos critérios entoacional e morfológico em perguntas totais. Nessa língua, o emprego de partícula interrogativa, além de indicar que um enunciado é interrogativo, possibilita a focalização do constituinte ao qual é sufixado. Vejamos:

40. Mehmet Ankara - ya git - ti

‘Mehmet’ ‘Ankara’+Posp. ‘ir’+Pas.

“Mehmet foi para Ankara.”

41. Mehmet Ankara - ya gít - ti - mi?

‘Mehmet’ ‘Ankara’+Posp. ‘ir’+Pas.+Inter.

“Mehmet FOI para Ankara?”

42. Mehmet - mi Ankara - ya git - ti?

‘Mehmet’+Inter. ‘Ankara’+Posp. ‘ir’+Pas.

“MEHMET foi para Ankara?”

43. Mehmet Ankara - ya - mi git - ti?

‘Mehmet’ ‘Ankara’+Posp.+Inter. ‘ir’+Pas.

“Mehmet foi PARA ANKARA?”

Em (41), (42) e (43), o morfema {-mi} é sufixado, respectivamente, ao constituinte verbal *gítiti*, ao sujeito *Mehmet* e ao complemento verbal *Ankaraya*, que passam a ser focalizados.

Em Latim, conforme Creissels (2006, p. 173), a marca interrogativa {-ne} pode ser afixada ao constituinte verbal ou a outros constituintes de um enunciado. Entretanto, apenas quando afixada em constituintes que não o verbo é que se pode ter um efeito de focalização. Vejamos:

44. **est - ne puer bonus?**

‘estar’-Pres.-3sg.+Inter. ‘menino’ ‘bom’

“O menino está bom?”

45. **puer - ne bonus est?**

‘menino’+Inter. ‘bom’ ‘estar’-Pres.-3sg.

“É O MENINO que é bom?”

46. **bonus - ne puer est?**

‘bom’+Inter. ‘menino’ ‘estar’-Pres.-3sg.

“É BOM o menino?”

Em (44), o morfema {-ne} é afixado ao verbo *est* ‘ser/estar’. Em (45) e (46), esse mesmo morfema é afixado, respectivamente, aos constituintes nominais *puer* ‘menino’ e *bonus* ‘bom’, estratégia que resulta na focalização dos mesmos.

5.1.4 As perguntas alternativas

As perguntas alternativas são um tipo de pergunta total, caracterizadas pela apresentação de duas ou mais possibilidades de resposta. As possibilidades/alternativas podem ser apresentadas de duas formas: **(a)** afirmando-se e negando-se a mesma alternativa; ou **(b)** listando-se as várias alternativas possíveis (cf. GIVÓN, 2001, p. 292).

De língua para língua, as perguntas alternativas são caracterizadas por diferentes marcas morfológicas. Vejamos os exemplos do Inglês, do Mandarim e do Japonês, apresentados por Givón (2001, p. 299-300), e do Francês, apresentado por Creissels (2006, p. 172):

47. **is he com - ing or not?**

‘estar’ 3sg.m. ‘vir’+Pres.cont. ‘ou’ neg.

“Ele está chegando ou não?”

48. **ta zài jia bu zài jia?**

3sg. ‘estar em’ ‘casa’ neg. ‘estar em’ ‘casa’

“Ele (ele) está em casa ou não está casa?”

49. sono hon - wa omoshiroi desu - ka omoshiroku - nai desu - ka?
 pron.dem. ‘livro’+foc. ‘interessante’ ‘ser’+Inter. ‘interessante’+neg. ‘ser’+Inter.
 “Aquele livro é interessante ou não?”

50. Tu viens, ou pas?
 2sg. ‘vir’-Pres. ‘ou’ neg.
 “Tu vens, ou não?”

Os exemplos de (47) a (50) são do Inglês, Mandarim, Japonês e Francês, respectivamente. O que essas línguas têm em comum é o fato de apresentarem, em suas perguntas alternativas, formas negativas: *not*, em Inglês, *bu*, em Mandarim, {-*nai*}, em Japonês e *pas* em Francês. Em Inglês e Francês, além do morfema negativo, emprega-se a conjunção *or* e *ou*, respectivamente. Em Japonês, além do morfema negativo {-*nai*}, o morfema interrogativo {-*ka*} é empregado em ambas as porções (afirmativa e negativa) do enunciado.

Em Inglês, segundo Givón (2001, p. 293), as alternativas que constituem uma pergunta podem ser apresentadas hierarquicamente, ou seja, da alternativa mais específica à mais geral, como em (51), ou da mais geral à mais específica, como em (52). Vejamos:

51. Have you ever been a boy scout, or a member of a youth group, or any social organization? > “Você já foi um menino escoteiro, ou membro de um grupo de jovens, ou de qualquer organização social?”

52. Have you ever been a member of any social organization, like maybe a youth group, or like the Boy Scouts? > “Você já foi um membro de qualquer organização social, como talvez um grupo de jovens, ou como os escoteiros?”

Em (51), a conjunção *or* ‘ou’ permite que as alternativas sejam ordenadas partindo das mais específicas à mais geral: ‘ser escoteiro’ ou ‘participar de um grupo de jovens’ – atividades mais específicas – podem estar incluídas na atividade mais geral de ‘participar de qualquer organização social’.

Em (52), ao contrário, o constituinte *like (maybe)* ‘como (talvez)’ permite que o interlocutor entenda que as alternativas que tem como resposta são ordenadas da mais geral à mais específica: a atividade de ‘ser membro de qualquer organização social’ – mais genérica

– é empregada em posição anterior a das atividades ‘ser membro de um grupo de jovens’ ou ‘de escoteiros’, mais específicas.

Embora as perguntas totais possam ser respondidas apenas com ‘sim’ ou ‘não’, as construções alternativas, principalmente, podem receber, além de ‘sim’ ou ‘não’, uma resposta adicional que as tornem mais completas. Em relação às perguntas em (51) e (52), pensamos haver diferentes formas de respondê-las; vejamos:

(a) Através de afirmação ou negação: (a’) caso a resposta do interlocutor seja afirmativa ou negativa para todas as alternativas disponíveis na pergunta; ou (a’’) caso o interlocutor, mesmo sem ter participado de alguma das alternativas, não se interesse em explicitar em qual delas tenha ou não participado.

(b) Através de afirmação ou negação, seguida de resposta adicional: caso a resposta do interlocutor para cada alternativa seja diferente, ele poderá respondê-la com ‘sim’ ou ‘não’, e depois se referir a cada uma das alternativas em particular. Por exemplo: “Sim, mas não de um grupo de jovens.” ou “Não de um grupo de escoteiros.”, entre outras.

5.1.5 As questões “tag”

Apresentada por Payne (1997, p. 298), uma questão “tag” é uma construção interrogativa específica empregada após um enunciado assertivo. Ao empregá-la, o locutor tem a intenção de confirmar uma informação, sobre a qual tem um breve conhecimento. Quase sempre, o locutor deseja que a resposta do interlocutor satisfaça as suas expectativas, direcionando-a.

Se o enunciado assertivo, sobre o qual se questiona, carrega a afirmação de uma informação, a questão “tag” será a negação dessa mesma informação, e vice-versa. Vejamos os exemplos do Inglês (cf. PAYNE, 1997, p. 298) e do Português, a seguir:

53. You hear - d him, did not you?

2sg. ‘ouvir’+Pas. pron.obl. Inter.-Pas. neg. 2sg.

“Você o ouviu, não ouviu?”

54. Você não escreveu a carta, escreveu?

Os exemplos em (53) e (54) são do Inglês e do Português, respectivamente. Em (53), o enunciado assertivo *You heard him* é seguido da pergunta *did not you?*, correspondente à

questão “tag”. Ao enunciá-la, o locutor direciona a resposta do interlocutor para uma afirmação. Ao contrário, em (54), a pergunta **escreveu?** corresponde à questão “tag” do enunciado assertivo **você não escreveu a carta**. Ao enunciá-la, o locutor orienta o interlocutor a respondê-la negativamente, ainda que ele não o faça.

Às questões “tag”, Creissels (2006, p. 171) contrapõe as perguntas totais que não direcionam a resposta a ser proferida pelo interlocutor. Vejamos os exemplos abaixo:

55. Did she come?

Inter.-Pas. 3sg.f. ‘vir’-Pres.

“Ela veio?”

56. She came, did not she?

3sg.f. ‘vir’-Pas. Inter.-Pas. neg. 3sg.f.

“Ela veio, não veio?”

57. She did not come, did she?

3sg.f. aux.-Pas. neg. ‘vir’-Pres. Inter.-Pas. 3sg.f.

“Ela não veio, veio?”

Para o autor, a pergunta em (55) é neutra, de modo que não direciona a resposta do interlocutor, que pode ser afirmativa ou negativa. Ao contrário, a pergunta em (56) pode motivar o interlocutor a respondê-la positivamente; ao passo que a pergunta em (57) pode motivá-lo a negar o conteúdo questionado.

Bolinger (1978, apud GIVÓN, 2001, p. 292), por sua vez, acredita que as perguntas totais são sempre tendenciosas, mesmo que não sejam configuradas como “tag”. Para o autor, a pergunta afirmativa, em (58), apresenta uma tendência a ser respondida negativamente, ao passo que a pergunta negativa, em (59), apresenta a tendência contrária.

58. Did John eat the salami?

Inter.-Pas. ‘João’ ‘comer’-Pres. def. ‘salame’

“John comeu o salame?”

59. Did not John eat the salami?

Inter.-Pas. neg. ‘João’ ‘comer’-Pres. def. ‘salame’

“John não comeu o salame?”

5.2 As perguntas parciais

As perguntas parciais, segundo Givón (2001, p. 300) “are used typically when the speaker presupposes that the hearer shares with them the knowledge of a state/event, but the speaker still misses one element of that state/event”⁶².

Essas perguntas são caracterizadas, principalmente, pelo emprego de **palavra interrogativa**⁶³, embora, em algumas línguas, possam também ser marcadas pelo emprego de partícula interrogativa e entonação especial.

Creissels (2006, p. 174) atenta-nos, entretanto, para a ocorrência de línguas cujas proformas interrogativas são inexistentes. Nelas, o emprego de um termo indefinido em uma pergunta total possibilita que o interlocutor a responda como uma pergunta parcial. A seguinte pergunta **Você comprou alguma coisa?**, enunciada em um contexto em que uma compra foi realizada, poderá ser respondida, não apenas através de afirmação ou negação, mas através de uma resposta mais completa acerca do que foi comprado. Segundo o autor, isso é comum, não apenas em línguas que não dispõem de proformas interrogativas, mas também em línguas, como o Francês, que apresentam um sistema variado de proformas.

5.2.1 A entonação

Em muitas línguas, as perguntas parciais são enunciadas mediante entonação especial. Vejamos o exemplo do Português, a seguir:

60. Meu Deus, quando é que eu embarco?⁶⁴

A pergunta em (60) mostra um tipo particular de entonação, característica de perguntas parciais em Português: a entonação relativa à última parte do enunciado é descendente, ao passo que a proforma interrogativa **quando** é o constituinte enfatizado mediante entonação ascendente.

Sabe-se, entretanto, que o emprego da proforma **quando** indica, primariamente, o valor interrogativo do enunciado em (60), de modo que, na tentativa de se estabelecer

⁶² As perguntas parciais, segundo Givón (2001, p. 300, tradução nossa) “são usadas tipicamente quando o falante pressupõe que o ouvinte divida com ele o conhecimento de um estado/evento, mas o falante ainda perde um elemento desse estado/evento”.

⁶³ Além de palavras interrogativas, podemos nos referir a estes elementos como proformas interrogativas e constituintes interrogativos.

⁶⁴ Fragmento de “Cancioneiro”, de Fernando Pessoa.

entonação igual a todos os seus elementos, os falantes de Português ainda o reconheceriam como interrogativo.

5.2.2 As partículas interrogativas

Em muitas línguas, as perguntas parciais são caracterizadas tanto pelo emprego de proformas interrogativas quanto pelo emprego de partículas interrogativas. É o caso de línguas como o Swahili e o Esquimó (cf. GIVÓN, 2001, p. 296), além do Japonês (cf. CREISSELS, 2006, p. 170). Vejamos:

(a) Exemplo do Swahili:

61. **je nani a - li - kwenda mji - ni?**
 Inter. ‘quem’ 3sg.m.+Pas.+‘ir’ ‘cidade’+Posp.
 “Quem foi para a cidade?”

(b) Exemplo do Esquimó:

62. **kina pinia - p - a?**
 ‘quem’ ‘caçar’+Asp.+Inter.
 “Quem está caçando?”

(c) Exemplo do Japonês:

63. **doko - ni ikimashita ka?**
 ‘onde’+Posp. ‘ir’-Pas. Inter.
 “Aonde você foi?”

Em (61), pergunta parcial do Swahili, além da proforma interrogativa ***nani*** ‘quem’, emprega-se, em posição inicial, a partícula interrogativa ***je***. Em (62), a proforma interrogativa ***kina*** ‘quem’ e o sufixo interrogativo {-a} coexistem na mesma pergunta parcial do Esquimó. Em (63), pergunta parcial do Japonês, emprega-se a proforma ***doko*** ‘quem’ e a partícula ***ka***, ambas interrogativas.

Também em Mandarim (cf. CHENG, 1991, p. 25, apud OLIVEIRA e SOUZA, 2009, p. 252), as perguntas parciais podem ser caracterizadas pelo emprego de constituintes e partículas interrogativas. Em (64), abaixo, o constituinte interrogativo *nayibenshu* ‘qual livro’ e a partícula *ne* coexistem na mesma pergunta parcial. Vejamos:

64. **Hufei mai - le na - yi - ben - shu ne**
 ‘Hufei’ comprar+Asp. ‘qual’+def.+CL+‘livro’ Inter.
 “Hufei comprou qual livro?”

Em Piemontês⁶⁵ (cf. CREISSELS, 2006, p. 171), a conjugação verbal em enunciado assertivo é perfeitamente distinta da conjugação verbal de enunciado interrogativo. Vejamos:

- | | |
|--------------------------|--------------------------------|
| 65. <u>i</u> faso | Còs i fas - <u>ne</u>? |
| 1sg. ‘fazer’-Pres. | ‘o que’ 1sg. ‘fazer’+1sg.supl. |
| “Eu faço.” | “Que é isto que eu faço?” |

- | | |
|--------------------------|--------------------------------|
| 66. <u>it</u> fas | Còs it fas - <u>to</u>? |
| 2sg. ‘fazer’-Pres. | ‘o que’ 2sg. ‘fazer’+2sg.supl. |
| “Você faz.” | “Que é isto que você faz?” |

- | | |
|------------------------|----------------------------------|
| 67. <u>a</u> fà | Còs a fal - <u>lo</u>? |
| 3sg.m. ‘fazer’-Pres. | ‘o que’ 3sg.m. ‘fazer’+3sg.supl. |
| “Ele faz.” | “Que é isto que ele faz?” |

Os enunciados assertivos de (65) a (67) são constituídos, cada um, pelos respectivos clíticos sujeitos obrigatórios *i* ‘eu’, *it* ‘você’ e *a* ‘ele’. Nos enunciados interrogativos correspondentes, além da presença do clítico sujeito, o verbo carrega uma marca de pessoa suplementar: {-*ne*}, {-*to*} e {-*lo*}, primeira, segunda e terceira pessoa do singular, respectivamente. Esses morfemas de pessoa suplementar, uma vez que ocorrem em perguntas, mas não em enunciados assertivos, funcionam como marcas interrogativas em Piemontês.

⁶⁵ “O **Piemontês** é uma língua com mais de dois milhões de falantes no Piemonte (norte de Itália)” (<http://www.wikipedia.org/>).

5.2.3 As proformas interrogativas

As perguntas parciais são caracterizadas, principalmente, pelo emprego de proformas interrogativas, responsáveis, segundo Givón (2001, p. 300), por questionar acerca da informação não compartilhada entre locutor e interlocutor. Sendo assim, “the focus element of the wh-question can be the subject, object, verb, predicate, adverb, indirect object, time, place, manner, reason”⁶⁶, entre outras informações que concernem a um evento. Vejamos alguns exemplos do Inglês, apresentados pelo autor:

68. **Yesterday John sneakily gave a kiss to Mary in the barn.**

‘ontem’ ‘sorrateiramente’ ‘dar’-Pas. indef. ‘beijo’ Prep. Prep. def. ‘celeiro’

“Ontem, João deu sorrateiramente um beijo em Maria no celeiro”.

69. **What did John give to Mary?**

“O que João deu em Maria?”

70. **Who gave Mary a kiss?**

“Quem deu um beijo em Maria?”

71. **How did John give Mary a kiss?**

“Como João deu um beijo em Maria?”

72. **Where did John give Mary a kiss?**

“Onde João deu um beijo em Maria?”

73. **Why did John give Mary a kiss?**

“Por que João deu um beijo em Maria?”

74. **When did John give Mary a kiss?**

“Quando João deu um beijo em Maria?”

Nas perguntas parciais, acima, são empregadas as respectivas proformas interrogativas: *what* ‘o que’, *who* ‘quem’, *how* ‘como’, *where* ‘onde’, *why* ‘por que’ e *when* ‘quando’.

⁶⁶ Sendo assim, “o elemento em foco da pergunta parcial pode ser o sujeito, objeto, verbo, predicado, advérbio, objeto indireto, tempo, lugar, modo, razão”, entre outras informações que concernem a um evento (cf. GIVÓN, 2001, p. 300, tradução nossa).

Observemos, a título de comparação, as perguntas em (69) e (70). Em (69), a informação de que ‘João tenha dado algo em Maria’ é compartilhada entre locutor e interlocutor. Nela, a informação desconhecida ou não recuperável, a partir do contexto, é a do ‘que’ tenha sido dado, por isso, o emprego da proforma *what*. Em (70), locutor e interlocutor compartilham da informação de que ‘alguém tenha dado um beijo em Maria’, mas não da informação de ‘quem’ o tenha feito, por isso, emprega-se a proforma *who*.

As proformas *what* e *who* servem para questionar acerca de um referente não-humano e de um referente humano, respectivamente. As proformas *how*, *where*, *why* e *when* são empregadas para questionar a respeito das informações a seguir: modo, lugar, causa e tempo do evento apresentado no enunciado assertivo em (68).

Segundo Creissels (2006, p. 174), algumas gramáticas descritivas, de acordo com as línguas, reúnem as proformas interrogativas em três diferentes grupos: determinantes, pronomes e advérbios interrogativos. Certamente, os pronomes e os advérbios interrogativos apresentam características específicas que os distinguem entre si. O que os assemelha, entretanto, é o fato de que ambos podem ocupar o lugar de sintagmas do tipo [determinante interrogativo + nome]. Esse é o caso do Francês:

75. *quoi?* > *quelle chose?*

‘o que?’ > ‘que coisa?’

76. *qui?* > *quelle personne?*

‘quem?’ > ‘que pessoa?’

77. *où?* > (*à*) *quel endroit?*

‘onde?’ > ‘que lugar?’

78. *quand?* > (*à*) *quel moment?*

‘quando?’ > ‘(em) que momento?’

79. *combien?* > *quelle quantité?*

‘quanto?’ > ‘em que quantidade?’

Acima, são empregadas as proformas *quoi* ‘o que’, *qui* ‘quem’, *où* ‘onde’, *quand* ‘quando’ e *combien* ‘quanto’. A título de compreensão, vejamos as perguntas em (76) e (78): em (76), a proforma *qui* pode substituir o sintagma *quelle personne* ‘que pessoa’, ao passo que, em (78), a proforma *quand* pode preencher a posição do sintagma (*à*) *quel moment*

‘(em) que momento’. Em Francês, isso é possível por dois motivos: (a) as formas *quel / quelle* ‘que’ podem funcionar como determinante; e (b) há a ocorrência, nessa língua, de nomes cujo valor semântico é bastante semelhante ao das proformas *qui* e *quand*, a saber, os nomes *personne* ‘pessoa’ e *moment* ‘momento’, respectivamente.

Em geral, as gramáticas descritivas do Português dividem as proformas interrogativas em pronomes e advérbios. São pronomes, nessa língua, as formas **que / o que, quem, qual e quanto (a) / quantos (as)**, ao passo que são advérbios as formas **por que, como, onde e quando**. Os pronomes questionam sobre referentes humanos ou não-humanos; os advérbios interrogam acerca de circunstâncias (cf. BECHARA, 1999, 102-195). Vejamos os exemplos do Português, a seguir:

80. **Que coisa tinham esquecido de dizer uma a outra?**⁶⁷
81. **Quem te ensinou os passos que até mim te levaram?**⁶⁸
82. **Qual é mesmo a palavra secreta?**⁶⁹
83. **Quantas vezes minha esperança vai esperar no cais?**⁷⁰
84. **[...] por que não chegavam logo à Estação?**⁷¹
85. **Como posso esperar que venha alguém gostar de mim?**⁷²
86. **Mas onde encontrar o meu semelhante?**⁷³
87. **Meu Deus, quando é que eu embarco?**⁷⁴

As perguntas parciais de (80) a (83) são constituídas pelos pronomes interrogativos **que, quem, qual e quantas**. Os pronomes **que, qual e quantas** são empregados para questionar acerca de referentes humanos ou não-humanos, sendo **que e qual** pronomes seletivos e **quantas** um pronome quantificador. Ao contrário, o pronome **quem** serve para interrogar apenas a respeito de referentes humanos.

As perguntas parciais de (84) a (87) apresentam os advérbios interrogativos **por que, como, onde e quando**, que interrogam, respectivamente, sobre a causa, o modo, o lugar e o tempo dos eventos em questão.

⁶⁷ Fragmento de “Os laços de família”, de Clarice Lispector.

⁶⁸ Fragmento de “Áspero amor”, de Pablo Neruda.

⁶⁹ Fragmento de “Sobre a escrita”, de Clarice Lispector.

⁷⁰ Fragmento de “Só de sacanagem”, de Elisa Lucinda.

⁷¹ Fragmento de “Os laços de família”, de Clarice Lispector.

⁷² Fragmento de “Discurso”, de Cecília Meireles.

⁷³ Fragmento de “Exame de consciência”, de Mário Quintana.

⁷⁴ Fragmento de “Cancioneiro”, de Fernando Pessoa.

Em Português, os pronomes **que**, **qual** e **quantas** podem ser empregados como determinantes interrogativos. O pronome **que**, ao lado do pronome **quem**, são invariáveis. Por sua vez, o pronome **qual** concorda em número e o pronome **quantas** em gênero e número com o nome que determinam. Os advérbios interrogativos são invariáveis.

Ao contrário do Português, cujo pronome quantificador pode se configurar como **quanto (a)** e **quantos (as)**, em Caboverdiano (cf. OLIVEIRA e SOUZA, 2009, p. 251), o quantificador **kantu** é invariável. Em (88), abaixo, a proforma **kantu** é empregada para questionar acerca de apenas um referente não-humano. Em contrapartida, em (89), é empregado para interrogar sobre mais de um referente humano. Vejamos:

88. **kantu** **é?**

‘quanto’ ‘ser’-Pres.3sg.

“Quanto é?”

89. **kantu** **fidju** **bu** **tem?**

‘quantos’ ‘filhos’ 2sg. ‘ter’-Pres.

“Quantos filhos você tem?”

Em Inglês, também observamos a ocorrência de constituintes interrogativos funcionando como quantificadores (cf. GIVÓN, 2001, p. 305). Vejamos os exemplos, apresentados pelo autor:

90. **How many** **mule - s** **did** **she** **see?**

‘quantas’ ‘mula’+pl. Inter.-Pas. 3sg.f. ‘ver’-Pres.

“Quantas mulas ela viu?”

91. **How much** **water** **did** **he** **drink?**

‘quanta’ ‘água’ Inter.-Pas. 3sg.m. ‘beber’-Pres.

“Quanta água ele bebeu?”

Em (90) e (91), são empregados os quantificadores **how many** e **how much**. O quantificador **how many** serve para questionar sobre referentes, humanos ou não-humanos, que sejam contáveis: em (90), **mules** ‘mulas’. Ao contrário, o quantificador **how much** é empregado para interrogar acerca de referentes, humanos ou não-humanos, que sejam não-contáveis: em (91), **water** ‘água’.

Givón (2001, p. 301-303) afirma que, em muitas línguas, os pronomes interrogativos contêm informações sobre as categorias flexionais de gênero/classe, número e referência. Esse é o caso do Ute. Vejamos:

92. **'áa - wa wúuka - kha?**

‘quem’+Posp. ‘trabalhar’+Asp.

“Com quem ele (ela) trabalhava?”

93. **'áa - mu - pani paghay'wa - r?**

‘quem’+pl.+Posp. ‘caminhar’+Asp.

“Como quem ele (ela) caminha?”

94. **'ipu - m tukuav - i cikavi'na - kha?**

‘o que’+Posp. ‘carne’+obj. ‘cortar’+Asp.

“Com o que ele (ela) cortou a carne?”

Em (92), o emprego do constituinte interrogativo *'áawa* ‘com quem’ indica que o locutor interroga em relação à apenas um referente animado e que a resposta do interlocutor, quanto a esse referente, deve ser definida. As seguintes respostas como ‘Ele trabalha com a Maria’ e ‘Ele trabalha com uma mulher’ seriam, respectivamente, adequada e inadequada para a pergunta em (92).

Em (93), ao contrário, o constituinte interrogativo *'áamupani* ‘como quem’ indica que o questionamento é sobre mais de um referente animado e que o locutor também espera uma resposta exata, sobre esse referente, de seu interlocutor. Em (94), emprega-se o constituinte interrogativo *'ipum* ‘com o que’, que permite que a interrogação seja sobre um ou mais referentes inanimados e que a resposta do interlocutor seja mais indefinida em relação ao referente sobre o qual questiona.

Ao contrário do Ute, há línguas como o Inglês, em que as noções de gênero/classe, número e referência não estão contidas na estrutura dos constituintes interrogativos, mas nos outros elementos do enunciado (cf. GIVÓN, 2001, p. 302). Vejamos:

95. **Which man did it?**

‘que’ ‘homem’ ‘fazer’-Pas. 3sg.n.

“Que homem fez isto?”

96. **Which** house - s did you see?
 ‘que’ ‘casa’+pl. aux.-Pas. 2sg. ‘ver’-Pas.
 “Que casas você viu?”
97. **What** kind of a town is this?
 ‘que’ ‘tipo’ Prep. indef. ‘cidade’ ‘ser’-Pres.-3sg. pron.dem.
 “Que tipo de cidade é essa?”
98. **What** kind of people are they?
 ‘que’ ‘tipo’ Prep. ‘pessoas’ ‘ser’-Pres.-3pl. 3pl.
 “Que tipo de pessoas elas são?”

Em (95) e (96), são os elementos *man* ‘homem’ e *houses* ‘casas’, e não a proforma *which* ‘que’, que contêm as informações de número e de classe: em (95), questiona-se sobre apenas um referente humano – *man*; ao passo que, em (96), interroga-se em relação a mais de um referente inanimado – *houses*.

Em (97) e (98), as informações de número e de classe estão contidas nos elementos *town* ‘cidade’, cujo referente é singular e inanimado, e *people* ‘pessoas’, cujo referente é plural e humano. Os elementos *kind of*, presentes em ambas as perguntas, servem para delimitar as informações sobre os referentes questionados: ao empregá-los, o locutor requer uma resposta menos definida do interlocutor.

5.2.4 A posição das proformas interrogativas

Nas línguas do mundo, as proformas interrogativas podem ocupar diferentes posições em perguntas parciais. Segundo Creissels (2006, p. 176), as posições mais comuns são: (a) a posição inicial; (b) a posição de foco; e (c) a posição “in situ”.

(a) A posição inicial

Segundo Givón (2001, p. 306), a posição inicial é a mais comum entre as línguas do mundo. Em línguas como Malgaxe⁷⁵, Jakalteko⁷⁶ e Luo⁷⁷, por exemplo, em que a posição inicial dos enunciados é preenchida por um verbo, apenas o constituinte interrogativo pode disputar com eles o início de perguntas parciais.

Também em línguas como o Francês (cf. CREISSELS, 2006, p. 176) e o Português o emprego de constituintes interrogativos em posição inicial é bastante comum. Vejamos:

99. A qui Jean veut - il parler?

Prep. ‘quem’ ‘Jean’ ‘querer’-Pres.+3sg. ‘falar’-Pres.

“Com quem Jean quer falar?”

100. Onde está a estrela da manhã?⁷⁸

Em (99), pergunta do Francês, o constituinte interrogativo *a qui* ‘com quem’ aparece na margem esquerda do enunciado. A pergunta em (100), do Português, é caracterizada pela ocorrência do constituinte interrogativo **onde** em posição inicial e pelo emprego de uma entonação especial.

(b) A posição de foco

Na seção 5.1.2, mencionamos que as perguntas totais clivadas são comuns em muitas línguas, uma vez que permitem focalizar algum de seus constituintes.

Em perguntas parciais, é natural que os constituintes interrogativos ocupem uma posição de foco, uma vez que são representantes da informação sobre a qual a interrogação incide (cf. GIVÓN, 2001, p. 308). Os exemplos de perguntas parciais clivadas, a seguir, são do Francês e do Inglês, respectivamente. Vejamos:

⁷⁵ “O **Malgaxe** é uma língua malaio-polinésia falada por praticamente toda a população de Madagascar” (<http://www.wikipedia.org/>).

⁷⁶ A língua **Jakalteko** é falada no departamento de Huehuetenango, um dos 22 departamentos da Guatemala, país da América Central, por aproximadamente 34.000 falantes (<http://www.wikipedia.org/>).

⁷⁷ A língua **Luo** “é falada pelo povo luo do Quênia, Sudão e Tanzânia, contando aproximadamente 3 milhões de falantes” (<http://www.wikipedia.org/>).

⁷⁸ Fragmento de “A estrela da manhã”, de Manuel Bandeira.

(a) Exemplos do Francês (cf. CREISSELS, 2006, p. 176):

101. C' - est à qui que Jean veut parler?
 'ce'+'ser' Prep. 'quem' pron.rel. 'Jean' 'querer'-Pres. 'falar'-Pres.
 "É com quem que Jean quer falar?"
102. C'est à Marie que Jean veut parler.
 "É com Maria que Jean quer falar."

A pergunta em (101), do Francês, é clivada e interroga sobre um circunstante que faça referência a uma entidade humana. Nela, o constituinte interrogativo *à qui* 'com quem' ocupa a mesma posição de foco que ocupa o constituinte *à Marie* 'com Maria' no enunciado assertivo em (102).

(b) Exemplos do Inglês (cf. GIVÓN, 2001, p. 308-309):

103. a) It was who that John saw?
 3sg.n. 'ser'-Pas.3sg. 'quem' pron.rel. 'João' 'ver'-Pas.
 "Foi quem que João viu?"
- b) It was Mary that John saw.
 "Foi Maria que João viu."
104. a) What is it that Kipes bought?
 'o que' 'ser'-Pres.3sg. 3sg.n. pron.rel. 'Kipes' 'comprar'-Pas.
 "O que é que Kipes comprou?"
- b) It is a chair, the thing that Kipes bought.
 "É uma cadeira, a coisa que Kipes comprou."

As perguntas clivadas, em (103a) e (104a), interrogam acerca de um complemento verbal que faça referência a uma entidade humana e a uma entidade não humana, respectivamente. Em (103a), a proforma interrogativa *who* 'quem' é empregada em posição de ênfase, igual a do constituinte *Mary* 'Maria' no enunciado assertivo em (103b). Em (104a),

a proforma interrogativa *what* ‘o que’ preenche a mesma posição de ênfase que o constituinte *chair* ‘cadeira’, o seu equivalente no enunciado assertivo em (104b).

Analogamente, em Português, observam-se as mesmas possibilidades de construções clivadas. Vejamos:

105. Foi o quê que o João comprou? (cf. AMBAR, 2005, p. 97)
106. Foi quem que o João encontrou?
107. Como é que nasceu esse amor? (cf. LOPES-ROSSI, 1996, p. 119)
108. Por que é que as mulheres fogem do senhor?
109. Quando é que a gente vestia uma roupa descorada?

As perguntas acima são clivadas. Em (105) e (106), interroga-se acerca de um referente não-humano e de um referente humano, respectivamente. Nelas, os constituintes interrogativos **o quê** e **quem** são empregados entre o verbo copular **ser**, conjugado em tempo passado, e o complementizador **que**. De (107) a (109), questiona-se sobre as respectivas informações: o modo, a causa e o tempo dos eventos em questão. Nelas, os constituintes interrogativos **como**, **por que** e **quando**, respectivamente, são empregados em posição inicial e seguidos pelo verbo copular **ser**, conjugado em tempo presente, e pelo complementizador **que**.

Em Caboverdiano, (cf. OLIVEIRA e SOUZA, 2009, p. 250-251), as construções clivadas são caracterizadas pelo emprego de uma partícula focalizadora em posição seguinte a da proforma interrogativa. Vejamos:

110. **Kenha** **ki** **bem?**
 ‘quem’ foc. ‘vir’-Pres.
 “Quem que vem?”
111. **Pamódi** **k - u** **ka** **satá** **bá** **fésta?**
 ‘por que’ foc.+2sg. neg. prog. ‘ir’-Pres. ‘festa’
 “Por quê que você não vai à festa?”
112. **Modi** **ki** **bu** **sta?**
 ‘como’ foc. 2sg. ‘estar’-Pres.
 “Como que você está?”

Nas perguntas clivadas do Caboverdiano, acima, empregam-se as respectivas proformas interrogativas *kenha* ‘quem’, *pamódi* ‘por que’ e *modi* ‘como’, seguidas da partícula focalizadora *ki*.

(c) A posição “in situ”

Em Português (cf. KATO e MIOTO, 2005, p. 175), assim como em Francês (cf. CREISSELS, 2006, p. 176), as perguntas parciais podem ser caracterizadas pelo emprego de um constituinte interrogativo na posição “in situ”. Vejamos:

(a) Exemplos do Português:

113. Você saiu de lá como?

114. Eu saí de lá rapidamente.

(b) Exemplos do Francês:

115. Jean veut parler à qui?
 ‘João’ ‘querer’-Pres. ‘falar’-Pres. Prep. ‘quem’
 “Jean quer falar com quem?”

116. Jean veut parler à Marie.
 “Jean quer falar com Maria.”

Em (113), pergunta parcial do Português, emprega-se o constituinte interrogativo **como** em posição “in situ”, ou seja, em posição igual a do constituinte **rapidamente**, seu equivalente no enunciado assertivo em (114). Analogamente, em (115), pergunta parcial do Francês, o constituinte interrogativo *à qui* ‘com quem’ é empregado em posição “in situ”, a mesma posição preenchida pelo constituinte *à Marie* ‘com Maria’, que lhe é equivalente no enunciado assertivo em (116).

Ao contrário, em Mandarim (cf. CHENG, 1991, p. 25, apud OLIVEIRA e SOUZA, 2009, p. 252), os constituintes interrogativos apenas podem ser empregados em posição “in situ”. Em (117), a seguir, o constituinte interrogativo *nayibenshu* ‘qual livro’ e a partícula interrogativa *ne* aparecem na posição “in situ” do enunciado. Vejamos:

117. **Hufei mai - le na - yi - ben - shu ne**
 ‘Hufei’ comprar+Asp. ‘qual’+def.+CL+‘livro’ Inter.
 “Hufei comprou qual livro?”

Segundo Givón (2001, p. 307), as construções caracterizadas pelo emprego de um constituinte interrogativo “in situ” podem, dependendo do contexto comunicativo, ser interpretadas como perguntas do **tipo eco**. As perguntas eco permitem ao locutor solicitar a repetição de alguma informação enunciada por outro participante da situação enunciativa, ou demonstrar surpresa ou descrença em relação à informação sobre a qual questiona.

Em Caboverdiano (cf. BAPTISTA, 2002, apud OLIVEIRA e SOUZA, 2009, p. 252), as perguntas caracterizadas por um constituinte interrogativo em posição “in situ” apenas são consideradas gramaticais quando interpretadas como perguntas do tipo eco. Vejamos:

118. **bu kré kuze?**
 2sg. ‘quer’ ‘o quê’
 “Você comprou o quê?”

A construção em (118), interpretada como uma pergunta eco, é analisada como gramatical. Ao contrário, se enunciada em um contexto enunciativo em que esse tipo de interpretação não é possível, será analisada pelos falantes da língua como agramatical, a menos que o constituinte interrogativo **kuze** ‘o que’ seja deslocado para a posição inicial da pergunta.

Ao contrário, em Português, segundo Kato (2004, apud KATO e MIOTO, 2005, p. 175), a interrogação “in situ” pode ser de dois tipos: “com entonação ascendente, quando a interpretação é de pergunta-eco ou de exclamação, e com a entonação descendente, quando se trata de uma pergunta real”. Vejamos:

119. **Você saiu de lá como?**

A construção em (113), retomada acima como (119), pode ser interpretada, dependendo do contexto comunicativo, como pergunta ‘real’ ou como pergunta eco. Se enunciada como pergunta ‘real’, significa que o locutor interroga a respeito de uma informação sobre a qual não teve acesso. Ao contrário, se enunciada como pergunta eco, pode indicar: **(a)** que o locutor perdeu uma informação (nesse caso, sobre o modo do evento) e está

solicitando que o seu interlocutor a repita; ou **(b)** que o locutor se surpreendeu positiva ou negativamente com a informação que ouviu de seu interlocutor.

No Inglês, além das posições inicial e de foco, os constituintes interrogativos podem ocupar a posição “in situ” de perguntas parciais (cf. GIVÓN, 2001, p. 307). Vejamos:

120. **Where did she go?**
 ‘onde’ aux.-Pas. 3sg.f. ‘ir’-Pres.
 “Onde ela foi?”

121. **She went where?**
 3sg.f. ‘ir’-Pas. ‘onde’
 “Ela foi aonde?”

Em (121), mediante o emprego do constituinte interrogativo *where* ‘onde’ em posição “in situ”, o locutor: **(a)** solicita a repetição de parte do enunciado proferido pelo interlocutor; e/ou **(b)** demonstra surpresa ou descrença em relação à localização de um referente humano.

A título de comparação, vejamos: em (120), o constituinte interrogativo *where* é empregado em posição inicial e, portanto, emprega-se o verbo auxiliar *did* em posição anterior a do sujeito *she* ‘ela’. Em (121), ao contrário, o constituinte interrogativo *where* é empregado em posição “in situ” e os outros constituintes, sujeito e verbo, mantêm a posição que ocupariam em enunciado assertivo.

Em Francês, de acordo com o contexto enunciativo, uma construção cujo constituinte interrogativo é empregado em posição inicial pode também ser interpretada como pergunta eco (cf. CREISSELS, 2006, p. 170). Vejamos:

122. **Quand tous les autres sont partis, Jean est resté avec moi.**
 ‘quando’ ‘todos’ def.pl. ‘outros’ ‘partir’-Pas. ‘Jean’ ‘ficar’-Pas. Prep. 1pron.
 Locutor: “Quando todos os outros partiram, Jean permaneceu comigo.”

123. **Qui est resté avec toi?**
 ‘quem’ ‘ficar’-Pas. Prep. 2pron.
 Interlocutor: “Quem permaneceu com você?”

Ainda que o constituinte interrogativo *qui* ‘quem’ seja empregado em posição inicial, a construção em (123) pode ser interpretada como uma pergunta do tipo eco. Em princípio, o locutor afirma que ‘quando todos os outros partiram, *Jean* permaneceu ao seu lado’. O

interlocutor, em seguida, questiona em relação à ‘quem tenha permanecido com ele’. Uma vez que locutor e interlocutor estavam juntos, na mesma situação comunicativa, duas interpretações são coerentes para essa pergunta: **(a)** o interlocutor quis se certificar que era mesmo de *Jean* sobre quem o locutor falava; ou **(b)** o interlocutor quis manifestar que se surpreendeu a respeito da informação enunciada pelo locutor – sobre *Jean*, e não outro indivíduo, ter permanecido ao seu lado.

(d) A posição em Alemão

O Alemão, língua do tipo SOV, dispõe de perguntas parciais cujos constituintes interrogativos são posicionados anteriormente ao verbo (cf. GIVÓN, 2001, p. 306). Em (124) e (125), abaixo, os constituintes *vin* ‘quem’ e *ra* ‘o que’ aparecem em posição anterior a do verbo *achuka* ‘dar’.

124. dedas vardebi vin achuka?

‘mãe’-dat. ‘rosas’ ‘quem’ ‘dar’-Pas.

“Quem deu rosas para a mãe?”

125. rezom dedas ra achuka?

‘Rezo’ ‘mãe’-dat. ‘o que’ ‘dar’-Pas.

“O que Rezo deu à mãe?”

(e) A posição de constituintes interrogativos múltiplos

Segundo Givón (2001, p. 305), uma pergunta parcial pode acumular o emprego de constituintes interrogativos quando, na interação comunicativa, o locutor não teve acesso a algumas das informações relacionadas a um evento. Vejamos os exemplos do Inglês (cf. GIVÓN, 2001, p. 305) e do Holandês (cf. DIK, 1997, p. 287), a seguir:

126. Who said what?

‘quem’ ‘dizer’-Pas. ‘o que’

“Quem disse o quê?”

127. **Wie** kocht **wat**?
 ‘quem’ comprar-Pas. ‘o que’
 “Quem comprou o quê?”

Em (126), pergunta do Inglês, empregam-se, em posição inicial e “in situ”, os constituintes interrogativos *who* ‘quem’ e *what* ‘o que’, respectivamente. Ao enunciá-la, o locutor teve acesso à informação de que ‘algo foi dito a alguém’, mas desconhece as informações sobre ‘quem disse’ e o ‘que foi dito’. Analogamente, na pergunta do Holandês em (127), são empregados os constituintes interrogativos *wie* ‘quem’ e *wat* ‘o que’ nas respectivas posições inicial e “in situ”, uma vez que o locutor conhece a informação de que ‘algo foi comprado’, mas interroga sobre as informações que desconhece: ‘quem comprou’ e ‘o que foi comprado’, respectivamente.

Conforme Creissels (2006, p. 180), a estrutura formada por múltiplos constituintes interrogativos é inexistente em muitas línguas, a menos que o locutor tenha a intenção de formular uma pergunta parcial do tipo eco. Em línguas da Europa Central e Oriental, entretanto, é possível acumular constituintes interrogativos em pergunta parciais comuns, que não sejam do tipo eco. Vejamos o exemplo do Húngaro, língua da Europa Oriental:

128. **János** **KIT** mutatott **be** **kinek**?
 ‘János’ ‘quem’-ac. ‘apresentar’-Pas.-3sg. prev. ‘quem’-dat.
 “János apresentou quem a quem?”

129. **János** **kit** **KINEK** mutatott **be**?
 ‘János’ ‘quem’-ac. ‘quem’-dat. ‘apresentar’-Pas.-3sg. prev.
 “János apresentou quem a quem?”

Nas perguntas em (128) e (129), acima, são empregados dois constituintes interrogativos. Nelas, a posição imediatamente anterior a do verbo *mutatott* ‘apresentou’ é uma posição de foco: em (128), ocupada pelo constituinte *kit* ‘quem’, e, em (129), preenchida pelo constituinte *kinek* ‘quem’.

Interessante é notar, em Húngaro, que a posição do constituinte interrogativo não focalizado é que determina a resposta para a pergunta. Em (128), em que *kinek* é o constituinte não focalizado, tem-se uma pergunta que solicita apenas uma resposta para cada constituinte interrogativo: por exemplo, ‘Ele apresentou Péter à Maria’. Ao contrário, a pergunta em (129), em que *kit* é o constituinte não focalizado, permite solicitar não apenas

uma resposta para cada constituinte interrogativo, mas várias: ‘Ele apresentou Péter à Mari, Zoltán à Éva e István à Júlia’, por exemplo.

5.3 Perguntas totais e parciais: morfologia interrogativa compartilhada

Segundo Givón (2001, p. 296), há casos de línguas cujas perguntas parciais e totais podem apresentar as mesmas marcas morfológicas. Vejamos as línguas Swahili e Esquimó, a seguir:

(a) Exemplos do Swahili:

130. **je, Juma a - li - kwenda mji - ni?**
 Inter. ‘Juma’ 3sg.m.+Pas.+‘ir’ ‘cidade’+Posp.
 “Juma foi à cidade?”

131. **je, nani a - li - kwenda mji - ni?**
 Inter. ‘quem’ 3sg.m.+Pas.+‘ir’ ‘cidade’+Posp.
 “Quem foi à cidade?”

(b) Exemplos do Esquimó:

132. **piniar - p - a?**
 ‘caçar’+Asp.+Inter.
 “Ele está caçando?”
133. **kina piniar - p - a?**
 ‘quem’ ‘caçar’+Asp.+Inter.
 “Quem está caçando?”

As perguntas em (130) e (131), do Swahili, são, respectivamente, total e parcial. Ambas apresentam o morfema interrogativo **je**, cujo emprego é frequente em perguntas totais, mas ocasional em perguntas parciais.

Em Esquimó, a situação é um pouco diferente. O morfema interrogativo {-a} aparece tanto na pergunta total, em (132), quanto na pergunta parcial, em (133). Entretanto, ao contrário do Swahili, a presença desse morfema é obrigatória mesmo em perguntas parciais.

Também em Japonês (cf. CREISSELS, 2006, p. 170), a partícula interrogativa **ka** é empregada em ambos os tipos de interrogação. Vejamos:

134. eiga - ni ikimashita ka?

‘cinema’+‘à’ ‘ir’-Pas. Inter.

“Foi você que foi ao cinema?”

135. doko - ni ikimashita ka?

‘onde’+‘à’ ‘ir’-Pas. Inter.

“Onde é que você foi?”

As perguntas em (134) e (135) são, respectivamente, total e parcial. Nelas, a partícula interrogativa **ka** é empregada na mesma posição.

No capítulo seguinte, apresentamos a classificação proposta por Brandon e Seki (2007) de vinte e oito línguas Tupi, a partir de seus sistemas interrogativos. Além disso, mostramos alguns estudos que descrevem o sistema interrogativo de línguas que pertencem a esse tronco. A partir daí, apresentamos uma proposta de reclassificação de algumas dessas línguas.

Capítulo 6: A INTERROGAÇÃO EM LÍNGUAS TUPI

Pretende-se neste trabalho, descrever e analisar o sistema interrogativo da língua Sateré-Mawé, classificada como integrante do tronco Tupi. A fim de refletir acerca desse sistema, tornou-se importante a leitura e a compreensão de algumas propostas de análise do sistema interrogativo de línguas indígenas que participam desse tronco.

Os autores Brandon e Seki (2007, p. 259) apresentam semelhanças e diferenças entre vinte e oito⁷⁹ línguas indígenas, integrantes de nove famílias do tronco linguístico Tupi, com o objetivo de reconstruir a “história do desenvolvimento do movimento de interrogativos”. Segundo esses autores, tais línguas:

- (a) apresentam tanto perguntas totais quanto perguntas parciais;
- (b) dispõem de perguntas totais caracterizadas apenas por entonação especial;
- (c) dispõem de perguntas parciais cujas palavras interrogativas são empregadas em posição inicial.

Vejamos, a seguir, os exemplos do Kamaiurá e do Sateré-Mawé (cf. BRANDON e SEKI, 2007, p. 260):

(a) Exemplos do Kamaiurá:

1. **o'iran ere - o = n**
 ‘amanhã’ 2sg.+‘ir’=intent.
 “Você vai amanhã?”

2. **umam o'iran ere - o = n**
 ‘onde’ ‘amanhã’ 2sg.+‘ir’=intent.
 “Aonde você vai amanhã?”

⁷⁹ Segundo os autores Brandon e Seki (2007, p. 260), o estudo que propõem está baseado em vinte e oito línguas do tronco Tupi, sendo elas: Assuriní (Trocará), Assuriní (Xingu), Awetí, Cinta-Larga, Chiriguano, Gavião, Guajajára, Guaraní (Paraguai), Guayano, Jurúna, Kaiwá, Kamaiurá, Karitiána, Káro, Kayabí, Kokáma, Makuráp, Mekéns, Mundurukú, Sateré-Mawé, Sirionó, Suruí, Tembê, Tuparí, Tupinambá, Urubu-Kaapor, Wayampí e Xipáya. As línguas Kaiwá e Kokáma não são mencionadas ao longo do texto, mas apenas em um quadro (p. 269) que resume a classificação das línguas. Em relação à língua Cinta-Larga, também não mencionada ao longo do texto e nem no quadro de classificação, Brandon e Seki (2007, p. 269) explicam que “Cinta-Larga e Gavião são consideradas como constituindo basicamente uma mesma língua”.

As perguntas do Kamaiurá em (1) e (2) são, respectivamente, total e parcial. A pergunta total em (1) é caracterizada apenas por entonação especial. A pergunta parcial em (2) é caracterizada pelo emprego da palavra interrogativa *umam* ‘onde’, em posição inicial.

(b) Exemplos do Sateré-Mawé:

3. **en** **it** **u - i - wi** **'i**
 2sg. neg. 1poss.+Atr.II+‘amigo’ neg.
 “Você não é meu amigo?”

4. **uwe** **wiwõi** **e - e - hai** **teran**
 ‘quem’ ‘com’ 2Inat.+Atr.I+‘falar’ modal.
 “Com quem você quer falar?”

As perguntas do Sateré-Mawé em (3) e (4) são, respectivamente, total e parcial. Como em Kamaiurá, a pergunta total em (3) é caracterizada apenas por entonação especial. Em (4), a palavra interrogativa *uwe* ‘quem’ aparece na primeira posição da pergunta.

Em Sateré-Mawé, no entanto, a palavra interrogativa pode aparecer em outras posições que não a posição inicial, de modo que não compartilha dessa característica com as outras línguas Tupi comparadas. No exemplo em (5)⁸⁰, a seguir, a palavra interrogativa *karania* ‘quantos’ precede o predicado verbal e é empregada após o segundo actante *meimewat popera* ‘esses cadernos’.

5. **mei - me - wat** **popera** **ka(t) - rã - nia** **e - ti - kii’at?**
 ad.pes.+clas./dist.+rad.nom. ‘caderno’ ‘que’+modo+plural. 2Ag.+At.T+‘comprar’
 “Desses cadernos, quantos você comprou?”

Sabe-se que, além de palavras interrogativas, o emprego de partículas interrogativas é comum em muitas línguas indígenas. Geralmente, tais partículas funcionam como morfemas especiais que, dependendo da posição que ocupam, garantem ênfase a um constituinte do enunciado ou ao enunciado como um todo.

⁸⁰ O exemplo em (5) foi retirado da tese de Doutorado “La langue Sateré-Mawé: description et analyse morphosyntaxique”, de Franceschini (1999), e é decorrente de pesquisa de campo.

Em algumas línguas, as partículas interrogativas sugerem certas noções enunciativo-pragmáticas. Esse é o caso das línguas Mundurukú⁸¹ (cf. GOMES, 2006, p. 170-171) e Tapirapé⁸² (cf. ALMEIDA, Irmãzinhas de Jesus e PAULA, 1983, p. 58), a seguir:

(a) Exemplos do Mundurukú:

6. **puḡũn tu wuyju cu - m**

‘quando’ Inter. 1incl. ‘ir’+Asp.

“Quando é mesmo que nós vamos?”

7. **apoma dit eyju daje Ø - wũy.wũy - Ø**

‘para onde’ Inter. 2pl. ‘porco’ R1+‘flechar’.dur.+Asp.

“Onde é mesmo que vocês estão flechando porcos?”

Em Mundurukú, segundo Gomes (2006, p. 170), a partícula interrogativa **tu** ~ **du** (cf. em (6)), além de reforçar a pergunta em que é empregada, propicia ao locutor a demonstração de certa insistência em relação à pergunta que faz. Já o emprego da partícula **dit**, (cf. em (7)), “expressa exasperação do falante em relação ao que se pergunta”.

(b) Exemplo do Tapirapé:

8. **wājkyra xipa?**

‘macacheira’ Inter.

“Ah, é macacheira?”

Conforme Almeida, Irmãzinhas de Jesus e Paula (1983, p. 58), em Tapirapé, o emprego da partícula interrogativa **xipa** implica em uma noção enunciativo-pragmática. Segundo os autores, o seu emprego indica “que não se espera resposta ou que se sabe qual será a resposta” do interlocutor. Em (8), acima, a partícula **xipa** indica que o locutor já sabe que o alimento sobre o qual questiona é **wājkyra** ‘macacheira’.

⁸¹ Um dos primeiros estudos da língua Mundurukú foi realizado por Crofts e faz parte de uma gramática dessa língua, cuja primeira edição é de 1985, elaborada por essa mesma autora.

⁸² A língua Tapirapé não faz parte do grupo de 28 línguas Tupi comparadas por Brandon e Seki (2007).

Brandon e Seki (2007, p. 262), além de semelhanças, encontraram diferenças entre as línguas Tupi comparadas. Desse modo, foi possível dividi-las em três grupos, de acordo com a possibilidade de co-ocorrência de palavra e partícula interrogativas em perguntas parciais.

De um primeiro grupo, segundo os autores, participam **línguas cujas palavras interrogativas não se associam à partícula interrogativa**. São elas: Awetí, Guajajára, Kamaiurá, Karitiána, Sateré-Mawé, Suruí, Tuparí, Makuráp, Mundurukú e Urubu-Kaapor.

Segundo Brandon e Seki (2007, p. 268), as línguas Guajajára e Urubu-Kaapor não apresentam partículas interrogativas nem em perguntas parciais, nem em perguntas totais. Nelas, as perguntas totais são caracterizadas apenas por entonação específica e as perguntas parciais pelo emprego de palavra interrogativa.

Não consideramos o Sateré-Mawé como membro desse grupo, como propõem Brandon e Seki, uma vez que observamos nessa língua o emprego de partícula interrogativa em perguntas parciais. O exemplo em (4), acima, é retomado, a seguir. Vejamos (cf. BRANDON e SEKI, 2007, p. 261):

9. **uwe wíwõi e - e - hai teran**

‘quem’ ‘com’ 2Inat.+Atr.I+‘falar’ modal.

“Com quem você quer falar?”

Na pergunta em (9), a posposição *wíwõ* ‘com’ aparece seguida da vogal /i/. No entanto, essa transcrição dos missionários de SIL⁸³ apresenta problemas. A posposição não apresenta vogal nasal, de modo que a nasalidade é resultado da assimilação do traço nasal de uma consoante velar nasal que ocorre no final do constituinte e que faz parte da partícula interrogativa *iŋ*, que segue e enfatiza o constituinte interrogativo *uwe wíwo* ‘com quem’.

A co-ocorrência de palavra e partícula⁸⁴ interrogativas, em perguntas parciais, é bastante comum na língua Sateré-Mawé, o que não nos permite considerá-la como participante desse primeiro grupo. Uma re-análise do enunciado em (9) nos direciona para a transcrição apresentada em (10).

⁸³ Summer Institute of Linguistics; Brandon e Seki utilizam dados do Sateré-Mawé apresentados em trabalhos dos GRAHAM, casal de missionários do SIL que atuou durante muito tempo entre os Mawé com o objetivo de traduzir a Bíblia e evangelizar esse povo.

⁸⁴ O valor das partículas interrogativas da língua Sateré-Mawé será apresentado no capítulo 7 – “A interrogação em Sateré-Mawé” – desse trabalho.

10. **uwe wiwo in e - e - hai teran**
 ‘quem’ ‘com’ Inter. 2Inat.+Atr.I+‘falar’ modal.
 “Com quem você quer falar?”

Os exemplos⁸⁵, abaixo, também são da língua Sateré-Mawé. Neles, a partícula interrogativa ***in*** é posterior aos constituintes interrogativos ***uwe*** ‘quem’ e ***kat no*** ‘com o quê’, respectivamente. Vejamos:

11. **uwe in awiki ko’i sap - wuk?**
 ‘quem’ Inter. ‘guariba’ pl. ‘pêlo’+‘queimar’
 “Quem queimou o pêlo dos guaribas?”
12. **kat no in ihaiɲnia Ø - ti - auka iti:?**
 ‘o que’ Posp. Inter. ‘homem’ 3Ag.+At.T+‘matar’ ‘veado’
 “Com o quê o homem matou o veado?”

Além do Sateré-Mawé, também o Mundurukú não pode ser considerado como participante desse grupo. Segundo Gomes (2006, p. 170), nessa língua, “regularmente, uma partícula interrogativa não co-ocorre com palavras interrogativas [...]; mas essa combinação é possível para reforçar a pergunta”. Vejamos alguns exemplos, dados pelo autor:

13. **abu koap j - ajem - Ø**
 ‘quem’ ‘primeiro’ aux.+‘chegar’+Asp.
 “Quem vai chegar primeiro?”
14. **abu du koap j - ajem - Ø**
 ‘quem’ Inter. ‘primeiro’ aux.+‘chegar’+Asp.
 “Quem que será que vai chegar primeiro?”

Em (13), observamos apenas o emprego da palavra interrogativa ***abu*** ‘quem’. Em (14), entretanto, a palavra interrogativa ***abu*** é seguida da partícula interrogativa ***du***.

Como supracitado, em Mundurukú, a partícula interrogativa serve para reforçar a pergunta em que é empregada. Em (14), além dessa função, o emprego da forma ***du*** permite

⁸⁵ Os exemplos em (11) e (12) foram retirados de textos monolíngues sateré-mawé, de autoria de professores indígenas dessa língua.

ao locutor evidenciar a sua insistência em relação ao que diz, nesse caso, insiste em saber ‘quem vencerá a corrida’.

Podemos, portanto, reclassificar as línguas Sateré-Mawé e Mundurukú como integrantes do segundo grupo. Desse grupo, conforme Brandon e Seki (2007, p. 263), participam **línguas nas quais palavra e partícula interrogativas co-ocorrem opcionalmente em perguntas parciais**. São elas: Assuriní do Xingu, Guarayo, Kaiwá, Káro, Mekéns, Tembé, Xipáya e Wayampí.

Abaixo, os exemplos da língua Wayampí (cf. BRANDON e SEKI, 2007, p. 263), mostram que a partícula interrogativa **po** é opcionalmente empregada: em (15), coexiste com o constituinte interrogativo **manyo re** ‘por que’; em (16), o mesmo não acontece.

15. **manyo re po pe - kujã mani’o pire n - o - mona - j**
 ‘que’ ‘por’ Inter. 2pl.+‘irmã’ ‘mandioca’ ‘casca’ neg.+3pl.+‘jogar’+neg.
 “Por que suas irmãs não jogam fora as cascas de mandioca?”

16. **manyo re tukã ere - juka**
 ‘que’ ‘por’ ‘tucano’ 2sg.+‘matar’
 “Por que você matou o tucano?”

Em Kaiwá, conforme Taylor (1984, p. 15), os enclíticos interrogativos “são opcionais quando aparecem em perguntas que são iniciadas por palavras interrogativas [parciais]”. Os exemplos, a seguir, ilustram a co-ocorrência de palavra e partícula interrogativas em perguntas parciais. Vejamos:

17. **kiva’e pe - gwa - rã**
 ‘quem’ Posp.+nomin.+Fut.
 “Para quem é?”

18. **kiva’e - rehe aipo ere**
 ‘quem’+‘sobre’ ‘assim’ ‘falar’-2sg.
 “Sobre quem você falou daquela maneira?”

19. **mbava’e tipo o - juka nde jagwa**
 ‘o que’ Inter. 3sg.+‘matar’ ‘seu’ ‘cachorro’
 “O que matou seu cachorro?”

20. **ma'e - rã pa nd - o - gweraha uka - i mani mombyry**
 'o que'+Fut. Inter. neg.+3pl.+‘levar’ caus.+neg. ‘rapidamente’ ‘longe’
 “Por que eles não mandaram levá-los rapidamente para longe?”

Em (17) e (18), observa-se o emprego dos constituintes interrogativos *kiva'e* ‘quem’ e *kiva'erehe* ‘sobre quem’, ambos desacompanhados de partícula interrogativa. Já nos exemplos em (19) e (20), observa-se o emprego das palavras interrogativas *mbava'e* ‘o que’ e *ma'erã* ‘por que’, seguidas das partículas interrogativas *tipo* e *pa*, respectivamente.

Embora a língua Kaiwá seja tratada por Brandon e Seki (2007) como integrante do segundo grupo, não são apresentados exemplos que evidenciem essa classificação. Por esse motivo, recorreremos aos exemplos de Taylor (1984) supracitados que, de fato, confirmam a classificação proposta pelos autores.

Também faz parte desse segundo grupo de línguas o Tapirapé⁸⁶. Em relação às perguntas parciais dessa língua, observamos, em todos os dados apresentados por Praça (2007), a co-ocorrência de partícula⁸⁷ – *pã'ẽ* ~ *pã* ou *tã'ẽ* ~ *tã* – e palavra interrogativas. Entretanto, no trabalho de Almeida, Irmãzinhas de Jesus e Paula (1983, p. 57), observam-se perguntas parciais em que não se emprega partícula interrogativa alguma. Vejamos alguns exemplos:

21. **ma'era tã pe - manak 'ywyra - Ø**
 ‘por que’ Inter. 2pl.+‘cortar’ ‘árvore’+refer.
 “Por que vocês cortaram a árvore?”

22. **mĩme pã'ẽ ere - a rã'ẽ**
 ‘onde’ Inter. 2sg.+‘ir’ Pas.
 “Onde você foi?”

⁸⁶ Conforme já dito, essa língua não faz parte do grupo de línguas comparadas por Brandon e Seki (2007).

⁸⁷ Almeida, Irmãzinhas de Jesus e Paula (1983, p. 56) já tratavam, em sua gramática da língua Tapirapé, das partículas interrogativas *pãhê* (e de suas formas reduzidas *páj* e *pã*) e *tãhê* (e de suas formas reduzidas *tãj* e *tã*). Essas partículas apresentam uma fricativa glotal, enquanto que as partículas *pã'ẽ* e *tã'ẽ*, apresentadas por Praça (2007), apresentam uma oclusiva glotal. Uma vez que a pesquisa realizada por Praça é posterior à realizada pelos autores supracitados, pode ter havido uma mudança da língua Tapirapé ao longo dos anos ou, então, trata-se de uma variação presente nessa língua.

23. **mỹme gate ia ranõ?**

“Para onde ele vai?”

24. **mahewi pi erekyyxe?**

“De que você está com medo?”

As perguntas parciais em (21) e (22) foram extraídas do trabalho de Praça (2007, p. 170). Nelas, as partículas interrogativas *tã* e *pã’ẽ* co-ocorrem com as palavras interrogativas *ma’era* ‘por que’ e *mỹme* ‘onde’. Já as perguntas parciais em (23) e (24)⁸⁸ foram extraídas do trabalho de Almeida, Irmãzinhas de Jesus e Paula (1983, p. 57). Nelas, as palavras interrogativas *mỹme* ‘onde’ e *mahewi* ‘de que’ não são acompanhadas de partícula.

De um terceiro grupo, segundo Brandon e Seki (2007, p. 263), participam línguas como o Assuriní do Trocará, Gavião, Guaraní Paraguaio, Juruna, Kayabí e Tupinambá, **cujas perguntas parciais são obrigatoriamente constituídas por palavra e partícula interrogativas**. O exemplo em (25), apresentado pelos autores, mostra que a palavra interrogativa *má* ‘quem’ e a partícula *de* são empregadas na mesma pergunta em Juruna.

25. **má de batáku**

‘quem’ Inter. ‘fome’

“Quem está com fome?”

Entretanto, alguns dados apresentados por Fargetti (2001, p. 221) mostram que algumas perguntas parciais em Juruna podem não ser caracterizadas pelo emprego de partícula interrogativa.

De acordo com a autora, os enunciados interrogativos, nessa língua, são estruturados de dois modos: **geral**⁸⁹, quando constituídos, salvo exceções, por partícula interrogativa; e **especial**, quando palavra e partícula interrogativas podem coexistir no mesmo enunciado. As perguntas gerais, são, quase sempre, constituídas pela partícula interrogativa *de*, ao passo que,

⁸⁸ As perguntas em (23) e (24), extraídas do trabalho de Almeida, Irmãzinhas de Jesus e De Paula (1983, p. 57), não apresentam glosas.

⁸⁹ A nomenclatura (perguntas gerais e especiais) empregada por Fargetti (2001, p. 221) é baseada na estrutura morfossintática dos enunciados interrogativos. A nomenclatura adotada neste trabalho, porém, é a empregada por Creissels (2006, p. 170), baseada na semântica das perguntas, o que as divide em totais e parciais. Não obstante, ambas as nomenclaturas coincidem; desse modo, as perguntas gerais estão para as totais, assim como as perguntas especiais estão para as parciais.

das perguntas parciais, participam “usualmente” as partículas *de* ou *ne*. Vejamos os exemplos de perguntas totais (cf. FARGETTI, 2001, p. 221), a seguir:

26. **awi** **ane** **wapa** **be**
 ‘beber’ 2sg. ‘remédio’ dat.
 “Você bebeu remédio?”

27. **awi** **de** **una** **wapa** **be**
 ‘beber’ Inter. 1sg. ‘remédio’ dat.
 “Eu bebi remédio?”

O enunciado em (26) é um exemplo de pergunta total em que a partícula interrogativa *de* não aparece. Na pergunta total em (27), ao contrário, observamos a presença do pronome *una*, que faz referência à primeira pessoa do singular, precedido da partícula interrogativa *de*. Segundo Fargetti (2001, p. 223), “há marcação diferente quando o sujeito da oração é o pronome de segunda pessoa do singular. Nesse caso, o pronome *ena* e a partícula *de* são substituídos por *áne*. O mesmo acontece com a segunda pessoa do plural”.

Em Juruna, o fator que condiciona a não-ocorrência de partícula interrogativa em perguntas totais parece também influenciar – porém, flexivelmente – a não-ocorrência de partícula interrogativa em perguntas parciais. Em termos quantitativos, Fargetti (2001, p. 221) apresenta (no item 4.2, de sua tese) a quantidade de 11 (onze) perguntas parciais constituídas por pronomes cuja referência é a segunda pessoa do singular ou plural. Dessas perguntas, 6 (seis) são constituídas, simultaneamente, por pronome de segunda pessoa e por partícula interrogativa, ao passo que 5 (cinco) não são caracterizadas pelo emprego de partícula interrogativa.

Os exemplos de perguntas parciais em Juruna, a seguir, são de Fargetti (2001, p. 225-228). Vejamos:

28. **kahu** **ane** **txa** **anu**
 ‘para onde’ 2sg. ‘ir’ Asp.
 “Para onde você está indo?”

29. **apa** **de** **ane** **’e’elu**
 ‘o que’ Inter. 2sg. ‘sonhar’
 “O que você sonhou?”

Em (28), observamos o emprego de um pronome de segunda pessoa, nesse caso, a forma interrogativa *de* não aparece. Porém, em (29), observamos que a partícula *de* coexiste com o pronome de segunda pessoa *ane* no enunciado.

Os exemplos supracitados parecem indicar que, em Juruna, a presença da partícula interrogativa é opcional em determinados contextos, o que a caracteriza como uma língua do segundo e não do terceiro grupo, como Brandon e Seki (2007, p. 263) propõem.

Esses autores (2007, p. 265) compararam, ainda, o escopo das partículas interrogativas em perguntas de línguas Tupi, de modo que foi possível agrupá-las em três grupos: **(a)** línguas cujas partículas são empregadas “no nível da sentença”; **(b)** línguas cujas partículas são empregadas “no nível do constituinte”; bem como **(c)** línguas cujas partículas podem ser empregadas em ambos os níveis.

As línguas integrantes do primeiro grupo, segundo Brandon e Seki (2007, p. 265-266), **apresentam partículas que são empregadas em nível de enunciado, tornando ele todo o escopo da interrogação**. No que concerne às línguas desse grupo, pode-se agrupá-las em três subgrupos. Do primeiro, participam línguas como Awetí, Gavião e Suruí, que empregam a partícula interrogativa na posição inicial das perguntas. Do segundo subgrupo, participam as línguas Sirionó e Karitiána, que empregam a partícula em posição final. Finalmente, a língua Kamaiurá faz parte do terceiro subgrupo, uma vez que, nessa língua, há duas partículas interrogativas, a partícula *apo*, empregada em início de enunciados interrogativos, e a partícula *kõ*, empregada em posição final.

Nos exemplos em (30) e (31), das línguas Awetí e Karitiána, respectivamente, a posição inicial e final dos enunciados é preenchida pelas partículas interrogativas *wan* e *hỹ*.

30. wan e - kwakup taza
 Inter. 2sg.+‘querer’ ‘fogo’
 “Você quer fogo?”

31. ãn i - oky - t sojja hỹ
 2sg. 3sg.+‘matar’+Pas. ‘porco’ Inter.
 “Você matou o porco?”

Segundo Brandon e Seki (2007, p. 267), as **línguas integrantes do segundo grupo apresentam partículas que acompanham o constituinte que é interrogado**. São elas: Chiriguano, Gavião, Guaraní Paraguaio, Kayabí, Makuráp, Mekéns, Mundurukú, Tuparí e

Wayampí. Vejamos os exemplos das línguas Tuparí e Kayabí, a seguir (cf. BRANDON e SEKI, 2007, p. 267):

(a) Exemplos do Tuparí:

32. **pot'eat** **ne** **ẽn**
 'chefe' Inter. 2sg.
 "Você é CHEFE?"

33. **ẽn** **ne** **pot'ear - et**
 2sg. Inter. 'chefe'+NU
 "VOCÊ é chefe?"

Em (32) e (33), respectivamente, a partícula interrogativa **ne** segue e, portanto, focaliza os constituintes **pot'eat** 'chefe' e **ẽn** 'você', os quais ocupam a posição inicial das perguntas.

(b) Exemplos do Kayabí:

34. **ipira** **te** **ere - 'u**
 'peixe' Inter. 2sg.+ 'comer'
 "Você come PEIXE?"

35. **ere - eyt** **te** **ipiraa**
 2sg.+ 'assar' Inter. 'peixe'
 "VOCÊ ASSA o peixe?"

A partícula interrogativa **te**, em (34) e (35), preenche a posição seguinte a dos constituintes **ipira** 'peixe' e **ereeyt** 'você assa', respectivamente, empregados em posição inicial. Como em Tuparí, essa partícula, em Kayabí, tem a função de focalizar o constituinte que acompanha.

Também em Mundurukú⁹⁰, conforme Gomes (2006, p. 170), a posição inicial constitui “posição de foco”: em (36), abaixo, o constituinte *puy bu* ‘foi uma cobra’, seguido da partícula interrogativa *du*, é focalizado. Analogamente, a partícula interrogativa *tu* focaliza o constituinte *kisem* ‘com uma faca’, na pergunta total em (37). Vejamos:

36. **puy Ø - bu du aḡokatkat o’ = su - bu - aoka**
 ‘cobra’ R1+NFC Inter. ‘homem’ 3sg.+R2+NFC+‘matar’+Asp.
 “FOI UMA COBRA que o homem matou?”

37. **kise - m tu bio Ø - ěn epe = su - ěn - dakat**
 ‘faca’+Posp. Inter. ‘anta’ R1+‘carne’ 2pl.+R2+‘carne’+Asp.
 “[Foi] COM UMA FACA que vocês cortaram carne de anta?”

Semelhante ao Tuparí, Kayabí e Mundurukú é a língua Kaiwá. Nessa língua, a partícula interrogativa segue o constituinte interrogado em perguntas totais. Vejamos os exemplos, a seguir (cf. TAYLOR, 1984, p. 3-18):

38. **mbava’e apo ha tipo upéa?**
 ‘o que’ ‘fazer’ nomin. Inter. ‘aquilo’
 “[É] FAZEDOR DE QUÊ aquilo?”

39. **ere - kyhyje pa ju - gwi?**
 2sg.+‘ter medo’ Inter. ‘espinho’+ ‘de’
 “VOCÊ TEM MEDO de uma picada (de injeção)?”

Em (38) e (39), as partículas interrogativas *tipo* e *pa* seguem os constituintes interrogados *mbava’e apo ha* ‘fazedor de quê’ e *erekyhyje* ‘você tem medo’, respectivamente, ambos em posição inicial.

Segundo Brandon e Seki (2007, p. 269), a língua Kaiwá também é membro desse segundo grupo de línguas, uma vez que a partícula interrogativa é empregada em nível de constituinte em perguntas totais. Entretanto, em alguns dados apresentados por Taylor (1984,

⁹⁰ Na gramática que escreveu sobre o Mundurukú, Crofts (2004, p. 17) já afirmava que, nessa língua, a partícula interrogativa “ocorre em qualquer palavra importante, quer dizer, o sujeito, verbo, palavra de tempo ou palavra de locação. Esta partícula indica exatamente o que é que está perguntando. Quer dizer, está perguntando exatamente sobre a parte da frase em que ela ocorre”.

p. 19), observamos, em Kaiwá, que o emprego de partícula interrogativa também é possível em nível de enunciado. Vejamos:

40. nd - ere - ikwaá - i joty tipo?

neg.+2sg.+‘saber’+neg. ‘ainda’ Inter.

“Você ainda não sabe?”

41. nd - ere - karu mo'ã - i tipo nde?

neg.+2sg.+‘comer’ ‘intenção’+neg. Inter. 2sg.

“Você não vai comer?”

Em (40), acima, a partícula interrogativa *tipo* aparece em posição final e parece incidir sobre todo o enunciado. Em (41), a mesma partícula parece também incidir sobre todo o enunciado, uma vez que o único constituinte que lhe é posterior, referente à segunda pessoa do singular, já está assinalado no verbo *nderekaru* ‘você não come’.

A partir disso, os exemplos apresentados parecem confirmar que a língua Kaiwá pertence ao terceiro grupo, do qual trataremos a seguir.

Esse grupo, proposto por Brandon e Seki (2007, p. 267), é composto por **línguas cujas partículas interrogativas podem ser empregadas tanto em nível de enunciado quanto em nível de constituinte**. Quando em nível de enunciado, a partícula, em posição final, serve para apontar a interrogação contida em toda a sentença. Quando, entretanto, empregada em nível de constituinte, serve para tratar como interrogado o constituinte que acompanha. É o caso das línguas Gavião, Jurúna, Káro, Sateré-Mawé, Tupinambá e Xipáya.

A seguir, apresentamos alguns exemplos do Tupinambá, conforme Brandon e Seki (2007, p. 267):

42. xe inĩ - me ere - ker pe

1sg. ‘rede’+Posp. 2sg.+‘dormir’ Inter.

“Você dormiu em minha rede?”

43. xe - inĩ - me - pe ere - ker

1sg.+‘rede’+Posp.+Inter. 2sg.+‘dormir’

“[Foi] EM MINHA REDE [que] você dormiu?”

44. **xe - inĩ - me** **endé - pe** **ere - ker**
 1sg.+‘rede’+Posp. 2sg.+Inter. 2sg.+‘dormir’
 “‘[Foi] VOCÊ [que] dormiu em minha rede?’”

Em (42), a partícula interrogativa **pe** ocupa a posição final, incidindo sobre todo o enunciado. Em (43) e (44), ao contrário, é sufixada aos constituintes **xeinĩme** ‘em minha rede’ e **endé** ‘você’, respectivamente, sobre os quais recai a interrogação.

O Tupinambá é diferente de línguas como Tuparí, Kayabí, Mundurukú e Kaiwá, em que o constituinte interrogado e a partícula interrogativa são empregados em posição inicial. Em (43), acima, emprega-se o constituinte **xeinĩme**, acompanhado da partícula **pe**, em posição inicial. Ao contrário, em (44), o constituinte **endé**, também acompanhado da partícula **pe**, não aparece em primeira posição.

O Tapirapé, nesse aspecto, se assemelha ao Tupinambá. Em Tapirapé, a partícula interrogativa pode ser empregada em nível de enunciado (cf. exemplo em (45)), ou em nível de constituinte (cf. exemplos em (46) e (47)). Em nível de constituinte, a partícula interrogativa segue o constituinte interrogado, que pode ou não ocorrer na posição inicial do enunciado. Vejamos:

45. **xereqãwãpe** **ere - ke** **pãhê** **rãhê?**
 ‘em minha rede’ 2sg.+‘dormir’ Inter. Pas.
 “‘Você dormiu na minha rede?’”

46. **xereqãwãpe** **pãhê** **ere - ke** **rãhê?**
 ‘em minha rede’ Inter. 2sg.+‘dormir’ Pas.
 “‘[Foi] EM MINHA REDE que você dormiu?’”

47. **xereqãwãpe** **ane** **pãhê** **ere - ke** **rãhê?**
 ‘em minha rede’ 2sg. Inter. 2sg.+‘dormir’ Pas.
 “‘[Foi] VOCÊ que dormiu em minha rede?’”

As perguntas acima são de Almeida, Irmãzinhas de Jesus e Paula (1983, p. 57). Em (45), a partícula interrogativa **pãhê** parece incidir sobre todo o enunciado, tornando ele todo o escopo da interrogação, uma vez que o único constituinte que lhe é posterior indica o passado do verbo **ereke** ‘você dorme’, presente no enunciado. Em (46), a partícula **pãhê** segue o constituinte interrogado e em posição inicial **xereqãwãpe** ‘em minha rede’. Já em (47), o

constituente interrogado *ane* ‘você’ é também seguido pela partícula *pâhê*, embora não seja empregado em posição inicial.

Os exemplos do Sateré-Mawé, a seguir, são apresentados por Brandon e Seki (2007, p. 267) para ilustrar o emprego da partícula interrogativa *apo*. Vejamos:

48. i - i - kahu rakat u’i apo?

3Inat.+Atr.II+‘ser bonito’ ‘que’ ‘farinha’ Inter.

“É farinha que é da boa?”

Conforme Brandon e Seki (2007, p. 266-267), a partícula interrogativa *apo*, em (48), é empregada em nível de enunciado, em posição final. No entanto, nesse enunciado, que apresenta uma oração clivada, a partícula *apo* incide apenas sobre o predicado nominal *u’i* ‘farinha’, o qual é determinado pela oração relativa *ikahu rakat* ‘que é da boa’.

O exemplo em (49), também do Sateré-Mawé, é apresentado pelos mesmos autores a fim de ilustrar o emprego da partícula *apo* em nível de constituinte. Vejamos:

49. e - tu - nuṇ kahu teran apo u - i - iat?

2Ag.+At.T+‘fazer’ ‘bonito’ modal. Inter. 1poss.+Atr.II+‘casa’

“VOCÊ A QUER CONSERTAR [minha casa]?”

Acima, a partícula *apo* incide sobre todo o predicado verbal *etunuṇ kahu teran* ‘você a quer consertar’, mas não apenas sobre um de seus constituintes, como propõem os autores. O constituinte *ui’iat* ‘minha casa’, que aparece em posição final, é dispensável nesse enunciado, sendo empregado apenas para explicitar o segundo actante, já assinalado no verbo ativo *etunuṇ* pelo morfema {-tu-}⁹¹.

A partir desse exemplo, Brandon e Seki (2007) pretendem mostrar que o constituinte interrogado associado à partícula pode “ocupar qualquer posição na sentença” em Sateré-Mawé. Entretanto, nos dados de que dispomos dessa língua, o constituinte interrogado associado à partícula ocupa geralmente a posição inicial⁹², exceto nos enunciados em que se emprega uma oração relativa (cf. exemplo em (48)).

Em síntese, segundo Brandon e Seki (2007), as vinte e oito línguas do tronco Tupi comparadas apresentam semelhanças e diferenças entre si. Parece haver, em todas essas

⁹¹ O morfema {-tu-} indica que o verbo *etunuṇ* é ativo e que, obrigatoriamente, apresenta um segundo actante que faz referência à terceira pessoa.

⁹² Uma análise mais exaustiva da interrogação em nível de enunciado e de constituinte é apresentada no capítulo seguinte.

línguas, tanto perguntas totais quanto parciais, bem como a possibilidade de se caracterizar uma pergunta total apenas através de entonação especial. Também em todas elas, conforme os autores, as palavras interrogativas ocorrem em posição inicial de perguntas parciais.

Em Sateré-Mawé, entretanto, a palavra interrogativa pode ocupar, além da posição inicial, outras posições (cf. exemplo em (5)).

A língua Tapirapé, embora não participe do grupo de línguas Tupi comparadas por Brandon e Seki (2007), também dispõe de perguntas totais e parciais. As palavras interrogativas são empregadas em posição inicial nessa língua. As perguntas totais podem ser caracterizadas, quando da ausência de partícula interrogativa, através de entonação ascendente (cf. PRAÇA, 2007, p. 212-214).

Em relação à presença ou ausência de partícula interrogativa em perguntas parciais, as línguas comparadas podem ser agrupadas em três grupos. De um primeiro grupo, participam as línguas em que as palavras interrogativas são empregadas sem partícula interrogativa associada. De um segundo grupo, participam as línguas em que a partícula interrogativa acompanha opcionalmente a palavra interrogativa e, de um terceiro grupo, as línguas em que palavra e partícula interrogativas coexistem no mesmo enunciado, obrigatoriamente.

Embora as línguas Sateré-Mawé e Mundurukú sejam tratadas como membros do primeiro grupo (cf. BRANDON e SEKI, 2007, p. 262), as classificamos como membros do segundo grupo, uma vez que partícula e palavra interrogativas podem co-ocorrer nessas línguas.

Também a classificação da língua Juruna, como membro do terceiro grupo, parece não ser adequada. Nos dados apresentados por Fargetti (2001), observamos que a partícula interrogativa pode ou não aparecer em perguntas parciais dessa língua, de modo que seria mais adequado classificá-la como membro do segundo grupo.

Em relação ao Kaiwá, os dados apresentados por Taylor (1984) mostraram que, de fato, o emprego de partícula interrogativa é opcional em perguntas parciais nessa língua. Em Tapirapé, de acordo com dados apresentados por Almeida, Irmãzinhas de Jesus e Paula (1983), o emprego de partícula interrogativa em perguntas parciais não é obrigatório. A partir disso, ambas as línguas, Kaiwá e Tapirapé, podem também ser classificadas como membros do segundo grupo.

As línguas comparadas também foram classificadas em três grupos, de acordo com o escopo da partícula interrogativa. De um primeiro grupo, participam línguas cuja partícula é empregada em nível de enunciado (em posição inicial ou final). De um segundo, participam

línguas cuja partícula é empregada em nível de constituinte e, de um terceiro grupo, línguas dotadas de partícula (ou partículas) que funciona (m) em ambos os níveis.

As línguas cujas partículas podem ser empregadas em nível de constituinte são, ainda, divididas em dois subgrupos (cf. BRANDON e SEKI, 2007): de um lado, línguas em que o constituinte interrogado associado à partícula pode ser empregado em qualquer posição; de outro, línguas em que o constituinte interrogado associado à partícula ocupa a posição inicial.

Segundo os autores, em Sateré-Mawé, o constituinte interrogado associado à partícula pode ser empregado em qualquer posição. Entretanto, nos dados de que dispomos dessa língua, o constituinte interrogado associado à partícula é empregado geralmente em posição inicial, exceto em construções clivadas.

O Tapirapé, conforme dados de Almeida, Irmãzinhas de Jesus e Paula (1983), e o Kaiwá, conforme dados de Taylor (1984), são membros do terceiro grupo, uma vez que, nessas línguas, a partícula interrogativa pode incidir sobre um constituinte do enunciado ou sobre o enunciado como um todo.

O quadro, a seguir, resume as semelhanças e diferenças entre as vinte e oito línguas do tronco Tupi, apresentadas por Brandon e Seki (2007). As línguas, em fonte azul, dizem respeito à classificação proposta por esses autores. Ao contrário, as línguas, em fonte vermelha, dizem respeito à reclassificação proposta nesse trabalho. Acrescentamos a esse quadro a língua Tapirapé.

Quadro L: Semelhanças e diferenças entre línguas do tronco Tupi.

LÍNGUAS DO TRONCO TUPI						
Posição de palavra interrogativa no enunciado						
Inicial			Outras			
TODAS AS LÍNGUAS			SATERÉ-MAWÉ			
Emprego de partícula interrogativa no enunciado						
Co-ocorrência de palavra e partícula interrogativas			Escopo da interrogação			
Palavra interrogativa sem partícula associada	Palavra e partícula interrogativas opcionalmente associadas	Palavra e partícula interrogativas obrigatoriamente associadas	Emprego de partícula interrogativa em nível de enunciado		Emprego de partícula interrogativa em nível de constituinte	
			Início de enunciado	Final de enunciado	Constituinte interrogado+partícula em qualquer posição do enunciado	Constituinte interrogado+partícula em posição inicial
AWETÍ GUAJAJÁRA KARITIÁNA MAKURÁP SURUÍ TUPARÍ URUBU-KAAPÓR	ASSURINÍ XINGÚ GUARAYO JURÚNA KAIWÁ KÁRO MEKÉNS MUNDURUKÚ SATERÉ-MAWÉ TAPIRAPÉ TEMBÉ WAYAMPÍ XIPÁYA	ASSURINÍ TROC. GAVIÃO GUARANÍ P. KAYABÍ TUPINAMBÁ	AWETÍ GAVIÃO KAMAIURÁ SURUÍ	ASSURINÍ JURUNA KAIWÁ KAMAIURÁ KARITIÁNA KÁRO SATERÉ-MAWÉ SIRIONÓ SURUÍ TAPIRAPÉ TUPINAMBÁ XIPÁYA	CHIRIGUANO GUARANÍ P. TUPINAMBÁ TAPIRAPÉ	GAVIÃO JURUNA KAYABÍ KÁRO KAIWÁ MAKURÁP MEKÉNS MUNDURUKÚ SATERÉ-MAWÉ ⁹³ TUPARÍ WAYAMPÍ XIPÁYA

⁹³ Em Sateré-Mawé, o constituinte interrogado e a partícula interrogativa ocupam geralmente a posição inicial, exceto em estruturas clivadas.

No quadro acima, dividimos as línguas apresentadas por Brandon e Seki (2007), de acordo com: (a) a posição da palavra interrogativa no enunciado; (b) a possibilidade de co-ocorrência de palavra e partícula interrogativas em perguntas parciais e (c) o nível do emprego da partícula interrogativa.

Em relação ao critério **(a) - posição da palavra interrogativa no enunciado** -, nas línguas Tupi supracitadas, a palavra interrogativa ocorre em posição inicial (cf. BRANDON e SEKI, 2007). Em Sateré-Mawé, entretanto, a palavra interrogativa pode ocupar outras posições além dessa.

Em relação ao critério **(b) - possibilidade de co-ocorrência de palavra e partícula interrogativas em perguntas parciais** -, as línguas Awetí, Guajajara, Karitiána, Makuráp, Suruí, Tuparí e Urubu-Kaapor (cf. BRANDON e SEKI, 2007) participam do primeiro grupo: em perguntas parciais, a palavra interrogativa não se associa à partícula interrogativa. Por sua vez, segundo Brandon e Seki (2007), línguas como Assuriní do Xingu, Guarayo, Kaiwá, Káro, Mekéns, Tembé, Wayampí e Xipáya participam do segundo grupo: palavra e partícula interrogativas podem, opcionalmente, co-ocorrer em perguntas parciais. Na classificação desses autores, as línguas Mundurukú e Sateré-Mawé foram consideradas como membros do primeiro grupo. A partir de nossa análise, sobre o Sateré-Mawé, e da análise de Gomes (2006), sobre o Mundurukú, as classificamos como membros do segundo grupo, já que o emprego de partícula interrogativa é opcional em perguntas parciais dessas línguas. A língua Tapirapé, conforme dados apresentados por Almeida, Irmãzinhas de Jesus e Paula (1983), também participa do segundo grupo. No terceiro grupo, conforme Brandon e Seki (2007), do qual participam línguas em que palavra e partícula interrogativas co-ocorrem obrigatoriamente em perguntas parciais, estão: Assuriní do Trocará, Gavião, Guaraní Paraguaio, Kayabí, Tupinambá e Juruna. Entretanto, a partir de nossa análise dos dados apresentados por Fargetti (2001), classificamos o Juruna como membro do segundo grupo, uma vez que dispõe de perguntas parciais cujo emprego de partícula interrogativa não é obrigatório.

No que concerne ao critério **(c) - escopo da interrogação** - as línguas Awetí, Assuriní, Kamaiurá, Karitiána, Sirionó e Suruí participam, segundo Brandon e Seki (2007), exclusivamente do primeiro grupo: nelas, a partícula interrogativa é empregada em nível de enunciado. Em Awetí, a partícula ocorre em posição inicial. Em Assuriní, Karitiána e Sirionó, a partícula ocorre em posição final. Nas línguas Kamaiurá e Suruí, a partícula pode ser inicial ou final.

Por sua vez, segundo esses autores, as línguas Chiriguano, Guaraní Paraguaio, Kayabí, Kaiwá, Makuráp, Mekéns, Mundurukú, Tuparí e Wayampí são exclusivamente integrantes do segundo grupo: nessas línguas, a partícula interrogativa é empregada em nível de constituinte. Entretanto, conforme os dados apresentados por Taylor (1984), em Kaiwá, a partícula interrogativa pode ser empregada em nível de constituinte e de enunciado, de modo que essa língua integra o primeiro e o segundo grupos (no quadro acima). Em Chiriguano e Guaraní Paraguaio, o constituinte interrogado seguido de partícula interrogativa pode ocupar qualquer posição do enunciado. Nas línguas Kayabí, Makuráp, Mekéns, Mundurukú, Tuparí e Wayampí, o constituinte interrogado, seguido de partícula interrogativa, ocupa a primeira posição da pergunta.

As línguas Gavião, Juruna, Káro, Sateré-Mawé, Tupinambá e Xipáya aparecem (no quadro) em ambos os grupos, uma vez que, conforme Brandon e Seki (2007), podem apresentar partícula interrogativa em nível de enunciado e de constituinte. Também a língua Tapirapé aparece como membro de ambos os grupos. Em se tratando do emprego da partícula em nível de constituinte, em Tapirapé, a posição do constituinte interrogado seguido de partícula interrogativa é livre (subgrupo I). Ao contrário, nas línguas Gavião, Juruna, Kaiwá, Káro e Xipáya, a posição do constituinte interrogado seguido de partícula é inicial (subgrupo II). Quanto à língua Sateré-Mawé, Brandon e Seki (2007) a classificam como membro do subgrupo I, entretanto, classificamos essa língua como membro do subgrupo II, uma vez que os dados de que dispomos ilustram a ocorrência do constituinte interrogado associado à partícula em posição inicial, exceto em construções clivadas.

Capítulo 7: A INTERROGAÇÃO EM SATERÉ-MAWÉ

Em Sateré-Mawé, como em muitas línguas do tronco Tupi⁹⁴, os enunciados interrogativos, ou perguntas, podem ser de dois tipos: **(a) total**, cuja resposta pode ser afirmativa ou negativa; e **(b) parcial**, cuja resposta do interlocutor deve preencher a lacuna deixada pelo locutor. Vejamos os exemplos⁹⁵, a seguir:

(a) Perguntas totais:

1. **e - re - to ra'in maués kape?**
 2Ag.+Med.+‘ir’ Asp. ‘Maués’ Posp.
 “Você já foi para Maués?”

2. **waku apo a - i - mi - 'u ape oken upi:?**
 ‘ser bom’ Inter. 1incl.+Atr.II+nomin.+‘comer’ ‘casca’ ‘quintal’ Posp.
 “É bom [deixar] a casca da nossa comida no quintal?”

As perguntas em (1) e (2) são totais. Em ambas, espera-se do interlocutor uma resposta afirmativa ou negativa em relação à realização e à beneficência dos eventos apresentados: ‘ir para Maués’ e ‘deixar casca no quintal’, respectivamente.

(b) Perguntas parciais:

3. **kan wa - ti - koi ii hup me?**
 ‘o que’ 1incl.Ag.+At.T+‘plantar’ ‘terra’ ‘vermelha’ Posp.
 “O que a gente planta na terra vermelha?”

4. **aikotã a - re - 'e aru a - ti - ma'at u - i - ti?**
 ‘como’ 1Ag.+Med.+‘fazer’ TM 1Ag.+At.T+‘enganar’ 1poss.+Atr.I+‘mãe’
 “Como eu vou fazer [para] enganar minha mãe?”

⁹⁴ A esse respeito, ver capítulo 6 – “A interrogação em línguas Tupi”.

⁹⁵ Os dados apresentados nesse capítulo foram, em sua maioria, retirados dos seguintes livros monolíngues em Sateré-Mawé: **Sateré-Mawé mowe'eg hap**; **Wantym sa'awy etiat**; **Warana sa'awy etiat**; **Sateré-Mawé pusu aḡkukaḡ**; **Wahemeikowo tuerut aheko** e **Satere Miwan Pakup**. Outros dados apresentados foram coletados em pesquisas de campo, em situações naturais de comunicação. A esse respeito, ver subcapítulo 4.4 – “A constituição do corpus de pesquisa”.

As perguntas em (3) e (4) são parciais. Em (3), o locutor questiona o interlocutor, não sobre a possibilidade de se ‘plantar’, mas acerca do que ‘pode ser plantado’. Analogamente, em (4), o locutor questiona o interlocutor, não em relação à possibilidade de se praticar a ação de ‘enganar’, mas sobre o modo ‘de se realizar essa ação’.

7.1 As perguntas totais

Em Sateré-Mawé, as perguntas totais podem apresentar as partículas interrogativas *ij* ou *apo*, empregadas pelo locutor a fim de indicar que um enunciado apresenta valor interrogativo. As perguntas que não recebem o emprego de uma dessas partículas são caracterizadas por entonação específica, que as distingue de enunciados assertivos.

Embora não tenha sido realizado um estudo fonético-fonológico dos enunciados interrogativos da língua Sateré-Mawé⁹⁶, pode-se dizer que essa língua emprega estratégias fonológicas a fim de caracterizar os seus enunciados como assertivos ou interrogativos. Vejamos os exemplos:

5. aware - ria?

‘cachorro’+pl.

“São cachorros?”

6. e - re - to ra’in maués kape?

2Ag.+Med.+‘ir’ Asp. ‘Maués’ Posp.

“Você já foi para Maués?”

Nos enunciados em (5) e (6), em que não são empregadas as partículas interrogativas *apo* ou *ij*, apenas a entonação, distinta da que é empregada em enunciados assertivos, é o que os caracteriza como interrogativos.

⁹⁶ Devido à insuficiência de tempo, não nos foi possível apresentar, nesse trabalho, um estudo a respeito do tipo de entonação empregada em perguntas da língua Sateré-Mawé. Entretanto, se possível, pretendemos fazê-lo em trabalho posterior.

7.1.1 A partícula interrogativa *apo*

A partícula interrogativa *apo* parece ter sua origem no lexema verbal *apo* ‘perguntar’. O enunciado assertivo, a seguir, proferido por um falante no momento em que narrava uma história, ilustra o emprego do morfema *apo* como verbo e não como partícula.

7. **mi'i hawii so apo Ø - Ø - 'e ra'in:**
 3sg. ‘depois’ Part. ‘perguntar’ 3Ag.+Med.+Aux. Asp.
 “E depois disso, ele perguntou.”

aikope iŋ e - mi - nuŋ?
 ‘onde’ Inter. 2Ag.+nomin.+ ‘fazer’
 “Onde está o feito por você?”

Como partícula, o morfema *apo* permite que o locutor delimite o escopo de uma interrogação. Nos dados de que dispomos da língua Sateré-Mawé, a partícula *apo* pode ser empregada em nível de enunciado e em nível de constituinte, assemelhando-se a algumas línguas do tronco Tupi⁹⁷. Quando empregada em nível de constituinte, a partícula *apo* serve para focalizar o constituinte que lhe é anterior. A mesma partícula, em nível de enunciado, é empregada em posição final para indicar que a interrogação recai, não sobre um constituinte específico, mas sobre todo o enunciado. Vejamos os exemplos, a seguir:

(a) Partícula *apo* em nível de enunciado:

8. **e - tu - 'u pira apo?**
 2Ag.+At.T+‘comer’ ‘peixe’ Inter.
 “Você comeu o peixe?”

Em (8), a partícula *apo* é empregada em posição final e indica que a interrogação recai sobre todo o enunciado. Ao enunciá-la, o locutor questiona o interlocutor sobre ele ter ‘comido o peixe’.

⁹⁷ A esse respeito, ver capítulo 6 – “A interrogação em línguas Tupi”.

(b) Partícula *apo* em nível de constituinte⁹⁸:9. **waku apo a - he - 'ini hun?**

‘ser bom’ Inter. 1poss.incl.+Atr.I+‘rede’ ‘suja’

“É BOM a nossa rede estar/ficar suja?”

10. **waku apo ipire wo wa - tu - 'u mi - 'u?**

‘ser bom’ Inter. ‘crua’ Posp. 1incl.Ag.+At.T+‘ingerir’ nomin.+‘comer’

“É BOM nós comermos comida crua?”

11. **he - si'at rakat mi'i apo?**

Atr.I+‘ter fome’ ‘que’ 3sg. Inter.

“É ELE que está com fome?”

Em (9) e (10), a partícula *apo* focaliza o predicado verbal estativo *waku* ‘ser bom’. Interpretamos essas perguntas como retóricas. Ao enunciá-las, o locutor não espera a resposta de seus interlocutores, ao contrário, tem a intenção de fazê-los refletir sobre o benefício de ‘se deixar a rede suja’ e de ‘se comer a comida crua’, respectivamente.

Em (11), em que o locutor questiona o interlocutor em relação a um terceiro participante ‘estar com fome’, a partícula *apo* indica que a interrogação recai sobre o constituinte *mi'i* ‘ele’. Geralmente, a partícula *apo* em posição final indica que a interrogação recai sobre o enunciado como um todo. Em (11), entretanto, embora a partícula *apo* ocupe essa posição, é *mi'i* o constituinte focalizado, uma vez que no enunciado há o emprego da oração relativa *hes i'at rakat* ‘que está com fome’.

Nas perguntas, a seguir, a partícula *apo* é empregada para focalizar o primeiro actante *en* ‘você’.

12. **en apo e - tu - 'u pira?**

2sg. Inter. 2Ag.+At.T+‘ingerir’ ‘peixe’

“Foi VOCÊ que comeu o peixe?”

13. **en apo e - ti - 'okpun u - he - mahi seruwai Ø - Ø - 'e?**

2sg. Inter. 2Ag.+At.T+‘derramar’ 1poss.+Atr.I+‘bebida’ ‘cunhado’ 3Ag.+Med.+‘dizer’

“Foi VOCÊ que derramou minha bebida, cunhado? disse.”

⁹⁸ Verbal, nominal ou pronominal.

Em (12), o locutor sabe que ‘alguém comeu o peixe’, mas questiona se o interlocutor o fez; em (13), o locutor tem o conhecimento de que ‘a sua bebida foi derramada’, mas questiona o interlocutor se ele, e não outro indivíduo, o fez.

Ainda em (13), observa-se, em posição final, o lexema verbal de voz média {-’e} ‘dizer’, empregada pelo locutor a fim de assinalar o término de sua enunciação.

7.1.2 A partícula interrogativa *in*

Assim como a partícula *apo*, o emprego da partícula interrogativa *in*, em nível de enunciado ou de constituinte, permite delimitar o escopo de uma interrogação.

A partícula *in*, diferentemente da partícula *apo*, pode co-ocorrer com a partícula enunciativa *ke*. Essa partícula, que precede a partícula *in*, é responsável por indicar a atitude do locutor em relação ao que é questionado.

Em Sateré-Mawé, o emprego da partícula enunciativa *ke* apresenta função semelhante a do emprego de uma pergunta “tag”⁹⁹. Segundo Payne (1997, p. 298), ao empregar esse tipo de interrogação, o locutor tem frequentemente algum conhecimento da informação sobre a qual interroga, direcionando a resposta do interlocutor para “sim” ou “não”. Em se tratando do emprego da partícula *ke*, entretanto, o locutor não direciona a resposta do interlocutor, mas suspeita de sua resposta, esperando receber uma confirmação em relação às suas expectativas. Vejamos os exemplos, a seguir:

(a) Partícula *in* em nível de enunciado:

14. e - he - si’at ke in?

2Inat.+Atr.I+‘ter fome’ Part. Inter.

“Você está com fome?”

15. akuri ke in?

‘cutia’ Part. Inter.

“[É]¹⁰⁰ CUTIA?”

⁹⁹ A esse respeito, ver o subcapítulo 5.1.5 – “As questões ‘tag’”.

¹⁰⁰ Não há, em Sateré-Mawé, uma forma verbal que represente o valor semântico do verbo de estado “ser/estar” do Português. Entretanto, esse valor se impõe em enunciados formados por um único constituinte nominal ou por dois constituintes nominais.

Em (14) e (15), a partícula *ih* indica que a interrogação incide sobre todo o enunciado. Em (14), o locutor interroga o interlocutor sobre ‘ele ter fome’; em (15), questiona sobre o barulho que ouve ‘ser do animal cutia’. Em ambas, o emprego da partícula *ke* indica que o locutor desconfia da resposta de seu interlocutor.

(b) Partícula *ih* em nível de constituinte¹⁰¹:

16. **i - i - kahu ke ih wahi?**
 3Inat.+Atr.II+‘ser bonito’ Part. Inter. ‘colar’
 “É BONITO o colar?”

17. **en ke ih e - r - iot?**
 2sg. Part. Inter. 2Ag.+Med.+‘vir’
 “Foi VOCÊ que veio?”

Nos enunciados em (16) e (17), respectivamente, o emprego da partícula *ih* serve para focalizar o predicado verbal estativo {-*kahu*} ‘ser bonito’ e o constituinte pronominal *en* ‘você’, escopo das interrogações. Em (16), o locutor questiona o interlocutor sobre a qualidade de ‘ser bonito’ (e não de ser grande ou pequeno) de um colar. Em (17), o interlocutor é interrogado sobre ele, e não outro indivíduo, ‘ter ido ao encontro’ do locutor. Ao empregar a partícula *ke*, os locutores suspeitam da resposta de seus interlocutores, apesar disso, têm a intenção de confirmar as suas suposições.

Como supracitado, o emprego das partículas *ih* ou *apo* em perguntas totais serve para indicar que um enunciado é interrogativo. Além disso, o emprego de uma dessas partículas serve para indicar o escopo de uma interrogação, seja ele um dos constituintes do enunciado ou o enunciado como um todo.

A diferença entre as partículas *ih* ou *apo* está, no entanto, na possibilidade ou não de co-ocorrência com a partícula enunciativa *ke*. Enquanto a partícula *ih* pode co-ocorrer com a partícula *ke*, não observamos em nosso corpus a co-ocorrência das partículas *apo* e *ke*. Pode-se dizer que o emprego da partícula *apo* indica um posicionamento neutro do locutor em relação ao que é interrogado. Ao contrário, o emprego da partícula *ih*, acompanhada da partícula *ke*, indica que o locutor se posiciona em relação ao que questiona, indicando ao interlocutor que já supõe qual seja a resposta dele, embora não tenha certeza.

¹⁰¹ Verbal, nominal ou pronominal.

7.2 As perguntas parciais

Em Sateré-Mawé, as perguntas parciais podem ser duplamente marcadas: além da proforma interrogativa, cujo emprego é obrigatório, podem apresentar a partícula interrogativa *iŋ*, cujo emprego depende da intenção do falante em enfatizar o escopo de uma interrogação.

As perguntas parciais são também marcadas por entonação específica, entretanto, essa é uma possibilidade secundária, dado que o emprego de uma proforma interrogativa é suficiente para diferenciar um enunciado interrogativo de outros enunciados.

As proformas interrogativas, em Sateré-Mawé, podem ser simples ou complexas. São **simples** as que apresentam apenas um morfema em sua constituição, e **complexas**, as que têm estrutura formada por mais de um morfema. A tabela abaixo resume as proformas dessa língua:

Quadro M: As proformas interrogativas da língua Sateré-Mawé.

Simples	Complexas
<i>kat</i> ~ <i>kan</i> ‘que / o que’ <i>uwe</i> ‘quem’	<i>ai-ko-pe</i> ‘onde’ <i>ai-sup-we</i> > <i>a(i)-su(p)-we</i> ‘onde’ <i>ai-ŋu-pe</i> > ‘onde’ <i>ai-ko-wo</i> ‘para onde’ <i>ai-ko-puo</i> ‘por onde’ <i>ai-me-puo</i> ‘por onde’ <i>ai-ko-tã</i> ‘como’ <i>kat-tã</i> > <i>ka(t)-rã</i> ‘qual’ <i>kat-tã-nia</i> > <i>ka(t)-rã-nia</i> ‘quanto (a), quantos (as)’ <i>kat-tã-pe</i> > <i>ka(t)-rã-pe</i> ‘quando’

7.2.1 As proformas interrogativas simples

As proformas simples *kat* ~ *kan* ‘que / o que’ e *uwe* ‘quem’ integram o sistema interrogativo da língua Sateré-Mawé.

O emprego da proforma interrogativa *uwe* é condicionado pelo referente humano do constituinte interrogado. Ao contrário, as proformas *kat* e *kan* ocorrem em variação complementar e são empregadas para questionar sobre um constituinte cujo referente é não-humano.

7.2.1.1 A proforma *uwe*

Como supracitado, o emprego da proforma *uwe* é condicionado pela intenção do locutor em questionar acerca de um referente humano.

Nos dados de que dispomos da língua Sateré-Mawé, encontramos vinte ocorrências da proforma *uwe*. Dessas ocorrências, dezoito apresentam essa proforma seguida da partícula *iŋ* que, como já mencionamos, serve para indicar que um enunciado é interrogativo, além de enfatizar o foco de perguntas parciais. O alto índice de co-ocorrência da partícula *iŋ* e da proforma *uwe* pode ser devido ao fato de os falantes sateré-mawé considerarem que os seres humanos ocupam uma posição mais alta na escala de referentes, fato que os leva a enfatizar frequentemente o valor da proforma *uwe*, escopo da interrogação.

O emprego da proforma *uwe* permite a um falante interrogar sobre o 1º actante, o 2º actante, o complemento do núcleo do constituinte que funciona como 2º actante ou o circunstante, conforme apresentamos abaixo.

a) A interrogação incide sobre o 1º actante:

18. uwe *iti - auka* *koiti'i?*

‘quem’ ‘veado’+‘matar’ ‘hoje’

“Quem matou veado hoje?”

19. uwe *iŋ* *po'on* *i - i - kahu?*

‘quem’ Inter. ‘mais’ 3Inat.+Atr.II+‘ser bonito’

“Quem é mais bonito?”

20. **uwe** **iq** **Ø - i - koi** **te'en-te'en** **mani?**
 'quem' Inter. 3Ag.+At.T+'plantar' Asp. 'mandioca'
 "Quem sempre planta mandioca?"

21. **uwe** **ke** **iq** **pino** **Tupana** **sa'iru** **e'ipan** **me** **te** **Ø - tu - ut?**
 'quem' Part. Inter. 'então' 'Deus' 'filho' 'antes' Posp. 'ainda' 3Ag.+Med.+ 'vir'
 "Quem veio, então, ainda antes do filho de Deus?"

Nas perguntas acima, a interrogação incide, respectivamente, sobre o primeiro actante dos verbos {-**auka**} 'matar', {-**kahu**} 'ser bonito', {-**koi**} 'plantar' e {-**ut**} 'vir'. De (19) a (21), observa-se a partícula **iq**, cujo emprego em posição seguinte à da proforma **uwe** serve para enfatizá-la.

A pergunta em (21) é retórica, enunciada em um culto religioso. Ao enunciá-la, o locutor conhece as respostas que lhe são possíveis, de modo que não tem a intenção de recebê-las de seus interlocutores¹⁰², mas de fazê-los refletir sobre o assunto.

Em perguntas retóricas, o emprego da partícula **ke** indica que o locutor conhece a resposta para o seu questionamento e, portanto, não espera a(s) resposta(s) de seu(s) interlocutor(es). Ao contrário, o emprego da partícula **ke** em perguntas que não são retóricas indica que o locutor suspeita da resposta para o seu questionamento, mas tem a intenção de confirmá-la ao recebê-la de seu(s) interlocutor(es).

b) A interrogação incide sobre o 2º actante:

22. **uwe** **iq** **e - ti - wenka** **hairu** **hap - mo?**
 'quem' Inter. 2Ag.+At.T+'convidar' 'festa' nomin.+Posp.
 "Quem você convidou para a festa?"

23. **uwe** **ke** **iq** **ta'atu - Ø - suk?**
 'quem' Part. Inter. 3pl.cor.Ag.+At.T+'furar'
 "Quem foi que eles furaram?"

Em (22) e (23), a interrogação incide, respectivamente, sobre o segundo actante dos verbos {-**wenka**} 'convidar' e {-**suk**} 'furar'. Em ambas as perguntas, os locutores empregam

¹⁰² Os interlocutores, nessa situação, demonstraram saber que a pergunta era retórica e, portanto, não emitiram resposta. Em casos como esse, o interlocutor pode se manifestar quando não conhece a resposta para o questionamento realizado pelo locutor.

a partícula **iy**. No entanto, apenas em (23) emprega-se a partícula **ke**, cujo emprego indica que o locutor tem alguma noção em relação à ‘quem eles tenham furado’. Em (22), ao contrário, a ausência da partícula **ke** indica que o locutor não suspeita de quem o interlocutor ‘tenha convidado para a festa’.

c) A interrogação incide sobre o determinante do constituinte que funciona como 2º actante:

24. **uwe** **iy** **iat** **e - tu - nuŋ?**

‘quem’ Inter. ‘casa’ 2Ag.+At.T+‘fazer’

“É de quem a casa que você fez?”

Em (24), a interrogação incide sobre o determinante do constituinte **iat** ‘casa’. Ao empregar a partícula **iy**, o locutor enfatiza o escopo da interrogação, representado pela proforma **uwe**, e reforça a sua dúvida em relação a ‘quem seja o proprietário da casa’ construída pelo interlocutor.

d) A interrogação incide sobre o circunstante:

É possível questionar a respeito das circunstâncias relacionadas a um evento através do emprego da proforma **uwe** como parte de um sintagma interrogativo posposicionado. Vejamos os exemplos, a seguir:

25. **uwe** **kai - pii** **tapi’ia** **Ø - ti - kii’at** **wa’ã?**

‘quem’ loc.posp. ‘índio’ 3Ag.+At.T+‘comprar’ ‘panela’

“De quem o índio comprou a panela?”

26. **uwe** **pe** **iy** **mi’i** **Ø - t - um** **wahi?**

‘quem’ Posp. Inter. 3sg. 3Ag.+At.T+‘dar’ ‘colar’

“Para quem ele deu o colar?”

27. **uwe** **wiwo** **ke** **iy** **pu’i** **i - i - hai?**

‘quem’ Posp. Part. Inter. ‘porco espinho’ 3Inat.+Atr.II+‘falar’

“Com quem o porco espinho está falando?”

Nas perguntas acima, questiona-se sobre as seguintes circunstâncias: origem (da ‘panela’), finalidade (do ‘colar’), e companhia (do ‘porco espinho’), respectivamente.

Em (26) e (27), os respectivos sintagmas interrogativos *uwe pe* ‘para quem’ e *uwe w iwo* ‘com quem’, são enfatizados através do emprego da partícula *iy*. Em (27), emprega-se também a partícula *ke*, cujo objetivo é indicar o posicionamento do locutor em relação a sua enunciação: ao questionar o interlocutor sobre o referente humano com quem ‘o porco espinho está falando’, o locutor suspeita de quem ele seja.

7.2.1.2 As proformas *kat* e *kan*

Como supracitado, o emprego das proformas interrogativas *kat* e *kan* é condicionado pela intenção do locutor em questionar acerca de um referente não-humano. O emprego de cada uma dessas proformas parece ser condicionado por critérios de ordem sintática.

Nos dados de que dispomos da língua Sateré-Mawé, observamos a co-ocorrência da proforma interrogativa *kat* e da partícula enunciativa *ke*. Vejamos:

28. ***kat*** ***ke*** ***iy*** ***i - i - 'okhit'at*** ***i - he - wakai?***

‘o que’ Part. Inter. 3Inat.+Atr.II+‘cair’ 3poss.+Atr.I+‘frente’

“O que caiu na frente dele (dela)?”

29. ***kat*** ***ke*** ***iy*** ***magkuka*** ***Ø - ti - tek - tek?***

‘o que’ Part. Inter. ‘raposa’ 3Ag.+At.T+‘cortar’+dupl.

“O que a raposa cortou (com o dente)?”

30. ***kat*** ***ke*** ***iy*** ***hari*** ***e - 'aware - ria*** ***Ø - ti - puenti*** ***ga'api*** ***pe?***

‘o que’ Part. Inter. ‘vovó’ Atr.I+‘cachorro’+pl. 3Ag.+At.T+‘encontrar’ ‘mato’ Posp.

“O que os cachorros da vovó encontraram no mato?”

31. ***kat*** ***wo*** ***ke*** ***iy*** ***hari*** ***Ø - ti - 'auka*** ***teran*** ***himpa?***

‘que’ Posp. Part. Inter. ‘vovó’ 3Ag.+At.T+‘matar’ modal. ‘tamanduá’

“Com o quê a vovó queria matar o tamanduá?”

32. **kat** ete ke iŋ sehai iwop ahit i - i - hai?
 ‘que’ Posp. Part. Inter. ‘palavra’ ‘comprida’ ‘coletivo’ 3Inat.+Atr.II+‘falar’
 “Sobre o quê fala o texto?”

Em (28), o emprego da proforma ***kat*** serve para interrogar acerca do actante único do verbo estativo {-’okhit’at} ‘cair’. Ao enunciá-la, o locutor questiona o interlocutor a respeito do referente (de traço não-humano) que, por pouco, não atingiu um terceiro indivíduo.

Em (29) e (30), emprega-se a proforma ***kat*** para interrogar acerca do segundo actante dos verbos ativos {-tek} ‘cortar’ e {-puenti} ‘encontrar’, respectivamente. Em (29), o locutor interroga sobre ‘que referente (de traço não-humano) a raposa cortou’. Ao enunciar a pergunta em (30), o locutor questiona o seu interlocutor a respeito do ‘que encontraram os cachorros da vovó’.

Em (31) e (32), a proforma ***kat*** é empregada para questionar acerca de um circunstante: em (31), do instrumento utilizado para ‘se matar o tamanduá’; em (32), do ‘assunto tratado no texto’.

Ao contrário, nos dados de que dispomos dessa língua, não observamos a co-ocorrência da proforma ***kan*** e da partícula ***ke***. Sendo assim, nos enunciados em que a partícula ***ke*** não é empregada, o emprego das proformas ***kat*** ou ***kan*** depende da função sintática do termo interrogado. Vejamos:

- **Empregos da proforma *kat***

Emprega-se a proforma ***kat*** nos seguintes contextos sintáticos:

(a) Para interrogar sobre o complemento do verbo médio {-’e}

33. **kat** e - re - ’e?
 ‘o que’ 2Ag.+Med.+‘dizer’
 “O que você disse?”

34. **kat** Ø - Ø - ’e iŋ iti: wawori pe?
 ‘o que’ 3Ag.+Med.+‘dizer’ Inter. ‘veado’ ‘tartaruga’ Posp.
 “O que o veado disse à tartaruga?”

Em (33) e (34), a interrogação incide sobre o complemento do verbo médio {-’e} ‘dizer’. Em (33), o locutor interroga o seu interlocutor em relação ao ‘seu dizer’. A pergunta em (34) faz parte de uma história sateré-mawé. Ao enunciá-la, um personagem pergunta ao outro a respeito do ‘dizer do veado à tartaruga’.

O lexema verbal médio {-’e} apresenta um funcionamento mais enunciativo, uma vez que, a partir desse uso, o locutor pode indicar o fim de sua fala (cf. exemplo em (13), acima) ou questionar sobre o que foi falado (cf. exemplos em (33) e (34)). Conforme Desclés e Guentchéva (1997, apud FRANCESCHINI, 1999, p. 151), esse tipo de verbo pode ser definido como um verbo de asserção “puisque il introduit une activité de parole attribuable à un sujet énonciateur ou à un énonciateur rapporté. En de autres termes, on peut dire qu’il fonctionne comme un opérateur de énonciation”¹⁰³.

(b) Para interrogar sobre o complemento circunstancial de um enunciado

Em Sateré-Mawé, é possível questionar a respeito das circunstâncias relacionadas a um evento através do emprego da proforma ***kat*** como parte de um sintagma posposicionado. Vejamos a seguir:

35. ***kat*** ***hap - mo*** ***iŋ*** ***ta’atu - Ø - mose’e*** ***awiki*** ***ko’i?***

‘que’ nomin.+Posp. Inter. 3pl.Ag.+Atr.I+‘salgar’ ‘guariba’ pl.

“Para quê eles salgaram os guaribas?”

36. ***kat*** ***e’a:t*** ***pe*** ***iŋ*** ***to - ’e - ’ehai*** ***weita*** ***ko’i?***

‘que’ ‘momento’ Posp. Inter. 3cor.Inat.+Atr.I+‘conversar’ ‘pássaro’ pl.

“Em que momento os pássaros conversam?”

37. ***kat*** ***ko’i*** ***wiwo*** ***iŋ*** ***Ø - to - to*** ***hariporia?***

‘que’ pl. Posp. Inter. 3Ag.+Med.+‘ir’ ‘mulher’

“Com o quê(s) a mulher foi?”

¹⁰³ Conforme Desclés e Guentchéva (1997, apud FRANCESCHINI, 1999, p. 151, tradução nossa), esse tipo de verbo pode ser definido como um verbo de asserção “porque introduz uma atividade de fala atribuível a um sujeito enunciator ou a um enunciator evocado, em outras palavras, funciona como um operador de enunciação”

Nas perguntas acima, questiona-se a respeito da finalidade (de ‘se salgar os guaribas’), do tempo (em que ‘conversam os pássaros’) e da companhia (que teve a ‘mulher’), respectivamente.

Em (35), (36) e (37), os sintagmas interrogativos posicionados *kat hamo* ‘para quê’, *kat e’a:t pe* ‘em que momento’ e *kat ko’i wiwo* ‘com o quê(s)’ são enfatizados mediante o emprego da partícula interrogativa *iŋ*. Nota-se que, em (37), a proforma *kat* é pluralizada mediante o emprego do morfema *ko’i*, ou seja, o locutor questiona a respeito de mais de um referente, não-humano, que ‘tenha acompanhado a mulher’.

É também possível questionar a respeito da causa de um evento mediante o emprego do sintagma interrogativo *kat pote* ‘por que’. Vejamos:

38. ***kat pote iŋ ase’i i - i - wepi:t kahato?***
 ‘que’ ‘por’ Inter. ‘vovô’ 3Inat.+Atr.II+‘ficar alegre’ ‘muito’
 “Por que o vovô ficou muito alegre?”

Em (38), o constituinte interrogativo *kat pote*, enfatizado pelo emprego da partícula *iŋ*, interroga sobre a causa ‘da alegria do vovô’.

(c) Para interrogar sobre o primeiro actante de um verbo ativo

39. ***kat hari - auka himpa sio a:hu:?***
 ‘o que’ ‘vovó’+‘matar’ ‘tamanduá’ ‘ou’ ‘doença’
 “O que matou vovó: o tamanduá ou a doença?”

Na pergunta em (39), o locutor interroga sobre o primeiro actante do verbo {-*auka*} ‘matar’. Nela, observa-se o emprego de uma pergunta alternativa¹⁰⁴. Ao enunciá-la, o locutor apresenta duas possibilidades de resposta ao interlocutor: deseja saber se o que ‘matou a vovó’ foi ‘o tamanduá’ – primeira possibilidade – ou ‘a doença’ – segunda possibilidade. Entretanto, se necessário, o interlocutor pode optar por outra possibilidade que não as apresentadas na pergunta. Em Sateré-Mawé, as perguntas alternativas são marcadas pelo morfema *sio* ‘ou’.

¹⁰⁴ A esse respeito, ver o item 5.1.4 desse trabalho – “As perguntas alternativas”.

- **Empregos da proforma *kan***

Emprega-se a proforma ***kan*** nos seguintes contextos sintáticos:

(a) Para interrogar sobre o actante único de um verbo de estado ou de um verbo médio

40. **kan** sese i - i - kahu?
 ‘o que’ ‘muito’ 3Inat.+Atr.II+‘ser bonito’
 “O que é muito bonito?”

41. **kan** sese Ø - to - ken’e?
 ‘o que’ ‘muito’ 3Ag.+Med.+‘assustar’
 “O que assusta muito?”

Acima, a interrogação incide sobre o actante único do verbo de estado {-**kahu**} ‘ser bonito’ e {-**ken’e**} ‘assustar’, respectivamente.

(b) Para interrogar sobre o segundo actante

42. **kan** ase’i Ø - tu - nuŋ aria kupi ke?
 ‘o que’ ‘vovô’ 3Ag.+At.T+‘fazer’ ‘fogo’ ‘perto’
 “O que o vovô está fazendo perto do fogo?”

43. **kan** Ø - he - miariru Ø - t - eru:t ta - ‘a¹⁰⁵ - ase’i kape?
 ‘o que’ 3poss.+Atr.I+‘neto’ 3Ag.+At.T+‘trazer’ 3cor.poss.+Atr.I+‘vovô’ Posp.
 “O que o neto dele trouxe para o velho?”

Acima, a interrogação incide sobre o segundo actante dos verbos ativos {-**nuŋ**} ‘fazer’ e {-**eru:t**} ‘trazer’.

¹⁰⁵ Em (43), o morfema {-‘e} realiza-se como {-‘a}, por estar seguido da vogal /a/, presente em *ase’i*.

7.2.1.3 A cumulação de proformas simples

Em Sateré-Mawé, é possível empregar mais de uma proforma simples em um mesmo enunciado. Vejamos o exemplo¹⁰⁶, a seguir:

44. uwe iŋ to - Ø - 'e kat Ø - Ø - 'e iŋ?
 'quem' Inter. 3cor.Ag.+Med.+‘dizer’ ‘o que’ 3Ag.+Med.+‘dizer’ Inter.
 “Quem disse e o quê disse?”

Em (44), emprega-se as proformas *uwe* ‘quem’ e *kat* ‘o que’. Esse tipo de pergunta pode ser empregado, por exemplo, no seguinte contexto comunicativo: um indivíduo falta a uma reunião e questiona, empregando apenas uma pergunta, quais foram os participantes dessa reunião e quais foram as falas de cada um desses participantes.

7.2.2 As proformas interrogativas complexas

Em Sateré-Mawé, as perguntas parciais podem ser caracterizadas pelo emprego de proformas interrogativas complexas, susceptíveis de questionar a respeito das seguintes informações: localização, modo, referente não-humano, quantidade ou tempo. Vejamos:

¹⁰⁶ O exemplo em (44) nos foi fornecido por José de Oliveira Sateré, falante e professor da língua Sateré-Mawé.

Quadro N: As proformas interrogativas complexas.

Localização	<i>aikope</i> ‘onde’ <i>asuwe</i> ‘onde’ <i>aijupe</i> ‘onde’ <i>aikowo</i> ‘para onde’ <i>aikopuo</i> ‘por onde’ <i>aimepuo</i> ‘por onde’
Modo	<i>aikotã</i> ‘como’
Referente não-humano	<i>karã</i> ‘qual’
Quantidade	<i>karãnia</i> ‘quanto (a), quantos (as)’
Tempo	<i>karãpe</i> ‘quando’

Todas as proformas complexas supracitadas podem co-ocorrer, em pergunta parcial, com a partícula interrogativa *ij* e com a partícula enunciativa *ke*. O emprego da partícula *ke* depende do emprego da partícula *ij*, ao passo que o emprego da partícula *ij* é, em todos os casos, independente do emprego da partícula *ke*.

7.2.2.1 Interrogando sobre a localização

O emprego das proformas *aikope*, *asuwe*, *aijupe*, *aikowo*, *aikopuo* e *aimepuo* é condicionado pela intenção do locutor em questionar a respeito da localização de um ou mais referentes, humanos ou não-humanos.

As proformas *aikope*, *asuwe* e *aijupe* questionam a respeito de uma localização espacial estática, ao contrário, as proformas *aikowo*, *aikopuo* e *aimepuo* servem para interrogar acerca de uma localização espacial não-estática difusa. Apresentamos a estrutura dessas proformas, a seguir:

Quadro O: A estrutura das proformas *aikope*, *asuwe*, *ainupe*, *aikowo*, *aikopuo* e *aimepuo*.

Proformas	Morfema indefinição	Morfema Classificador	Posposição
<i>ai-ko-pe</i> ‘onde’	ai-	-ko-	-pe
<i>a(i)-su(p)-we</i> ‘onde’	a(i)-	-su(p)-	-pe
<i>ai-ɲu-pe</i> ‘onde’	ai-	-ɲu-	-pe
<i>ai-ko-wo</i> ‘para onde’	ai-	-ko-	-wo
<i>ai-ko-puo</i> ‘por onde’	ai-	-ko-	-puo
<i>ai-me-puo</i> ‘por onde’	ai-	-me-	-puo

Pode-se observar que todas as proformas interrogativas supracitadas apresentam em sua estrutura o morfema [**ai-** ~ **a-**]¹⁰⁷, indicador de indefinição. Além desse morfema, as proformas *aikope*, *aikowo* e *aikopuo* apresentam o mesmo morfema classificador {-**ko-**}, de modo que se distinguem apenas por apresentarem posposições diferentes. Ao contrário, as proformas *aikope*, *asuwe* e *ainupe* compartilham, além do morfema {**ai-**}, da posposição {-**pe**}, sendo distintas apenas por disporem de morfemas classificadores diferentes.

O valor do morfema [**ai-** ~ **a-**], comum a todas essas proformas, se opõe ao morfema [**me-** ~ **mei-**], que indica que a localização da entidade referenciada pelo locutor é conhecida pelos participantes da interação comunicativa. Vejamos os exemplos, a seguir, citados por Franceschini (1999, p. 61):

45. **me: - k - e e - Ø - po pe lapi u - i - wat**
 ad.pes.+clas.+dist. 2poss.+Atr.II+‘mão’ Posp. ‘lápiz’ 1poss.+Atr.II+rad.nom.
 “Este lápis na tua mão é o meu.”

46. **me: - sup - Ø lapi u - i - wat**
 ad.pes.+clas.+prox. ‘lápiz’ 1poss.+Atr.II+rad.nom.
 “Este lápis é o meu.”

¹⁰⁷ Suzuki (1997, p. 80), autora da dissertação “Ou isto ou aquilo: um estudo sobre o sistema dêitico da língua Sateré-Mawé”, já afirmava que [**ai-** ~ **a-**] é um ‘prefixo indeterminado’ em relação à [**me-** ~ **mei-**], ‘prefixo determinado’. Entretanto, apenas tivemos acesso à sua obra após a defesa de nossa dissertação.

Em (45) e (46), empregam-se os determinantes demonstrativos *me:ke* ‘este’ e *me:sup* ‘este’. O determinante *me:ke* é constituído pelo morfema de aderência pessoal {*me:-*}, pelo morfema classificador (ou dêitico demonstrativo) {-*ko-*} e pelo indicador de distância distal {-*e*}. Por sua vez, o determinante *me:sup* é constituído pelos seguintes morfemas: de aderência pessoal {*me:-*}, classificador {-*sup-*} e de distância proximal {-*Ø*}.

Presente em ambos os determinantes, o morfema de aderência pessoal {*me:-*} indica a proximidade do referente em relação ao locutor ou ao interlocutor. Somado ao valor do morfema indicador de distância proximal {-*Ø*}, como em *me:sup*, indica que o referente está próximo do locutor. Ao contrário, somado ao valor do morfema indicador de distância distal {-*e*}, como em *me:ke*, indica que o referente está próximo do interlocutor.

Na pergunta em (45), o locutor faz referência à entidade *lapi* ‘lápiz’ localizada nas proximidades do interlocutor. Ao contrário, em (46), o locutor referencia a entidade *lapi* que está próxima de si.

Em oposição ao morfema [*me:-* ~ *mei-*], o morfema [*ai-* ~ *a-*], presente nas proformas interrogativas *aikope*, *asuwe*, *aijupe*, *aikowo*, *aikopuo* e *aimepuo*, indica a indefinição da localização do referente sobre o qual o locutor questiona.

(a) Questionando-se sobre uma localização espacial estática:

O emprego das proformas *aikope*, *asuwe* e *aijupe* é condicionado pela intenção do locutor em questionar acerca da localização de um referente, humano ou não-humano.

Nessas proformas, é a posposição [-*pe* ~ -*we*] que carrega esse valor locativo. Segundo Franceschini (2009, p. 6), essa posposição “pode expressar uma localização espacial, temporal ou nocional estática”. A variante {-*pe*}, presente em *aikope* e *aijupe*, e a variante {-*we*}, presente em *asuwe*, indicam que o locutor questiona a respeito da localização espacial estática de um referente.

A segunda posição dessas proformas é preenchida pelos morfemas classificadores {-*ko-*}, {-*sup-*} e {-*ju-*}. Segundo Franceschini (1999, p. 60), esses morfemas, que participam da estrutura dos determinantes demonstrativos da língua Sateré-Mawé, apontam os referentes percebidos como um todo, de acordo com a forma, posição e/ou localização. Abaixo, reapresentamos o quadro (J)¹⁰⁸, que ilustra o valor de cada um desses morfemas

¹⁰⁸ Apresentado no subcapítulo 2.3 – “A língua Sateré-Mawé”.

classificadores e também do morfema classificador {-me-}¹⁰⁹, de que tratamos a seguir. Vejamos:

Apontam referentes percebidos como um todo	O morfema {-ko-}	Aponta referentes suspensos ‘a uma planta por um caule’, ou referentes no ar ou sobre a água;
	O morfema {-sup-}	Aponta referentes de forma alongada que se encontram, em posição horizontal, sob uma superfície.
	O morfema {-pu-}	Aponta referentes de forma redonda posicionados verticalmente e tocando uma superfície, bem como referentes de mesma forma pendurados ‘diretamente a uma planta’.
Aponta referentes percebidos como parte de um todo	O morfema {-me-}	-----

Como constituintes das proformas interrogativas *aikope*, *asuwe* e *aijupe*, os morfemas {-ko-}¹¹⁰, {-sup-} e {-pu-}, respectivamente, apresentam os mesmos valores ilustrados nesse quadro.

(a') O emprego da proforma *aikope*

47. ai - ko - pe som wantim Ø - to - ine'en?
ind.+clas.+Posp. Part. ‘noite’ 3Ag.+Med.+‘viver’
“Onde será que vive a noite?”

¹⁰⁹ O morfema classificador {-me-} está presente na proforma *aimepuo*.

¹¹⁰ O morfema classificador {-ko-} também está presente nas proformas *aikowo* e *aikopuo*, apresentadas em seguida.

48. **ai - ko - pe** **p̃i** **i - i - kaphiŋ** **Ø - t - ut?**
 ind.+clas.+Posp. Posp. 3poss.+Atr.II+‘cheiro’ 3Ag.+Med.+‘vir’
 “De onde o cheiro dele vem?”

49. **ai - ko - pe** **p̃i** **mei - ko - wat** **wepi: - hap?**
 ind.+clas.+Posp. Posp. ad.pes.+clas.+rad.nom. ‘música’
 “De onde [vem] essa música?”

O enunciado em (47) faz parte de um mito sateré-mawé. A fim de interrogar sobre a localização espacial estática do referente *wantim* ‘noite’, considerado suspenso, o locutor emprega a proforma *aikope*. Analogamente, nas perguntas em (48) e (49), questiona-se, mediante o emprego da mesma proforma, sobre a proveniência locativa estática dos referentes *ikaphiŋ* ‘cheiro’ e *wepi:hap* ‘música’, respectivamente, ambos posicionados ‘no ar’.

(a’’) O emprego da proforma *asuwe*

50. **a(i) - su(p) - we** **Ø - tu - kupte’en** **aware - ria?**
 ind.+clas.+Posp. 3Ag.+Med.+‘viver’ ‘cachorro’+pl.
 “Onde os cachorros vivem?”

51. **a(i) - su(p) - we** **moi?**
 ind.+clas.+Posp. ‘cobra’
 “Onde está a cobra?”

52. **a(i) - su(p) - we** **Ø - to - ine’en** **iara?**
 ind.+clas.+Posp. 3Ag.+Med.+‘viver’ ‘barco’
 “Onde está o barco?”

De (50) a (52), os locutores empregam a proforma *asuwe* para questionar sobre a localização espacial estática de referentes de forma alongada, posicionados horizontalmente: *awareria* ‘cachorros’, *moi* ‘cobra’ e *iara* ‘barco’, respectivamente.

(a'') O emprego da proforma *aiupe*

53. **ai - pu - pe** **iq** **put'ok** **Ø - Ø - 'e** **mi'i** **hawii?**

ind.+clas.+Posp. Inter. 'chegar' 3Ag.+Med.+aux. 'isso' 'depois'

"Onde ele chegou depois disso?"

54. **ai - pu - pe** **mohit** **ko'i** **mi - 'atu - koi?**

ind.+clas.+Posp. 'flor' pl. nomin.+pl.gl.+plantar'

"Onde as flores estão plantadas?"

55. **ai - pu - pe** **Ø - ho'o - kup** **aria'ip** **ko'i?**

ind.+clas.+Posp. 3Ag.+pl.part.+haver' 'madeira' pl.

"Onde há madeiras?"

De (53) a (55), os locutores empregam a proforma *aiupe* a fim de questionar sobre a localização espacial estática de referentes posicionados verticalmente: *mi'i* 'ele', *mohit ko'i* 'flores' e *aria'ip ko'i* 'madeiras', respectivamente.

Observe que, em (55), emprega-se a proforma *aiupe* para interrogar sobre a localização da madeira ainda não derrubada. Ao contrário, em (52), emprega-se a proforma *asuwe* para interrogar sobre a localização da madeira já derrubada e em forma de barco.

(b) Questionando-se sobre uma localização espacial não-estática difusa:

O emprego das proformas *aikowo*, *aikopuo* e *aimepuo* é condicionado pela intenção do locutor em questionar a respeito da localização espacial não-estática de um ou mais referentes.

Nessas proformas, as posposições {-wo} e {-puo} é que carregam esse valor locativo. Segundo Franceschini (2009, p. 8-10), a posposição {-wo}, presente em *aikowo*, expressa a noção semântica de deslocamento espacial, tendo em vista um ponto de chegada. Por sua vez, a posposição {-puo}, presente em *aikopuo* e *aimepuo*, expressa as "relações de lugar e de tempo, não-estáticas, difusas".

O morfema {-me-}, presente em *aimepuo*, é classificador (cf. o quadro supracitado). Ao contrário dos morfemas classificadores {-ko-}, {-sup-} e {-pu-}, que indicam os referentes percebidos como um todo, o dêitico {-me-} indica os referentes percebidos como

parte de um todo. A proforma *aimepuo* ‘por onde’, portanto, serve para questionar sobre o percurso de dois ou mais referentes, desde que percebidos como parte de um todo.

Por sua vez, as proformas *aikowo* ‘para onde’ e *aikopuo* ‘por onde’ servem para interrogar, respectivamente, sobre a direção e o percurso de um ou mais referentes, desde que percebidos como um todo. A compatibilidade entre os morfemas {-ko-} e {-wo}, em *aikowo*, e {-ko-} e {-puo}, em *aikopuo*, é explicada através da visão de mundo dos falantes sateré-mawé que interpretam como suspenso um referente que, incessantemente, se desloque de um ponto a outro no espaço.

No quadro, a seguir, ilustramos o condicionamento do emprego das proformas *aikowo*, *aikopuo* e *aimepuo*. Em seguida, apresentamos os exemplos da língua Sateré-Mawé. Vejamos:

Quadro P: O condicionamento do emprego das proformas *aikowo*, *aikopuo* e *aimepuo*.

Proformas	Condicionamento quanto à localização	Condicionamento quanto ao referente
<i>aikowo</i> ‘para onde’	Deslocamento / Direção (Com ponto de chegada)	De um ou mais referentes, percebidos como um todo.
<i>aikopuo</i> ‘por onde’	Deslocamento / Percurso (Sem ponto de chegada)	De um ou mais referentes, percebidos como um todo.
<i>aimepuo</i> ‘por onde’	Deslocamento / Percurso (Sem ponto de chegada)	De dois ou mais referentes, percebidos como parte de um todo.

(b’) O emprego da proforma *aikowo*

56. ai - ko - wo iŋ hamuat ko’i Ø - tu - wa:t?
 ind.+clas.+Posp. Inter. ‘porco’ pl. 3Ag.+Med.+‘ir’(pl.)
 “Para onde os porcos vão?”

57. **ai - ko - wo** **iŋ** **u - i - 'iwot** **Ø - to - oto** **miat** **pe?**
 ind.+clas.+Posp. Inter. 1Inat.+Atr.II+'pai' 3Ag.+Med.'ir' 'caça' Posp.
 “Para onde meu pai vai caçar?”

Nas perguntas acima, emprega-se a proforma *aikowo* a fim de interrogar sobre a localidade espacial não-estática, especificamente sobre a direção, dos referentes *hamuat ko'i* ‘porcos’ e *ui'iwot* ‘meu pai’, respectivamente. Em ambas, emprega-se a partícula interrogativa *iŋ*, responsável por enfatizar a proforma *aikowo*.

(b'') O emprego da proforma *aikopuo*

58. **ai - ko - puo** **iŋ** **hariporia** **Ø - to - oto** **miat** **pe?**
 ind.+clas.+Posp. Inter. 'mulher' 3Ag.+Med.'ir' 'caça' Posp.
 “Por onde a mulher vai caçar?”

Em (58), emprega-se a proforma *aikopuo*, enfatizada pela partícula interrogativa *iŋ*, a fim de interrogar sobre a localidade espacial não-estática, especificamente sobre o percurso, do referente *har iporia* ‘mulher’. O emprego dessa proforma indica que o locutor percebe o referente *har iporia* como um todo, isto é, como uma unidade.

(b''') O emprego da proforma *aimepuo*

59. **ai - me - puo** **Ø - tu - kupte'en** **weita - ria?**
 ind.+clas.+Posp. 3Ag.+Med.'viver' 'pássaro'+pl.
 “Por onde os pássaros vivem?”

Em (59), em que a proforma *aimepuo* é empregada, questiona-se em relação à localização espacial não-estática dos referentes *weitaria* ‘pássaros’, percebidos como parte de um todo.

7.2.2.2 Interrogando sobre o modo

O emprego da proforma *aikotã* ‘como’ é condicionado pela intenção do locutor em questionar a respeito do modo: (a) de ser/estar de um referente, humano ou não-humano; ou (b) de se realizar um evento.

A proforma *aikotã* é constituída por três morfemas, dois já apresentados. Como supracitado, o morfema {*ai-*} indica algum tipo de indefinição, ao passo que o morfema {-*ko-*} é um dêitico que aponta referentes percebidos como um todo. Por sua vez, o morfema {-*tã*} é um indicador de modo.

O valor da proforma *aikotã*, resultante do valor desses morfemas, é responsável por questionar sobre o modo de um referente ou de um evento, desconhecido por um locutor.

(a) A interrogação incide sobre o modo de realizar um evento:

60. ai - ko - tã i’atu - Ø - ’e iŋ tipi awiki ko’i ete?
ind.+clas.+modo 3pl.Ag.+Med.+‘fazer’ Inter. ‘dois’ ‘guariba’ pl. Posp.
“Como eles fizeram com os dois guaribas?”

61. ai - ko - tã Ø - Ø - ’e iŋ mi’i hawii wawori?
ind.+clas.+modo 3Ag.+Med.+‘fazer’ Inter. ‘isso’ ‘depois’ ‘jabuti’
“Como ele fez com o jabuti depois disso?”

62. ai - ko - tã Ø - Ø - ’e iŋ ma’ato mau’a Ø - to - hi mut hawii?
ind.+clas.+modo 3Ag.+Med.+‘fazer’ Inter. ‘mas’ ‘bicho preguiça’ 3Ag.+Med.+‘acordar’ ‘depois’
“Mas como o bicho-preguiça faz depois que ele acorda?”

63. a - he - si’at turan ai - ko - tã wa - tu - ’e?
3incl.Inat.+Atr.I+‘ter fome’ conec. ind.+clas.+modo 1incl.Ag.+Med.+‘fazer’
“Nós fazemos como quando estamos com fome?”

Nas perguntas acima, emprega-se a proforma *aikotã*, que permite interrogar acerca do modo de se realizar os eventos em questão. As perguntas de (60) a (62) apresentam a proforma *aikotã* em posição inicial, ao contrário, em (63), a proforma *aikotã* é empregada

após a oração subordinada *ahes i'at turan* ‘quando estamos com fome’, introduzindo a oração principal.

Através do emprego da partícula interrogativa *iŋ*, em (60), enfatiza-se a sequência *aikotã i'atu 'e* ‘como eles fizeram’. Em (61) e (62), a sequência *aikotã 'e* ‘como ele fez/faz’ é realçada.

(b) A interrogação incide sobre o modo de ser / estar:

64. **ai - ko - tã** **ke** **iŋ** **mi'i** **turan** **iti:?**
ind.+clas.+modo Part. Inter. 3sg. conec. ‘veado’
“Como [fica] o veado depois disso?”

65. **ai - ko - tã** **ke** **iŋ** **hari** **cristina** **e - ko?**
ind.+clas.+modo Part. Inter. ‘vovó’ ‘Cristina’ Atr.I+‘história’
“Como é a história da vovó Cristina?”

Nas perguntas acima, interroga-se, mediante o emprego da proforma *aikotã* ‘como’, a respeito do modo de ser/estar dos referentes *iti:* ‘veado’ e *eko* ‘história’, respectivamente. Ambos os locutores empregam as partículas *ke* e *iŋ*, a fim de indicar a posição do locutor em relação ao que interroga (o locutor desconfia de qual seja a resposta do interlocutor) e de enfatizar a proforma *aikotã*, respectivamente.

7.2.2.3 Interrogando sobre um referente não-humano

O emprego da proforma *karã* ‘qual’ é condicionado pela intenção do locutor em questionar a respeito de um referente não-humano.

A proforma *karã* é constituída pelos morfemas {*kat-*} e {-*tã*}. Emprega-se o primeiro a fim de interrogar acerca de referentes não-humanos e, o segundo, para indicar modo. Em *karã*, têm os seus valores semânticos associados e se traduzem por ‘qual’. Vejamos os exemplos abaixo:

66. **ka(t) - rã** **kan** **hariporia** **hi:t** **Ø - ti - oto** **hap** **muat?**
‘que’+modo ‘que’ ‘mulher’ dim. 3Ag.+At.T+‘levar’ nomin. fut.
“Qual é mesmo que a menininha vai levar?”

67. **ka(t) - rã** **kan** **aware** **to - ti - oto** **miat** **pe?**
 ‘que’+modo ‘que’ ‘cachorro’ 3cor.Ag.At.T+‘levar’ ‘caça’ Posp.
 “Qual é mesmo o cachorro que ele levou para caçar?”

Em (66) e (67), observamos o emprego da proforma *karã*. Em (66), serve para questionar sobre o segundo actante do verbo {-oto} ‘levar’, isto é, sobre o referente não-humano que ‘a menininha vai levar’. Em (67), serve para interrogar acerca do ‘cachorro que ele levou para a caça’.

A proforma *karã* geralmente é acompanhada da proforma *kan*, que serve para enfatizar a pergunta. Além disso, o emprego da proforma *karã*, em detrimento das proformas simples *kat* ou *kan*, permite ao locutor solicitar uma resposta mais seletiva do interlocutor. A título de exemplificação, ao empregar a proforma *karã*, em (67), o locutor tem a intenção de saber qual dos cachorros, de um grupo de cachorros possíveis, que ‘foi o escolhido para ser levado para caçar’.

A partir da proforma *karã* são formadas as proformas *karãnia* ‘quanto(a), quantos(as)’ e *karãpe* ‘quando’. O quadro, a seguir, compara a estrutura dessas formas; vejamos:

Quadro Q: A estrutura das proformas *karã*, *karãnia* e *karãpe*.

Proforma	Proforma simples	Morfema Modo	
<i>kat-rã > ka(t)-rã</i> ‘qual’	kat-	-tã	----
<i>kat-rã-nia > ka(t)-rã-nia</i> ‘quanto(a), quantos(as)’	kat-	-tã-	-nia
<i>kat-rã-pe > ka(t)-rã-pe</i> ‘quando’	kat-	-tã-	-pe

As proformas *karã*, *karãnia* e *karãpe* se assemelham formalmente por apresentarem os morfemas {**kat-**} e {-**tã**} em sua constituição. O que distingue a proforma *karã* das outras duas formas é a ausência de uma forma na terceira posição. Em relação às proformas *karãnia* e *karãpe*, o que as distingue é o morfema {-**nia**}, presente na primeira, e o morfema {-**pe**}, presente na última.

7.2.2.4 Interrogando sobre a quantidade

O emprego da proforma *karânia* ‘quanto (a), quantos (as)’ é condicionado pela intenção do locutor em questionar a respeito da quantidade de um referente, humano ou não-humano.

A proforma *karânia* é constituída por três morfemas. O morfema {*kat-*} é empregado para questionar acerca de referentes não-humanos e o morfema {-*tã-*} é um indicador de modo. Por sua vez, o morfema {-*nia*}¹¹¹ é um sufixo pluralizador¹¹² de nomes.

Em *karânia*, tais morfemas adquirem juntamente uma nova significação, de modo que são empregados para questionar sobre a quantidade de um referente, humano ou não, seja ele portador de qualquer traço semântico. Vejamos os exemplos, a seguir:

68. ka(t) - rã - nia *ii* Ø - to - ine’en?

‘que’+modal.+plural. ‘terra’ 3Ag.+Med.+‘existir’

“Quantos tipos de terra existem?”

69. ka(t) - rã - nia *ij* *pira* Ø - he - miariru Ø - t - eru:t?

‘que’+modal.+plural. Inter. ‘peixe’ 3poss.+Atr.I+‘neto’ 3Ag.+At.T+‘trazer’

“Quantos peixes o neto dele trouxe?”

70. *mei - me - wat* *popera* ka(t) - rã - nia e - ti - kii’at?

ad.pes.+clas./dist.+rad.nom. ‘caderno’ ‘que’+modo+plural. 2Ag.+At.T+‘comprar’

“Desses cadernos, quantos você comprou?”

As perguntas acima são realizadas mediante o emprego da proforma *karânia*, que permite que a interrogação seja sobre a quantidade dos respectivos referentes: *ii* ‘terra’, inanimado, *pira* ‘peixe’, animado não-humano, e *popera* ‘caderno’, inanimado.

Em (68) e (69), a proforma *karânia* é empregada em posição inicial, ao passo que, em (70), é empregada após o segundo actante, *popera* ‘caderno’, precedendo o predicado verbal. Em (69), emprega-se, ainda, a partícula interrogativa *ij*, responsável por enfatizar a proforma *karânia*.

¹¹¹ Segundo Franceschini (1999, p. 38), o morfema {-*tia*} se realiza {-*nia*}, se a sílaba que lhe é anterior constitui um contexto fônico dos tipos C(nasal)V ou CVC(nasal), exatamente o que ocorre na proforma *karânia*.

¹¹² Como pluralizador, segundo Franceschini (1999, p. 38), o morfema {-*tia*} é empregado para pluralizar os nomes de referentes que sejam animados humanos, animados não-humanos humanizados, e inanimados humanizados.

Observamos, em Sateré-Mawé, a possibilidade de se questionar acerca da quantidade de um referente mediante outros empregos que não o de *karânia*. Vejamos, a seguir:

71. **ka(t) - rã** **i'atu** **hap** **e - t - eru:t** **aria'ip?**

‘que’+modo ‘ser muito’ nomin. 2Ag.+At.T+‘trazer’ ‘madeira’

“Qual tanto (quantidade) de madeira você trouxe?”

72. **ka(t) - rã** **heigpit** **Ø - to - pihu'at** **mi'u?**

‘que’+modo ‘quantidade’ 3Ag.+Med.+‘ficar’ ‘comida’

“Qual quantidade de comida sobrou?”

Nos exemplos acima¹¹³, observamos o emprego da proforma *karã*. Entretanto, essa proforma, por si mesma, não carrega o valor semântico de ‘quantidade’, tendo em vista a ausência do morfema {-nia}. Nesses enunciados, então, é fundamental o emprego de outra unidade que carregue esse valor: em (71) e (72), respectivamente, as unidades *i'atu* ‘ser muito’ e *heigpit* ‘quantidade’ indicam que os questionamentos realizados pela proforma *karã* são a respeito da quantidade dos referentes *aria'ip* ‘madeira’ e *mi'u* ‘comida’.

7.2.2.5 Interrogando sobre o tempo

O emprego da proforma *karãpe* ‘quando’ é condicionado pela intenção do locutor em questionar a respeito do tempo da realização de um evento.

A proforma *karãpe* é constituída de três formas. Os morfemas {*kat-*} e {-*tã-*}, como mencionamos, são empregados para questionar acerca de referentes não-humanos e para indicar modo, respectivamente. Por sua vez, a posposição {-*pe*} é um “locativo estático, que pode expressar uma localização espacial, temporal ou nocional”.

Como constituintes da proforma *karãpe*, a soma dos valores dessas formas se traduz por ‘quando’, interrogando sobre qualquer localização temporal. Vejamos os exemplos:

73. **ka(t) - rã - pe** **wawori** **Ø - ti - puenti** **wewato?**

‘que’+modo+Posp. ‘jabuti’ 3Ag.+At.T+‘encontrar’ ‘anta’

“Quando o jabuti encontrou a anta?”

¹¹³ Os exemplos em (71) e (72) foram fornecidos por José de Oliveira Sateré, falante e professor da língua Sateré-Mawé.

74. **ka(t) - rã - pe** ase'i Ø - ti - po'oro te - e - miariru?

‘que’+modo+Posp. ‘vovô’ 3Ag.+At.T+‘enviar’ 3cor.+Atr.I+‘neto’

“Quando o vovô enviou o neto dele?”

75. **ka(t) - rã - pe** ke iŋ hari Ø - to - to miat pe?

‘que’+modo+Posp. Part. Inter. ‘vovó’ 3Ag.+Med.+‘ir’ ‘caça’ Posp.

“Quando a vovó foi para caçar?”

Nas perguntas acima, a proforma *karãpe* permite aos locutores questionarem acerca do tempo da realização dos eventos representados, respectivamente, pelos verbos {-puenti} ‘encontrar’, {-po'oro} ‘enviar’ e {-to} ‘ir’. Em (75), o locutor emprega as partículas *ke* e *iŋ*, a fim de indicar a sua posição em relação ao que interroga (ele tem uma noção de qual seja a resposta do interlocutor) e de enfatizar a proforma *karãpe*, respectivamente.

Em Sateré-Mawé, pode-se questionar acerca da localização temporal da realização de um evento não apenas através do emprego da proforma *karãpe*, mas mediante o emprego de um sintagma como *kat e'a:t pe* ‘em que momento’, entre outros. Vejamos:

76. **kat e'a:t pe** iŋ to - 'e - hai weita ko'i?

‘que’ ‘momento’ Posp. Inter. 3cor.Inat.+Atr.I+‘falar’ ‘pássaro’ pl.

“Em que momento os pássaros falam?”

A estrutura da proforma *karãpe* e do sintagma *kat e'a:t pe* são distintas em relação aos seus morfemas de segunda posição: {-tã-}, presente em *karãpe*, e *e'a:t*, presente em *kat e'a:t pe*. Observa-se uma diferença entre esses dois empregos. Ao empregar *karãpe*, o locutor questiona em relação à localização temporal geral de um evento. Na pergunta em (75), por exemplo, a intenção do locutor é a de saber quando ‘a vovó foi para caçar’, sendo que qualquer indicador de tempo pode servir de resposta para essa pergunta. Nesse caso, respostas como ‘hoje’ ou ‘ontem’ são aceitas. Ao empregar *kat e'a:t pe*, ao contrário, o locutor interroga em relação à localização temporal específica de um evento. Em (76), deseja saber em que momento do dia ‘os pássaros falam’. Nesse caso, respostas como ‘de manhã’, ‘às 2 horas’, ou ‘quando o sol se põe’, que apontam para o momento mais exato dessa ação, são mais adequadas.

Em síntese, a fim de questionar acerca do tempo da realização de um evento, observamos tanto o emprego da proforma *karãpe* quanto do sintagma posposicionado *kat e'a:t pe*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, intitulada “A interrogação em Sateré-Mawé”, tivemos como objetivo apresentar uma proposta de descrição e análise do sistema interrogativo da língua Sateré-Mawé.

O conteúdo dessa pesquisa foi dividido em sete capítulos, a seguir: “Os povos indígenas brasileiros”, “Sateré-Mawé: o povo e sua língua”, “A abordagem funcionalista-estrutural”, “A metodologia da pesquisa”, “A interrogação em línguas do mundo”, “A interrogação em línguas Tupi” e “A interrogação em Sateré-Mawé”.

No primeiro capítulo, “Os povos indígenas brasileiros”, apresentamos considerações relevantes sobre os povos indígenas do Brasil, desde o contato com os portugueses em 1500 até os dias atuais. Nessas considerações, estão presentes informações sobre o processo de desaparecimento de grande parte da população e línguas indígenas brasileiras, sobre a questão das terras indígenas, entre outras.

No segundo capítulo, “Sateré-Mawé: o povo e sua língua”, apresentamos considerações relevantes sobre o povo Sateré-Mawé. Entre elas, o seu contato com os não-indígenas, o processo de redução de seu território original e a localização dos mesmos no período atual. Além disso, apresentamos informações sobre a situação sociolinguística desse povo, além de alguns aspectos morfossintáticos da língua Sateré-Mawé, já estudados anteriormente, necessários à compreensão de seu sistema interrogativo, objetivo desse trabalho.

No terceiro e quarto capítulos, intitulados “A abordagem funcionalista-estrutural” e “A metodologia da pesquisa”, respectivamente, apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos que constituem a base dessa pesquisa e que, portanto, direcionaram o desenvolvimento da mesma.

No quinto e sexto capítulos, denominados “A interrogação em línguas do mundo” e “A interrogação em línguas Tupi”, apresentamos como são caracterizados os enunciados interrogativos em algumas línguas do mundo e do tronco Tupi. A partir desse conhecimento, pudemos refletir e compreender melhor o funcionamento da interrogação na língua Sateré-Mawé.

No capítulo final, “A interrogação em Sateré-Mawé”, apresentamos a nossa proposta de descrição e análise do sistema interrogativo da língua Sateré-Mawé, que sintetizamos a seguir.

A língua Sateré-Mawé apresenta perguntas totais e parciais. As perguntas totais podem ser caracterizadas apenas por entonação específica ou pelo emprego das partículas interrogativas *apo* ou *ij*. Essas partículas, cujo emprego indica que o enunciado é interrogativo, podem ser empregadas em nível de enunciado, focalizando-o como um todo, ou em nível de constituinte, focalizando algum dos constituintes presentes no enunciado.

As partículas interrogativas *apo* e *ij* se diferem devido à possibilidade de ocorrência da partícula *ij* e da partícula enunciativa *ke*, mas à impossibilidade de ocorrência das partículas *apo* e *ke*. O emprego da partícula enunciativa *ke* indica o posicionamento do locutor em relação ao seu questionamento. Ao empregá-la, demonstra que apresenta uma noção em relação à resposta para a pergunta que realiza.

O sistema de perguntas parciais, em Sateré-Mawé, é dotado de proformas interrogativas simples e complexas, constituídas por apenas um e por mais de um morfema, respectivamente.

São simples as proformas *kat* ~ *kan* ‘que / o que’ e *uwe* ‘quem’. As proformas *kat* e *kan* são empregadas para questionar sobre um constituinte cujo referente é não-humano. O emprego da proforma *kat*, ao contrário da proforma *kan*, é compatível com o emprego da partícula enunciativa *ke*. Nos enunciados em que a partícula *ke* não é empregada, as proformas *kat* e *kan* ocorrem em variação complementar, dependendo de alguns critérios de ordem sintática. Nos dados de que dispomos da língua Sateré-Mawé, observamos o emprego da proforma *kat* para interrogar: (a) sobre o complemento do verbo médio {-’e}; (b) sobre um complemento circunstancial; e (c) sobre o primeiro actante de um verbo ativo. Por sua vez, observamos o emprego da proforma *kan* para interrogar: (a) sobre o actante único de um verbo de estado ou de um verbo médio e (b) sobre o segundo actante.

Ao contrário, são complexas as proformas *aikope* ‘onde’, *asuwe* ‘onde’, *aijupe* ‘onde’, *aikowo* ‘para onde’, *aikopuo* ‘por onde’, *aimepuo* ‘por onde’, *aikotã* ‘como’, *karã* ‘qual’, *karãnia* ‘quanto (a), quantos (as)’ e *karãpe* ‘quando’.

As proformas *aikope*, *asuwe*, *aijupe*, *aikowo*, *aikopuo* e *aimepuo* servem para interrogar acerca da localização espacial de um referente. Enquanto as proformas *aikope*, *asuwe* e *aijupe* interrogam em relação a uma localização espacial estática, as proformas *aikowo*, *aikopuo* e *aimepuo* interrogam sobre uma localização espacial não estática difusa.

Por sua vez, a proforma *aikotã* serve para interrogar em relação ao modo de ser / estar de um referente ou ao modo de se realizar um evento.

Emprega-se a proforma *karã* a fim de interrogar sobre um referente de traço não-humano. Ao contrário das proformas simples *kat* e *kan*, a proforma complexa *karã* permite ao locutor solicitar uma resposta mais seletiva de seu interlocutor.

Por fim, empregam-se as proformas *karãnia* e *karãpe* para questionar, respectivamente, acerca da quantidade de um referente e da localização temporal de um evento.

A partir dessa pesquisa, “A interrogação em Sateré-Mawé”, pretendemos dar continuidade aos estudos sobre a língua Sateré-Mawé, contribuindo para a sua documentação e preservação. Além disso, pretendemos contribuir para o ensino dessa língua nas escolas onde é falada, como uma tentativa de fortalecê-la como língua materna e, assim, evitar a perda linguística entre os seus falantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Antônio; IRMÃZINHAS DE JESUS; PAULA, Luíz Gouvêa De. Interrogativos. In: _____. **A língua Tapirapé**. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1983, p. 56-58.

AMBAR, Manuela. Clefts and tense asymmetries. In: DI SCIULLO, Anna Maria. **UG and external systems: language, brain and computation**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005, p. 95-97.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática brasileira**. Rio de Janeiro: Lucena, 1999.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral**. Campinas: Pontes Editores, 1989, v. 2, caps. 5 e 15.

BRAGA, Maria Luiza; BARBOSA, Elisiene de Melo. **Construções clivadas no Português do Brasil sob uma abordagem funcionalista**. Matraca, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jan./jun. 2009.

BRANDON, F. R.; SEKI, Lucy. Uma Reconstrução Parcial do Sistema Interrogativo Tupi. In: CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara; RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (Org.). **Línguas e Culturas Tupi**. Campinas - SP: Editora Curt Nimuendajú, 2007, v. 1, p. 259-275.

COLARES, Anselmo Alencar. A educação no Grão-Pará Colonial. In: _____. **Colonização, catequese e educação no Grão-Pará**. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003, p. 117-172.

CREISSELS, Denis. Types énonciatifs de phrases indépendantes. In: _____. **Syntaxe générale, une introduction typologique 2 : la phrase**. Paris: Lavoisier, 2006, p. 167-181.

CROFTS, Marjorie. **Aspectos da língua Mundurukú**. Cuiabá, MT: Sociedade Internacional de Linguística, 2004. 305 p.

CUNHA, Manuela Carneiro Da. Introdução a uma história indígena. In: _____. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 9-24.

DIK, Simon. Interrogative clauses. In: _____. **The theory of functional grammar. Complex and derived constructions**. Nova York: Mouton de Gruyter, 1997, v. 2, cap. 12.

FARGETTI, Cristina Martins. Tipos de sentenças. Sentenças interrogativas. In: _____. **Estudo fonológico e morfossintático da língua Juruna**. 2001. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 221-234.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005. 128 p.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo (Org.); OPISM (Org.). **Sateré-Mawé mowe'eg hap** (Literatura sateré-mawé). Manaus: SEDUC/IER-AM, 1998, v. 1. 95 p.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo. **La Langue Sateré-Mawé: Description et Analyse Morphosyntaxique**. 1999. Tese (Doutorado) – Université Paris VII (Denis Diderot), Paris, 1999. 297 p.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo. **Le temps et l'aspect en sateré-mawé**. Actances, Paris-França, 1999, v. 10, p. 137-161.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo (Org.); OPISM (Org.). **Wantym sa'awy etiat** (Literatura sateré-mawé). Brasília: MEC, 2000, v. 1. 19 p.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo (Org.); OPISM (Org.). **Warana sa'awy etiat** (Literatura Sateré-Mawé). Brasília: MEC, 2000, v. 1. 22 p.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo. A Voz Inversa em Sateré-Mawé. In: I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho de Línguas Indígenas (GTLI) da ANPOLL, 2002, Belém-Pará. **Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL**. Pará: Editora da Universidade Federal do Pará, 2001, p. 222-233.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo. Os Demonstrativos em Sateré-Mawé (Tupi). In: CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara; RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (Org.). **Novos Estudos sobre Línguas Indígenas**. I ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, v. 1, p. 59-68.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo (Org.); MAWÉ, Professores Sateré (Org.). **Sateré-Mawé pusu aḡkukaḡ** (Gramática Sateré-Mawé). I ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005, v. 1, 82 p.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo. **Os Valores da Voz Média em Sateré-Mawé**. In: I Encontro Internacional de Línguas e Culturas Tupi, 2007, Brasília. Línguas e Culturas Tupi. Campinas: Curt Nimuendaju, 2007, v. 1. 309-315.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo (Org.); MAWÉ, Professores Sateré (Org.). **Wahemeikowo Tuerut Aheko** (Literatura Sateré-Mawé). I ed. Barcelona-Espanha: Càtedra Unesco de Llengües i Educació, 2007, v. 1. 54 p.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo (Org.); MAWÉ, Professores Sateré (Org.). **Satere Miwan Pakup**. I ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008, v. 1, 53 p.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo. **As posposições em sateré-mawé**. Revista Virtual de Estudos da Linguagem, 2009, v. 7, p. 1-15.

GAMBINI, Roberto. A conversão das almas. In: _____. **Espelho índio: a formação da alma brasileira**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2000, p. 146-154.

GIVÓN, Talmy. Non-declarative speech-acts. In: _____. **Syntax: an introduction**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001, v. 2, p. 287-326.

GOMES, Dionei Moreira. Pronomes, advérbios, palavras interrogativas e conjunções e partículas. In: _____. **Estudo morfológico e sintático da língua Mundurukú (Tupi)**. 2006. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2006, cap. 4, p. 120-177.

GOMES, Flávio dos Santos. “Amostras Humanas”: índios, negros e relações interétnicas no Brasil colonial. In: MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcellos (Org.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 27-69.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Foco e Topicalização: delimitação e confronto de estruturas**. Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, 1998, v. 1, n. 7, p. 31-50.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. **O fenômeno da Focalização e a interface Fonologia-Sintaxe**. DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, 1999, v. 15, n. 2, p. 319-342.

HAGÈGE, Claude. **La structure des langues. Que sais-je?** Paris: PUF, 1982. 127 p.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. M. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. II ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 63-69.

KATO, M. Aizawa; MIOTO, Carlos. **As interrogativas Q do português europeu e do português brasileiro atuais**. Revista da ABRALIN, 2005, p. 172-178.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Tematização e rematização: estratégias de construção do texto falado. In: _____. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

LAZARD, Gilbert. **L'actance**. Paris: PUF, 1994. 285 p.

LAZARD, Gilbert. **La typologie actancielle**. Roma: Pacini Editore, 1997, p. 205-226.

LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia. Interrogativas “QSV” e “Q in situ” do PBM: manifestações do mesmo fenômeno de mudança. In: _____. **A sintaxe diacrônica das interrogativas-Q do Português**. 1996. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996, cap. 3, p. 64-109.

LORENZ, Sônia da Silva. **Sateré-Mawé: os filhos do guaraná**. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992. 159 p.

MAUAD, Sérgio Augusto. A entoação. In: _____. **Questões de prosódia: uma investigação, com apoio de instrumentais de análise fonético-acústica, dos padrões entoacionais de falantes bilíngues brasileiros e norte-americanos**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007, cap. 1, p. 11-45.

MARTINET, André. **Elementos de Linguística Geral**. Lisboa: Sá da Costa, 1964. 223 p.

MEIRELES, Selma M.; SILVA, Renato Ferreira. **A entoação em frases interrogativas do alemão e do português do Brasil**. Pandaemonium Germanicum, São Paulo: Humanitas, 2001, n. 5, p. 231-239.

MELATTI, Júlio Cesar. **Índios do Brasil**. Brasília: UNB, 2007, caps. 3, 4 e 16.

MONSERRAT, Ruth. Prefácio. In: RODRIGUES, Aryon. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1994, p. 5-7.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de; SOUZA, Simone Aparecida Santos. **Perguntas de constituinte (wh) em Caboverdiano: evidências de foco obrigatório**. Papia 19, 2009, p. 247-261.

PAYNE, Thomas E. Pragmatically marked structures. In: _____. **Describing Morphosyntax: A Guide for Field Linguists**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 261-305.

PERINI, Mário Alberto. **Estudos de gramática descritiva: as valências verbais**. São Paulo: Parábola, 2008, p. 21-78.

PRAÇA, Walkíria Neiva. A estrutura da oração. Orações interrogativas. In: _____. **Morfossintaxe da língua Tapirapé (Família Tupi-Guarani)**. 2007. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007, p. 212-213.

RODRIGUES, Aryon. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1994. 134 p.

RODRIGUES, Aryon. **A originalidade das línguas indígenas brasileiras**. Conferência feita na inauguração do Laboratório de Línguas Indígenas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, 1999.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTILLI, Márcio. Os índios no Brasil. In: _____. **Os brasileiros e os índios**. São Paulo: SENAC, 2000, p. 11-20.

SUZUKI, Márcia dos Santos. **Ou isto ou aquilo: um estudo sobre o sistema dêitico da língua Sateré-Mawé.** 1997. Dissertação (Mestrado) – Centro de Estudos e Pesquisas das Línguas Amazônicas, Universidade Federal de Rondônia (Guajará-Mirim), 1997. 165 p.

TAYLOR, John. A interrogação na língua Kaiwá. In: DOOLEY, Robert A. (ed.). **Estudos sobre línguas tupi do Brasil.** Série Lingüística, 11. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1984. 21 p.

TEIXEIRA, Peri. (Org.). **Sateré-Mawé - Retrato de um Povo Indígena.** Belém: UNICEF / Fundo de População das Nações Unidas, 2005. 150 p.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1985. 108 p.

VILLAS-BÔAS, Hariessa Cristina. Mineração em terras indígenas. In: _____. **Mineração em terras indígenas: a procura de um marco legal.** Rio de Janeiro: Editora CYTED-CETEM, 2005, p. 73-109.